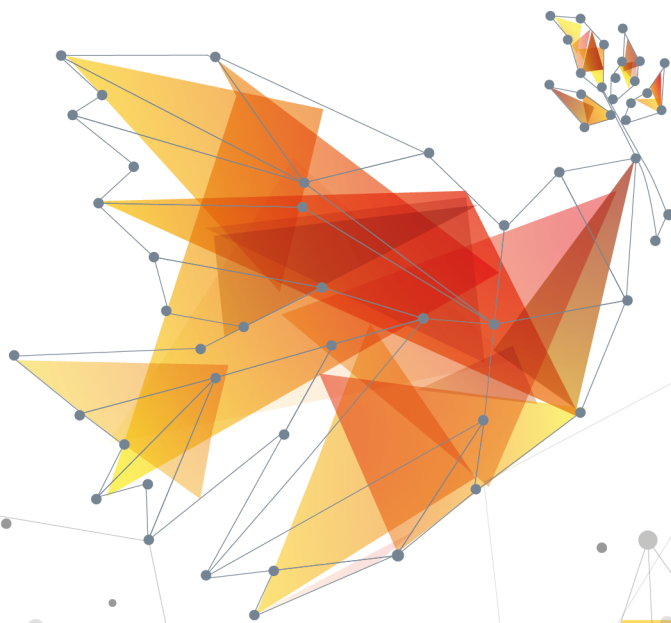


Manifesto e Programa do PSB



440

Manifesto e Programa do PSB

Programa e manifesto do Partido Socialista
Brasileiro - PSB. -- 1. ed -- São Paulo, SP :
Quanta Consultoria, Projetos e Editora, 2022.

ISBN: 978-65-990864-9-6

1. Brasil - Partidos políticos 2. Manifesto
3. Partido Socialista Brasileiro 4. Socialismo -
Brasil

22-111140

CDD - 324.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Partido Socialista Brasileiro : PSB : Manifesto
324.4

Elaborado por: Eliete Marques da Silva
Bibliotecária CRB 8/9380



Rua Doutor Clóvis de Oliveira, 166 - Vila Progredior
CEP: 05616-130 São Paulo - SP
Fone/Fax: +55 11 3385-0400

www.qcp.com.br

“

Liberdade sem socialismo,
de fato, liberdade não é.
Socialismo sem liberdade,
realmente socialismo
não pode ser.”

João Mangabeira



Ficha Técnica

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTE NACIONAL

Carlos Roberto Siqueira de Barros

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE NACIONAL

Governador **Paulo Henrique Câmara**

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE NACIONAL

João Henrique de Andrade Lima **Campos**

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Geraldo José Rodrigues **Alckmin** Filho

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES INTERPARTIDÁRIAS

Luiz Roberto de Albuquerque (**Beto Albuquerque**)

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE MODERNIZAÇÃO PARTIDÁRIA

João Alberto Rodrigues **Capiberibe**

VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

João Azevedo Lins Filho

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Rodrigo Sobral **Rolleberg**

VICE-PRESIDENTE NACIONAL PARA MOVIMENTOS SOCIAIS

Flávio Dino de Castro e Costa

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE RELAÇÕES PARLAMENTARES

Danilo Jorge de Barros **Cabral**

VICE-PRESIDENTE NACIONAL DE POLÍTICAS DE GÊNERO

Lídice da Mata e Souza

SECRETÁRIO-GERAL NACIONAL

José **Renato Casagrande**

PRIMEIRO SECRETÁRIO NACIONAL

Geraldo Júlio de Melo Filho

SEGUNDO SECRETÁRIO NACIONAL

Antônio Carlos Valadares

SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS

Márcio Luiz **França** Gomes

SEGUNDO SECRETÁRIO NACIONAL DE FINANÇAS

Paulo Afonso **Bracarense** Costa

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL

Alessandro Lucciola **Molon**

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL

Pedro Henrique de Andrade Lima **Campos**

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL

Vilson Luiz da Silva (**Vilson da Fetaemg**)

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL

Carlo **Camilo Capiberibe**

SECRETÁRIA NACIONAL ESPECIAL

Tabata Cláudia **Amaral** de Pontes

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL

Milton **Coelho** da Silva Neto

SECRETÁRIA NACIONAL ESPECIAL

Mari Elisabeth **Trindade** Machado

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL

Cláudio **Valverde** Santos

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL

Cássio **Coelho** **Andrade**

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL

Domingos **Leonelli** Netto

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL

Carlos Enrique Franco **Amastha**

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL
Jonas Donizetti Ferreira

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL
Max Joel Russi

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL
Valdomiro Lopes da Silva Júnior

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL
Denis Anderson da Rocha **Bezerra**

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL
Mário Sander Bruck

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL
José Luiz Stédile

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL
Marcelo Ribeiro **Freixo**

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL
Elias Vaz de Andrade

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL
Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa (**Bira do Pindaré**)

SECRETÁRIA NACIONAL ESPECIAL
Wanderley de Almeida (**Wandão**)

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL
Luciano Ducci

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL
Rafael Huete da Motta

SECRETÁRIO NACIONAL ESPECIAL
Gabriel Maia Gelpke

SECRETÁRIA NACIONAL ESPECIAL
Maria **Cristina** do Rosário **Almeida** Mendes

SECRETÁRIA NACIONAL ESPECIAL
Fabíola Mansur de Carvalho

SECRETÁRIA NACIONAL ESPECIAL

Jacqueline Moraes da Silva Avelina

SECRETÁRIA NACIONAL ESPECIAL

Maria **Sandra Marrocos** Pereira de Marrocos

SECRETÁRIA NACIONAL ESPECIAL

Laura Mota Gomes

SECRETÁRIA NACIONAL ESPECIAL

Amanda Sobreira Lima de Sousa

SECRETÁRIA NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO

Valneide Nascimento dos Santos

SECRETÁRIO NACIONAL DOS MOVIMENTOS POPULARES

Acilino José Ribeiro de Almeida

SECRETÁRIO NACIONAL DA JUVENTUDE

Tony de Siqueira **Sechi**

SECRETÁRIA NACIONAL DE MULHERES

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha (**Dora Pires**)

SECRETÁRIA NACIONAL LGBT

Tathiane Aquino de **Araújo**

SECRETÁRIA NACIONAL DA INCLUSÃO

Luciana Trindade de Macedo

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DO PROGRAMA DO PSB

Carlos Siqueira

Domingos Leonelli

Juliane Silva

Paulo Bracarense

Raissa Rossiter

Sinoel Batista

REVISÃO DO TEXTO

Eva Celia Barbosa

IMAGENS

Páginas 3, 8, 17, 21, 26,27, 44, 45, 62, 63, 84, 85, 100,101, 134,135, 141, 147, 148, 149, 150, 151 - Divulgação PSB

Página 32 - Bruno Germany - Pexels

Página 37 - CCIFUSP – Divulgação

Página 40 - Jota.info - Divulgação

Página 50 - Agência Brasil

Página 60 - Adobe Stock

Página 72 - Freepik

Página 79 - Prefeitura de Fortaleza – Divulgação

Página 92 - Agência Brasil

Página 98 - Thiago Japyassu - Pexels

Página 109 - Adobe Stock

Página 112 - Adobe Stock

Página 122 - Adobe Stock

Página 128 - Fetaema - Divulgação

Página 132 - Significados.com - Divulgação Cultura Brasileira

“

Os socialistas brasileiros devem pensar e propor o desenvolvimento soberano do Brasil, a partir das suas grandes potencialidades e das suas imensas riquezas naturais, humanas e culturais. Mas, nunca devem esquecer a sua grande missão: Desenvolver e implantar políticas públicas que diminuam as grandes desigualdades sociais existentes em nosso País.”

Carlos Siqueira



Sumá rio

Apresentação 19

Manifesto 23

Introdução - Brasil, Potência Criativa e
Sustentável 29

| Planejamento Estratégico 31

| Matriz Energética Diversificada 32

| Água (Reserva Hídrica de Água Doce e Aquíferos) 33

| Biodiversidade (Terrestres e Aquáticas) 34

| Área Agricultável 35

| Amazônia 4.0 36

| Amazônia Azul 38

| A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável 39

| A Força Indutora do Turismo 41

| Criatividade, Inteligência Nacional e Inovação Tecnológica 42

Eixo Temático I - Reforma do Estado 47

| Reforma do Estado 47

| Novo Federalismo 48

| Planejamento, Função do Estado Moderno 49

| Reformas Fiscal e Tributária 50

| Reforma Fiscal e Tributária e o Novo Federalismo 51

- | Gestão do Estado 52
- | Governo Aberto e Gestão Compartilhada 52
- | Sociedade em Rede e os Direitos dos Cidadãos 53
- | Agência de Controle da Dívida Pública e de Atividades Financeiras 54
- | Reformas Política e Eleitoral 54
- | Novo Poder Legislativo 56
- | Tribunais de Contas 56
- | Judiciário Moderno 57
- | Política Externa 57
- | Defesa Nacional e Geopolítica 60

Eixo Temático II - Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade 65

- | A Economia Deve Servir à Vida das Pessoas 65
- | Para Recuperar a Precedência da Política 66
- | Os Fundamentos da Gestão Macroeconômica no Brasil 67
- | Financeirização e Subordinação da Macroeconomia Nacional à Economia Global 68
- | Visão do PSB Sobre o Modelo Macroeconômico 69
- | Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento 71
- | Renascimento Criativo da Indústria e Competitividade 72
- | Desenvolvimento da Amazônia 4.0 75

- | Plano Estratégico de Economia Criativa no Âmbito do Projeto Nacional de Desenvolvimento 77
- | O Futuro do Trabalho 80
- | Superar as Desigualdades Econômicas Regionais 82

Eixo Temático III – Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e Cidades Criativas 87

- | Economia Verde, uma Possibilidade 87
- | Empregos Verdes: O Trabalho Sustentável na Direção da Economia Inclusiva, da Proteção Social e da Conservação Ambiental 89
- | Biomass Brasileiros, Ativos do Desenvolvimento 90
- | O PSB e a Luta Ecológica 91
- | A Premência das Fontes Limpas e Renováveis de Energia 92
- | O Direito à Cidade e a Reforma Urbana 93
- | Cidades Criativas 96
- | Cidades Criativas e a Pandemia 99

Eixo Temático IV – Políticas Sociais 103

- | Políticas Sociais Para Igualdade 103
- | A Seguridade Social como Instrumento de Redução da Desigualdade 104

- | Avançar com o SUS 105
- | A Educação no Brasil 106
- | Instrumentos Norteadores da Educação Brasileira 108
- | Financiamento e Gestão da Educação Brasileira 109
- | Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação 110
- | Educação Profissional e Tecnológica 111
- | Revolução Criativa na Educação 112
- | Direito Social ao Trabalho 113
- | Segurança Pública 115
- | Mais Mulheres no Poder 117
- | Emancipação e Empoderamento da População Negra 119
- | Garantia dos Direitos dos Povos Indígenas 121
- | Idosos, uma Nova Realidade 122
- | Direito à Juventude Plena 124
- | Políticas Para o Esporte 126
- | Por uma Reforma Agrária que se Conecte ao Brasil do Futuro 127
- | Revolução Criativa na Agricultura Familiar e na Agroecologia 129
- | Cultura, Desenvolvimento e Criatividade 130
- | Políticas Culturais 131

Eixo Temático V – Socialismo Criativo, Democracia e o Partido que Queremos 137

- | Socialismo Criativo 137
- | Socialismo Criativo e Democracia 139
- | Igualdade, Liberdade e Felicidade 140
- | Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido 141
- | Um Partido Laico e Acolhedor 142
- | O Partido e a Sociedade em Rede 142
- | Separação entre Partido e Governo 143
- | A Autorreforma e o Partido que Queremos 144

Imagens do Congresso Constituinte da Autorreforma 148

Diretório Nacional 2022/2025 152

“

Estamos em um
caminho que já deu o
que tinha que dar.
É hora de dar um
salto adiante.”

Eduardo Campos



Apresen
taçãõ

O XV Congresso do PSB, em memorável sessão plenária do dia 30 de abril de 2022, aprovou por unanimidade o novo Manifesto e o novo Programa do PSB. Foi um momento emocionante que culminou no mais democrático processo vivido pela militância do nosso Partido em toda a sua história: a Autorreforma do PSB.

Mais de dois anos e meio de livres discussões, debates, apresentação de ideias e sugestões que foram publicadas em seis volumes sequenciais de cadernos e livros, inúmeras oficinas, encontros em vários estados, lives, concurso de redação, site exclusivo para Autorreforma e seminários, em uma construção coletiva cuidadosamente trabalhada e aperfeiçoada pela Comissão de Sistematização. Neste programa está contida a visão socialista sobre as reformas política, do Estado, tributária e fiscal, novo federalismo, renascimento criativo da indústria nacional, a economia criativa como eixo de um projeto nacional de desenvolvimento, economia verde, Amazônia 4.0, sociedade em rede, revolução criativa na Educação, cidades criativas, entre outros importantes temas. Também deixamos claro para a sociedade nossos conceitos sobre a Revolução Brasileira e o novo conceito de Socialismo Criativo.

Militantes, intelectuais, cientistas das mais variadas áreas, representantes dos segmentos da Juventude, das Mulheres, da Negritude Socialista, do Movimento Sindical, do LGBTQIA+, PSB Inclusão e Movimento Popular Socialista, produziram um moderno e avançado programa partidário. Na opinião de intelectuais, não pertencentes às nossas fileiras, o mais avançado programa partidário do Brasil.

Programa e Manifesto, precedidos de um informe da Direção intitulado “Brasil, Potência Criativa e Sustentável”, que deverão orientar a ação política da militância socialista nas próximas décadas.

Carlos Siqueira

Presidente Nacional do PSB

“

A vida não se resolve, se vive. Eu vou viver e lutar até o fim.”

Miguel Arraes



Manifesto

Riqueza e desigualdade, luxo e miséria, desperdício e carências elementares, beleza cultural e violência, principalmente entre os mais pobres, caracterizam o Brasil do início do século XXI. A pandemia do Coronavírus aprofundou esse quadro, engendrou novos modos de trabalho e ampliou a exploração.

A pobreza, ignorância e miséria convivem com uma economia razoavelmente complexa. O Brasil está entre os países mais ricos, mas é um dos que mantém maior grau de concentração de renda do mundo.

Além de ser uma nação multicultural e etnicamente diversa, possui uma sociobiodiversidade como nenhum outro país; detém a maior reserva de água doce do planeta; terras férteis; uma matriz energética invejável; e imensas reservas minerais. E, entre tantas riquezas, é habitado por um povo alegre e criativo. Criatividade, aliás, que precisa se transformar em ativos cultural, econômico e tecnológico.

O projeto de desenvolvimento implementado por Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1950, alcançou apenas parcialmente seus objetivos. Mas se esgotou, sem a sonhada inserção da maioria do povo brasileiro na plena cidadania, nos aspectos econômico, social e cultural. No ciclo democrático, iniciado em 1985, não foi possível elaborar e implantar um Projeto Nacional de Desenvolvimento que resultasse na inclusão massiva. Faltou, e ainda falta, um projeto de país.

Mesmo a esquerda - da qual o PSB é parte -, não implementou as reformas estruturais necessárias à transformação da sociedade, como as reformas política, tributária, agrária, urbana e trabalhista e não modernizou a prática política. Pelo contrário, parte dela aderiu às formas tradicionais de realizar alianças, por meio do corporativismo, do patrimonialismo, da fisiologia e da corrupção.

O fato é que, neste início do século XXI, o Brasil parece encontrar-se em uma encruzilhada histórica. A herança escravista; a exploração destrutiva da natureza; e o alijamento sistemático da cidadania, ameaçam juntar-se às novas formas de exploração dos trabalhos físico e intelectual dos diferentes segmentos da sociedade brasileira, na era digital.

Os socialistas e as socialistas compreendem que, tanto no Brasil como no mundo, a luta de classes elevou-se a um novo patamar, em que os atores

do capital e do trabalho operam em um novo cenário, onde o grande capital financeiro e a economia imaterial constituem-se nos fatores mais dinâmicos do capitalismo.

O desfazimento das conquistas sociais da Era Vargas e das conquistas sociais consagradas pela Constituição de 1988 é o principal marco da “modernização reacionária” brasileira. Por isso, o PSB põe-se em defesa das conquistas sociais alcançadas pelo país, pois, em vários pontos, elas trazem verdadeiros avanços civilizatórios.

A crise política que resulta desse processo é de tal magnitude que não suporta mais pequenos passos, soluções ambíguas, ou medidas graduais submetidas às tradições políticas usuais e atrasadas. Não se pode mais buscar o modelo que, ao conciliar interesses, se esquece de fazer os enfrentamentos necessários à edificação de uma grande nação. É urgente propor um projeto político que inverta as prioridades, de tal modo que populações vulneráveis se vejam à frente das preocupações políticas, de cidadania e do fazer do Estado.

O PSB tem como objetivo central um modelo de desenvolvimento sustentável capaz de gerar prosperidade suficiente que permita a redução drástica e permanente das desigualdades econômicas, sociais, regionais, de gênero, étnico-raciais, tecnológicas e das desigualdades a que estão submetidas as pessoas com deficiência.

É preciso reinventar o fazer político; mobilizar a sociedade para a luta pela redução das desigualdades; e proporcionar, principalmente à juventude brasileira, uma perspectiva política pela qual valha a pena viver e lutar; harmonizar o sonho de cada pessoa com a utopia da felicidade coletiva.

O PSB defende a igualdade de gênero nas relações sociais e paridade na representação política, bem como o efetivo enfrentamento a todas as formas de violência, ciente de que não haverá sociedade nova sem o devido reconhecimento da necessidade de igualdade de tratamento e oportunidades.

O Partido Socialista Brasileiro reafirma o compromisso inalienável com a inviolabilidade, a liberdade de consciência, de crença, de manifestação de fé, o livre exercício dos cultos de todas as religiões e a garantia da proteção aos locais de suas liturgias e a seus representantes.

O PSB defende que a revolução brasileira, no século XXI, não seja insurrecional ou violenta, mas signifique uma transformação estrutural de

longo prazo e por meio do aprofundamento da democracia nos âmbitos político, econômico e social. A refundação do Brasil, tendo a criatividade como uma de suas principais características, impulsiona o PSB a apresentar um conceito brasileiro de socialismo, o Socialismo Criativo, que corresponda às profundas mudanças disruptivas ocorridas nas forças produtivas. O Socialismo Criativo deverá constituir-se na dimensão humana da revolução tecnológica, com uma visão crítica da Economia Criativa.

O PSB conclama a juventude; as mulheres; a população negra; a população LGBTQIA+; as comunidades tradicionais; os líderes e as líderes comunitárias e religiosas de todas as correntes; as pessoas com ou sem deficiência; os trabalhadores e as trabalhadoras de todas as categorias, urbanos e rurais; os empresários e as empresárias; os intelectuais e as intelectuais, a se unirem em torno de um programa democrático, revolucionário e igualitário, que reúna, unifique e mobilize nossas potencialidades e vocações libertárias para a construção de um Brasil livre, soberano, moderno, sustentável, criativo e solidário.

Um Brasil socialista e profundamente democrático!



ORDEN

CONGRESO CONSTITUCIONAL

ME PROGR



Introdução

Brasil,
Potência
Criativa e
Sustentável

A afirmação do Brasil nos cenários econômico, social, ambiental e cultural internacionais passa por clara definição do que queremos ser como Nação, do que produzimos para os mercados interno e externo e do nível de igualdade social que conseguiremos alcançar em nossa democracia. A redução das desigualdades precisa se constituir em um objetivo central e permanente para que as potencialidades brasileiras possam ser viabilizadas.

Uma inserção soberana na economia globalizada, com a valorização do desenvolvimento interno e a superação das desigualdades, é o objetivo estratégico a ser concretizado em um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que maximize nossas muitas potencialidades de forma criativa e sustentável.

O sonho socialista brasileiro assenta-se sobre as bases da nossa realidade, tanto no plano de recursos naturais como no potencial criativo do nosso povo; de nossas empresas; das nossas universidades; e dos centros de pesquisa. Transformaremos nosso sonho em realidade, agregando a inovação; cultura; pesquisa científica; e o avanço tecnológico; que caracterizam a era do conhecimento florescente no século XXI, às nossas imensas reservas naturais de água; solo fértil; sol; minerais; Amazônia; e biodiversidades terrestres e marinhas. E construiremos um Brasil como potência mundial alimentar, energética, mineral, tecnológica e cultural.

Alguns ativos econômicos, tecnológicos e culturais já existentes podem e devem ser valorizados e estimulados, a exemplo das cadeias produtivas em torno da saúde; da siderurgia; da agroindústria; da agricultura familiar; da indústria do petróleo; e das tecnologias de informação e comunicação.

O Brasil não pode dispensar, também, uma profunda reformulação do seu sistema de transportes de produtos; mercadorias; e pessoas, voltando a privilegiar os modais representados pela ferrovia e a navegação de cabotagem. Isso em função da sua enorme extensão territorial; sua imensa costa marítima; e seus inúmeros rios navegáveis.

A cultura, em suas três dimensões – simbólica, cidadã e econômica – é fundamental para a definição de um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento. É o que permite pensar o desenvolvimento, dando nitidez ao sonho.

A diversidade parece ser o princípio organizador da identidade cultural brasileira, seu traço mais distintivo e sua característica mais proeminente. Está fortemente associada tanto às suas múltiplas vertentes e origens, como aos variados espaços regionais em que se desenvolveram suas linguagens.

As contribuições culturais africanas; europeias; indígenas e orientais, inseridas nos grandes movimentos culturais do Brasil, desde os sermões de Antônio Vieira, no século XVII, aos poemas rebeldes de Gregório de Matos, no século seguinte; ao romantismo de José Alencar e ao realismo de Machado de Assis e seus sucessores, ambos no século XIX; à Semana de Arte Moderna de 1922, chegando até o Cinema Novo e o Tropicalismo, no século XX; absorveram a diversidade de cada região do país.

A literatura; a música, notadamente o Samba e a Bossa Nova; as artes plásticas; o cinema; e a dança; foram marcados com características diversas, tanto em suas estruturas criativas como regionais. As festas brasileiras são uma e várias, ao mesmo tempo. O Carnaval da Bahia e do Recife são bem diferentes do Carnaval do Rio de Janeiro, ou de São Paulo. As festas juninas são também uma na medida em que ocorrem nos dias das festas de São João, mas são diferentes no Nordeste e no Sul. A *Oktoberfest*, em Santa Catarina, é de origem alemã, mas é permeada pelo samba, axé e outros ritmos nacionais.

Mesmo os grandes aparatos tecnológicos de comunicação de massa; as abrangentes redes de televisão, que tentaram no seu início certa homogeneização, parecem estar se rendendo às diversidades racial, cultural e regional.

Dessa diversidade cultural, resultou a formação de um povo que, apesar de todo o sofrimento decorrente das profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero consegue ser alegre, resiliente e extremamente criativo.

| Planejamento Estratégico

O Brasil conta com diferenciais competitivos que podem colocá-lo em posição de destaque, no cenário mundial e nas cadeias globais de valor.

Poucos países do mundo possuem potencialidades hídricas tão importantes; reservas minerais, solo e tecnologia para a produção de alimentos; matriz energética diversificada; biomas diferenciados; riqueza cultural caracterizada pela unidade nacional manifestada em uma única língua; e imensa diversidade, criatividade popular e possibilidade de inovação tecnológica tão expressiva.

Não é possível esperar que esses fatores se desenvolvam natural e espontaneamente. Todos precisam ser articulados entre si por um planejamento estratégico, definido de forma soberana e integrado ao Projeto Nacional de Desenvolvimento. A inovação e a economia criativa são elementos indispensáveis desse planejamento, pois estão presentes tanto no renascimento criativo da indústria, que precisa de inovação tecnológica, como nos serviços, na comunicação e no *marketing*.

Um planejamento estratégico moderno e inovador inserirá nossas potencialidades na economia da era do conhecimento. Nele, compreende-se que Estado e mercado não são entes opostos, mas complementares, como já assim se configuram em países predominantemente socialistas e em países capitalistas. O Estado precisa, ainda, exercer razoável controle de capitais para administrar uma taxa de câmbio competitiva. O fortíssimo setor bancário brasileiro pode e deve ser induzido pelo Estado nacional, através do Banco Central e de outros organismos, a financiar o desenvolvimento tecnológico sustentável e cultural do Brasil.

Igualmente, é necessário estabelecer políticas macroeconômicas, que permitam redesenhar o perfil da dívida pública como forma de ampliar a capacidade de investimentos, tanto pelo Estado brasileiro como pela iniciativa privada.

| Matriz Energética Diversificada

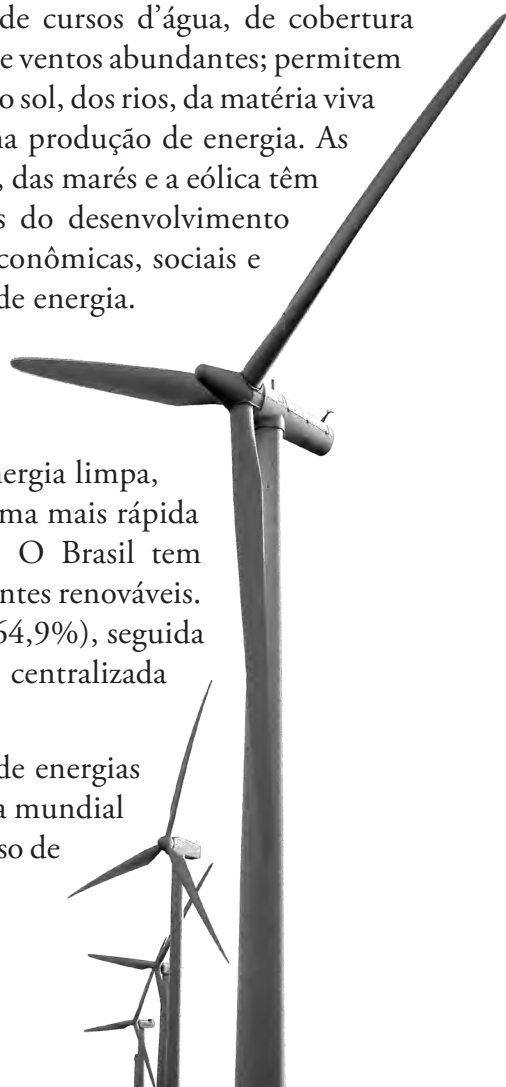
O Brasil já é importante referência mundial na produção diversificada e no uso de energias limpas e renováveis; 46,1%, contra a média mundial de 14,2%, na matriz energética global.

Partindo dessa vantagem competitiva, poderá se constituir numa liderança mundial para resolver o problema da demanda crescente de recursos e do seu esgotamento. Esse cenário requer uma solução melhor do que o uso do petróleo e seus derivados como fontes de energia. É preciso que o Brasil, em sua enorme potencialidade e diversidade, desenvolva cada vez mais e de forma mais acelerada, as tecnologias que permitam o uso das fontes limpas e renováveis de energia.

Características como a imensa incidência de sol, durante todos os períodos do ano; a volumosa quantidade de cursos d'água, de cobertura vegetal, e áreas de plantio; uma costa imensa e ventos abundantes; permitem projetar a possibilidade de aumento do uso do sol, dos rios, da matéria viva dos ecossistemas, das marés e dos ventos, na produção de energia. As fontes de energia solar, hídrica, de biomassa, das marés e a eólica têm as duas principais características desejáveis do desenvolvimento sustentável, no atual estágio de restrições econômicas, sociais e ambientais. São fontes limpas e renováveis de energia.

A parcela renovável, no suprimento total de energia, está se expandindo e pode contribuir para o crescimento da renda, do emprego e acesso dos pobres à energia limpa, o que pode ser um vetor para atingir de forma mais rápida as metas do desenvolvimento sustentável. O Brasil tem 82,9% de sua matriz elétrica originada de fontes renováveis. A participação é liderada pela hidrelétrica (64,9%), seguida da eólica (8,6%); biomassa (8,4%); e solar centralizada (1,02%).

Apesar da liderança mundial no uso de energias limpas e renováveis – 46,1%, contra a média mundial de 14,2%, na matriz energética global –, o uso de



combustíveis fósseis ainda é muito marcante, notadamente para o transporte. É necessária a substituição crescente do diesel, da gasolina e do gás natural, por novas fontes como a energia elétrica, o biocombustível, o etanol, o hidrogênio e a energia eólica (carros movidos a ar comprimido). No cenário atual, há que se garantir os avanços já conquistados com o uso crescente da mistura de biocombustível ao diesel.

O PSB propugna a necessidade de recuperação da capacidade do Estado na formulação menos tímida da política energética de longo prazo, visando a um desenvolvimento assentado nos preceitos da sustentabilidade, por meio do aumento das fontes de energias renováveis, em sua matriz energética, ao mesmo tempo em que se opõe fortemente à ideia da privatização crescente do setor energético, por considerá-lo um bem público e de caráter estratégico.

| Água (Reserva Hídrica de Água Doce e Aquíferos)

O Brasil é dono de cerca de 12% das reservas de água doce superficial do mundo e de alguns dos maiores reservatórios subterrâneos de água. Aproximadamente 97% da Terra está coberta de oceanos e de água imprópria para o consumo humano. Restam, portanto, menos de 3% de água doce; 2,5% congelada, na Antártica, no Ártico e em geleiras, indisponível para uso imediato. Dos 0,5% restantes, a maior parte está em aquíferos subterrâneos.

O PSB entende que a água é um recurso estratégico nacional, que não pode estar disponível livremente, apenas para os grupos econômicos que atuam tanto no agronegócio, como no setor elétrico, na mineração e no saneamento. A água, portanto, somente pode ser explorada como uma concessão regulada e regulamentada por normas claras, que permitam ao Estado garantir prioritariamente o acesso em quantidade e qualidade para o uso humano.

Pela sua importância social e estratégica, não se pode permitir que a água se torne propriedade privada. É necessário fortalecer a luta contra toda e qualquer forma de privatização da água, seja do setor de saneamento ou

dos rios e aquíferos brasileiros. A água é um bem público, é um patrimônio brasileiro e deve ser um direito de toda a humanidade, e não um recurso a ser mercantilizado para atender aos interesses do capital.

| Biodiversidade (Terrestres e Aquáticas)

A biodiversidade, característica dos principais biomas brasileiros, é um elemento de importância estratégica, entre outros fatores, pelo seu enorme potencial como fornecedora de matéria-prima para diversos setores da economia e pela possibilidade de desenvolvimento inovador, com o emprego de novas tecnologias, abertas pelos mercados de produtos obtidos de forma ambientalmente responsável. A incorporação, no Brasil, de modelos sustentáveis de uso dos recursos é vista, portanto, como um diferencial capaz de gerar vantagens competitivas.

Cada um dos biomas terrestres (Amazônia; Cerrado; Caatinga; Pantanal; Mata Atlântica; e Pampa) e o bioma marinho (Amazônia Azul) tem suas peculiaridades. Em cada um deles existem articulações políticas, assentadas em diálogos sociais e políticos, que precisam ser apoiadas para que se fortaleça o seu papel protagonista na direção da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável implica necessariamente em uma economia inclusiva, com proteção social e que garanta a conservação ambiental.

A manutenção de serviços ecossistêmicos de relevância global de cada bioma, como a regulação do clima; a conservação da biodiversidade; a provisão da água; e a oferta de alimentos; revela a posição estratégica de cada um deles para a economia brasileira. Apesar de a expansão do agronegócio ter contribuído para a emergência do Brasil na produção de *commodities* agrícolas, a conversão das áreas dos biomas em áreas de plantio, ou de pecuária, tem levado, em certas situações, à degradação dos diferentes tipos de vegetação e do solo e à invasão biológica de pragas, ameaçando o bom funcionamento das funções ecossistêmicas dos biomas.

O PSB entende que urge defender os serviços ecossistêmicos prestados pelos biomas, empreendendo ações políticas que visem ao fortalecimento do sistema de áreas protegidas, de proteção integral e de uso sustentável, além de

medidas que objetivem recuperar as políticas para garantir a homologação de terras indígenas; a reforma agrária; e a regularização fundiária das terras dos povos e comunidades tradicionais. A base para essa construção é a emergência do estabelecimento de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que absorva e incorpore o conceito de desenvolvimento sustentável e da Economia Criativa. Esse projeto precisa incorporar estratégias que compreendam a importância que as novas tecnologias desenvolvidas em tempos de Economia 4.0 exercem sobre esse enorme ativo econômico brasileiro, que são os seus biomas.

| Área Agricultável

O Brasil pode contribuir fortemente para alimentar o mundo, devido à sua extensão territorial; às suas áreas agricultáveis; às riquezas dos seus biomas; e às tecnologias desenvolvidas e aplicadas nos setores de ponta do agronegócio. O agronegócio, aliás, representa importante fator de fortalecimento da economia brasileira e de nossas exportações.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) aponta que a agricultura mundial terá de ampliar em 80% a produção de alimentos, até 2050, para atender às necessidades de uma população projetada de 9,7 bilhões de pessoas. Nesse cálculo, o Brasil deverá responder por metade desse montante.

O País pode tornar esse desafio uma oportunidade, porque tem produtores dinâmicos e empreendedores; clima favorável; abundância de terras; e é uma nação com potencial para fazer crescer a produção agrícola.

Nesse contexto, é necessário, com urgência, aumentar a produtividade e a densidade tecnológica do conjunto da atividade agropastoril, de modo a preservar as áreas de floresta; a biodiversidade; o modo de vida das populações tradicionais e dos povos indígenas. Somando-se ao setor primário, a indústria extrativa – especialmente a mineral –, é absolutamente mandatório conceber políticas públicas que ampliem o valor agregado de nossa produção, internalizando, em escala significativamente superior à atual, os benefícios da exploração de terras; jazidas minerais; entre outros ativos ambientais.

A agricultura familiar, no Brasil, é a principal produtora dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. Diferente das monoculturas desenvolvidas pelo agronegócio, esse tipo de manejo do solo produz alimentos variados; é realizado quase sempre com respeito ao solo e ecossistema; e é feito por brasileiras e brasileiros que têm a terra como a principal fonte de sustento.

A agricultura familiar diferencia-se dos demais tipos de agricultura, pois a gestão da propriedade é compartilhada pela família e os alimentos produzidos constituem a principal fonte de renda para essas pessoas. No Brasil, a atividade envolve aproximadamente 10,1 milhões de pessoas e é responsável por gerar renda para 70% dos brasileiros no campo.

O PSB defende o fortalecimento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) para promover a ampliação e modernização da estrutura produtiva nos estabelecimentos rurais. Esses pequenos produtores têm acesso a apenas 14% de todo o financiamento disponível para a agricultura e se concentram em somente 23% das terras agriculturáveis no País. Apesar de estarem ativos, esses programas sofrem de baixo financiamento, com a paralisação de empréstimos por falta de verba.

| Amazônia 4.0

Para organizar um necessário projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira é fundamental estabelecer uma estratégia para o efetivo exercício da soberania nacional sobre a região, pois o montante e os valores dos ativos existentes, nesse território, possuem grande valor. A biodiversidade amazônica proporciona diversas vantagens competitivas mundiais e pode ser um fator estratégico na economia, principalmente pela possibilidade de inovação tecnológica na região, o que permitiria inserir o Brasil nas cadeias globais de valor.

O PSB defende que uma estratégia de desenvolvimento sustentável da Amazônia deve ser parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, liderado por um governo que tenha como objetivo inserir soberanamente o Brasil nas cadeias globais de valor, com uma produção biotecnológica genuinamente brasileira.

O projeto em questão deve, obrigatoriamente, articular políticas públicas e agências de pesquisas e fomento, assegurando que a iniciativa se converta em política de Estado, a exemplo do que foram os projetos exitosos da Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras), da Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. (Embraer) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), concebidos, criados e gestados pelo Estado brasileiro, por sucessivos governos. Esse projeto de desenvolvimento proposto é designado de Projeto Amazônia 4.0, ou simplesmente Amazônia 4.0. Constitui-se em uma espécie de choque de industrialização brasileira, regionalmente localizado. Significa trazer indústrias modernas, com ferramentas do século XXI e da Economia Criativa, denominada de Quarta Revolução Industrial, para criar uma nova industrialização desse imenso potencial econômico da biodiversidade brasileira, localizada no Norte do País.

Essa iniciativa é possível e viável como estratégia de desenvolvimento baseada na exploração racional dos recursos; na conservação, inovação e Economia Criativa. Ao invés de queimar, derrubar e transformar a floresta, primeiro em madeira clandestina e depois em pastos, é preciso preservá-la, e explorar sustentavelmente esse imenso ativo biológico e de enorme valor na era do conhecimento.

O Projeto Amazônia 4.0 pode trazer indústrias para todas as escalas, inclusive para pequenas comunidades e para as cidades. Isso possibilita transformar o potencial da região em produtos, em conhecimento biotecnológico, atingindo mercados globais, portanto, tornar-se uma marca brasileira. O estímulo à agroindústria florestal, ou biofábricas, pode tornar-se um diferencial competitivo do Brasil. Tal iniciativa deverá articular também os investimentos



públicos, em parceria com a iniciativa privada de âmbito nacional e internacional, que poderão encarregar-se da gestão dos inúmeros empreendimentos que emergirão das diversas linhas de pesquisa. A coordenação dos esforços de comunicação e *marketing* dos produtos originários dessa região, com vista à exportação, compõe outra atividade prevista.

| Amazônia Azul

A Amazônia Azul, ou território aquático brasileiro, é a Zona Econômica Exclusiva do Brasil, uma área que corresponde a 4,5 milhões de quilômetros quadrados, ou o equivalente à superfície da Floresta Amazônica (mais da metade da área do Brasil continental).

Essa região possui muitas riquezas e potencial de uso econômico de diversos tipos, como: pesca; minerais; enorme biodiversidade de espécies marítimas nativas; petróleo, como o encontrado na Bacia de Campos e no pré-sal; e aproveitamento de energia maremotriz e energia eólica em alto-mar, ou *offshore*.

Essa região, sobre a qual o Brasil exerce soberania, ainda tem enorme potencial de recursos em sua biodiversidade, como os recursos minerais energéticos, não extrativistas, alguns já em exploração, fármacos e alimentos.

Apesar de ser chamada de “Amazônia Azul”, a zona econômica exclusiva engloba toda a margem da costa marítima brasileira, compreendendo tanto as áreas marinhas situadas ao largo da porção continental do Brasil, quanto aquelas localizadas ao redor das ilhas oceânicas e rochedos, como as do Arquipélago de Fernando de Noronha e das ilhas Trindade e Martim Vaz. Entretanto, sua importância é pouco reconhecida pelos brasileiros, tendo em vista a exploração nem sempre sustentável de seus recursos.

O PSB propõe uma articulação dos estados que compõem a região, com a sociedade civil, para estruturar uma agência de desenvolvimento sustentável da Costa Atlântica e Amazônia Azul, capaz de formular programas de conservação ambiental, valorização cultural e de desenvolvimento nos aspectos econômico, social e turístico, para esse importante bioma brasileiro.

| A Mineração e o Desenvolvimento Sustentável

O Brasil é muito rico em minérios. Em termos de reservas globais, o País detém, por exemplo, 98,8% das reservas de nióbio e 16,8% de ferro. O setor mineral, base para diversas cadeias produtivas, participa com 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) e 20% do total das exportações brasileiras. De tudo o que se produz, 85% é exportado. Apesar de sua importância, os minérios são exportados com baixíssimo valor agregado.

Os minérios metálicos responderam, em 2019, por cerca de 80% do valor total da produção mineral brasileira. Alumínio; cobre; cromo; estanho; ferro; manganês; nióbio; níquel; ouro; vanádio; e zinco, corresponderem a 99,7% do valor total da produção e somaram R\$ 129 bilhões.

A mineração brasileira, dada a sua importância nas áreas econômica e social, sempre foi tratada como uma “atividade de interesse público” e, por isso, condicionada a impositivos legais que incluem todo o ordenamento jurídico sobre a matéria. Apesar de o Brasil possuir tantos recursos e riquezas minerais, o processo de transformação e produção fica nas mãos de grandes empresas multinacionais. Consequentemente, a maior parte dos lucros não permanece no País e não beneficia a população brasileira.

Não raras vezes, a atividade tem se consolidado ancorada num modelo de exploração irracional e nada sustentável, deixando, por onde passa, uma pegada ambiental lastreada na destruição e no desequilíbrio do meio ambiente e na completa desarticulação da socioeconomia local. No entanto, a sobrevivência empresarial desses e de outros ramos econômicos depende de adequação com os procedimentos que legitimem a intervenção no meio físico.

O PSB defende a necessidade de exploração do potencial minerário conhecido, assim como investimentos em pesquisas, para identificar, quantificar e qualificar os minérios e as minas existentes e desconhecidas. Esse enorme potencial precisa ser articulado no âmbito de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, para assegurar a emancipação do Brasil em termos de exploração sustentável.

A exploração do potencial minerário não pode abdicar, em hipótese alguma, de que todos os esforços sejam ancorados na premissa da sustentabilidade. Os ganhos gerados pelos investidores, numa atividade mineral, não podem ser

exclusivos dos acionistas. A premissa do Socialismo Criativo determina que o crescimento da geração contemporânea não sacrifique o bem-estar das gerações futuras. Para que isso ocorra, é necessário que todos os projetos de mineração sejam submetidos a rigorosos processos públicos e transparentes de licenciamento.

Nessa perspectiva, o primeiro desafio a ser tratado, na formulação de uma verdadeira política mineral, que defenda os interesses nacionais, é promover o estímulo à alteração da estrutura produtiva do setor mineral, visando ao adensamento das cadeias produtivas, com o processamento industrial dos minérios. Almeja-se, com isso, ampliar os níveis de emprego, renda, desenvolvimentos local e regional; abastecer em nível de excelência o suprimento do mercado nacional; e assegurar ampla inserção, mais competitiva e soberana, no mercado global.

O PSB propõe o emprego de legislação que organize a produção mineral, de forma que as áreas indígenas e quilombolas sejam totalmente respeitadas. Quanto à mineração e aos impactos da atividade nos patrimônios histórico, cultural, paisagístico e turístico, é necessário equacionar o conflito de uso do espaço entre as atividades econômicas e os interesses difusos da sociedade, e cabe ao Estado arbitrar em razão de valores tangíveis e intangíveis.

Para perenizar o desenvolvimento, após a mineração, há que se considerar que os recursos minerais passíveis de uso pela sociedade são bens finitos, no tempo e no espaço. Mesmo aquelas gigantescas jazidas formadas pela generosidade dos processos geológicos, devem ser aproveitadas com parcimônia, evitando-se a lavra ambiciosa ou predatória.

Do ponto de vista econômico, o desafio da atividade mineradora no Brasil é a agregação de valor, possível com uma industrialização moderna e criativa, que possibilite sua inserção nas cadeias globais de valor, mantendo a soberania do País.



| A Força Indutora do Turismo

Um em cada nove empregos no mundo é gerado pelo turismo. Em 2018, nada menos do que 1,3 bilhão de viagens foram realizadas por turistas de lazer, negócios e corporativos. E o Brasil recebeu apenas 6 milhões de turistas estrangeiros, menos do que a Torre Eiffel, uma das atrações turísticas de Paris. Essa foi, talvez, a atividade mais atingida pela pandemia da Covid-19, perdendo cerca de 900 milhões de passageiros. Mas deverá ser um dos setores com maior capacidade de retomada, depois da vacinação no mundo.

Apesar de sua subexploração no Brasil, o turismo internacional está em quinto lugar na pauta de exportações brasileiras. Ou seja, é uma atividade que traz divisas para o País, sem que seja necessário mandar qualquer produto, serviço ou mercadoria para o exterior. O turismo representa cerca de 4% do PIB brasileiro. Empregava, antes da pandemia, somente em suas atividades típicas diretas, algo em torno de 3 milhões de trabalhadores. Some-se, ainda, a riqueza gerada indiretamente na construção de hotéis, centros de convenções e outros equipamentos; na produção e comercialização de televisores e outros eletroeletrônicos, computadores e enxovais que, embora destinados à atividade turística, não são contabilizados como tal.

A cadeia produtiva do turismo conta com mais de cinquenta elos, dentre os quais se destacam a cultura, em suas várias linguagens artísticas; os museus e o artesanato; os patrimônios históricos e os naturais; os transportes aéreos, marítimos, fluviais e rodoviários; a hotelaria, a gastronomia, os bares e restaurantes; o entretenimento (*shows*, festas, folguedos); agências de viagem; agências de publicidade; criação de *softwares*; vendas *on-line*; guiamento turístico; entre outros.

Como se pode verificar, são muitos os pontos nos quais o turismo e a economia criativa se encontram. Por isso, o Plano Estratégico da Economia Criativa do Estado de São Paulo incorporou o turismo como um dos seus componentes. O turismo e a economia criativa constituem-se numa soma estratégica, na medida em que representam fatores de atratividade de investimentos; competitividade; e elevação dos padrões de qualidade de vida nas cidades e regiões.

Somados os mercados nacional e internacional, o Brasil possui um dos

maiores potenciais turísticos do mundo. Sua atratividade é composta não apenas pelo seu patrimônio natural (Floresta Amazônica; Mata Atlântica; imenso litoral da Amazônia Azul; rios; cachoeiras; montanhas) e seu patrimônio arquitetônico moderno e histórico, mas também por sua imensa diversidade cultural, e pela alegria do seu povo.

Com seu clima e a grandeza do seu mercado interno, pode facilmente superar - como já fizeram outras cidades e regiões do mundo - uma das principais limitações da atividade, que é a sazonalidade. Seus equipamentos turísticos podem ser ocupados todos os meses do ano por turistas internacionais e nacionais. O turismo, pela multiplicidade de elementos econômicos e culturais, constitui-se em um poderoso indutor do desenvolvimento.

Potencializar essa capacidade indutora depende de um planejamento central, que contemple políticas para as cidades criativas, e investimentos públicos e privados na promoção turística internacional; na qualificação técnico-profissional, na segurança pública; em tecnologias de informação e comunicação; e na logística. Depende, também, de uma nova visão orçamentária da União e dos estados, que leve em conta a realidade de que o turismo e a cultura, a despeito de representarem juntos mais de 6% do PIB brasileiro, contam apenas com pouco mais de 1% do orçamento da União.

| Criatividade, Inteligência Nacional e Inovação Tecnológica

Conhecimento e inovação são frutos da mesma árvore, filhos de uma mesma família, a ciência. Essa é a mãe da educação; produtora do pensamento crítico e da inteligência; desenvolvedora de sensibilidades; estimuladora da pesquisa, da curiosidade e da investigação; cujos frutos e acúmulos somados possibilitam evoluções civilizatórias na direção do desenvolvimento em âmbitos social, cultural e econômico.

Inovação é um processo criativo, revolucionário e transformador, que possibilita rupturas parciais ou completas, impactando o modo de vida e o desenvolvimento das pessoas, sociedades e nações. A diversidade dos significados de inovação manifesta-se pela abrangência de sua aplicação como

vetor de desenvolvimento humano, da formação de capital e da melhoria da qualidade de vida.

O Brasil, em poucas décadas, deu mostras de inovações revolucionárias, por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), dois sistemas públicos, gratuitos e universais de atendimento, garantia e valorização dos direitos humanos. Também são brasileiros a arquitetura e o paisagismo de Brasília; a Bossa Nova; a exploração de petróleo em águas profundas -desenvolvida pela Petrobras -; a Embrapa e a Embraer.

A inovação é um processo que inclui diversificado conjunto de técnicas; observações de padrões de consumo; concepções filosóficas e de vida; desenvolvimento e gestão; que resultam num novo – ou melhorado – produto, ou na primeira utilização de novos – ou melhorados – processos.

Ela possui também um caráter valorativo inerente à economia criativa. Esta aproveita os acúmulos e as experiências antes existentes e ainda presentes no cotidiano das pessoas, embarcando medidas que propiciam mudanças para melhor, assegurando aspectos novos, corrigindo, adaptando às novas condições, algo que – apesar de funcionar – está defasado ou inadequado.

Os programas de inovação devem estar articulados a um Plano Nacional de Desenvolvimento, de modo que possam contribuir, por exemplo, para o aproveitamento do enorme potencial existente na Amazônia brasileira e para o renascimento criativo da indústria. Deve-se, ainda, organizar esforços de uma inteligência que assegurem a emancipação nacional em temas estratégicos, como o aeroespacial e a defesa; a gestão das águas; a produção de alimentos; biomas e bioeconomia; ciências e tecnologias sociais; mudanças climáticas; economia 4.0 e sociedade digital; energias renováveis; minerais estratégicos; nuclear; complexo de saúde; e, ainda, a exploração do enorme potencial existente na Amazônia Azul.

O PSB defende a priorização de investimento em educação, sob a lógica do estímulo à pesquisa, desde a educação básica. Defende, igualmente, o fortalecimento de programas de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento de inovações e tecnologias que possam – assim como os êxitos descritos anteriormente – propiciar a superação das desigualdades sociais e econômicas que assolam a nação brasileira.

AUTO PPE FORMIA

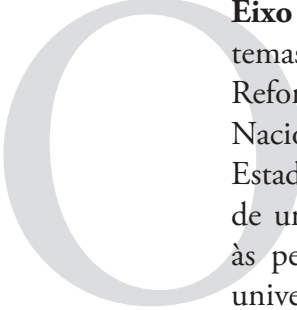
psk.org.br





Eixo Temático I

Reforma do Estado



Eixo Temático I - Reforma do Estado é integrado pelos temas da Reforma Política; Reforma do Aparelho de Estado; Reformas Fiscal/Tributária; Política Externa; e Defesa Nacional. Os tópicos são estruturantes para a reforma do Estado brasileiro e para que este atue como construtor de um processo civilizatório e emancipatório direcionado às pessoas que mais necessitam, assegurando-lhes acesso universal e permanente aos bens e serviços públicos.

A proposta de Reforma do Estado deve envolver, prioritariamente, o combate a todas as formas de desigualdades e privilégios, e estar igualmente capacitada para a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil.

| Reforma do Estado

1 | O Estado brasileiro, para atender às necessidades da sociedade e equacionar os desafios do século XXI - Era do Conhecimento -, deve ser pautado em novas diretrizes criativas, em especial, no enfrentamento diário das desigualdades e na promoção dos princípios do humanismo; da diversidade; inclusão; universalidade; solidariedade; igualdade; justiça social; e liberdade.

2 | Essas novas diretrizes devem estar refletidas em uma organização do Estado fundamentada no planejamento estratégico, acesso e desempenho, por mérito, em carreiras do serviço público, e pela atividade ética e transparente.

3 | A Reforma defendida pelo PSB pretende ampliar a influência e o poder dos interesses do trabalho no aparelho estatal.

4 | É imperativo eliminar a privatização e a precarização do serviço público, notadamente na Saúde e na Educação, de modo a buscar sua verdadeira universalização e seu aprimoramento qualitativo.

5 | O Brasil precisa de um Estado democrático, forte e eficiente; um Estado que também tenha como missão o cumprimento de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

6 | O Estado brasileiro deverá ser o condutor de um processo civilizatório e emancipatório direcionado aos diferentes segmentos sociais, principalmente os historicamente menos privilegiados. Nesse sentido, a revolução brasileira, vista como um processo de transformação estrutural de longo prazo, realizada por meios pacíficos e democráticos, tem como uma de suas principais funções a conquista de novos direitos sociais incorporados ao Estado.

7 | A proposta do PSB, de Reforma do Estado, contempla os três poderes, envolve o combate a todas as formas de desigualdades e capacita o Estado para a construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, para um Brasil próspero, sustentável e igualitário.

8 | A reforma terá por meta orientar os três poderes a atender às demandas da sociedade, tanto no sentido político amplo, quanto na entrega de serviços públicos de qualidade, com foco prioritário nos segmentos sociais menos privilegiados e mais vulneráveis.

9 | É imprescindível a repactuação de um Novo Federalismo, com a ampliação da autonomia de estados e municípios e o reordenamento de receitas e despesas correspondentes aos serviços assumidos por todos.

10 | No plano internacional, deve-se manter a tradição diplomática do País de respeito à autodeterminação dos povos; ao multilateralismo; à luta intransigente pela paz e amizade entre os povos; à ampliação das relações e trocas culturais, comerciais e técnicas; e à noção de recepção-acolhida de expatriados.

| Novo Federalismo

11 | O Novo Federalismo brasileiro, para além das obrigações, precisará descentralizar as receitas, a partir de uma construção colaborativa entre os entes federados, levando em conta as desigualdades regionais e a definição de padrões mínimos nacionais, para as diversas áreas temáticas de políticas públicas.

12 | É necessário promover a transição para um novo federalismo, cuja proposta é preservar as especificidades regionais, porém superando as

desigualdades entre os entes federados, adotando sempre princípios éticos, morais, democráticos e com justiça social, e ampliar a autonomia dos entes subnacionais.

13 | Constitui estratégia fundamental vencer o estigma centralista pelo lado tributário, de modo a alterar o quadro de concentração arrecadatória nos cofres da União (65% da carga tributária) contra 20% destinados aos estados e 15% aos municípios.

14 | Em um Novo Federalismo brasileiro, os estados e municípios serão empoderados, por meio do fortalecimento do princípio da subsidiariedade, que pressupõe uma interlocução de baixo para cima.

15 | Serão igualmente valorizadas e fortalecidas as transferências “fundo a fundo” (repasses constitucionalizados dos recursos da União para os estados e municípios).

| Planejamento, Função do Estado Moderno

16 | O planejamento estratégico é parte sequencial de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que define os objetivos nacionais de longo prazo e tem como cerne o combate às desigualdades. Essas políticas deverão ser orientadas pelos princípios da inclusão; universalização do acesso; do respeito e acolhimento à diversidade; da superação das desigualdades; e da emancipação da sociedade.

17 | O Planejamento Estratégico estimulará e conceberá políticas públicas de infraestrutura e políticas sociais, que se estruturarão em insumos e matérias-primas, cuja produção respeite os princípios da economia verde e fontes de energias limpas, baratas e renováveis, como nova estratégia de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

18 | O PSB defende o planejamento como base da construção de políticas públicas, garantindo investimentos relevantes em ciência, tecnologia e inovação, fatores essenciais da economia criativa.

| Reformas Fiscal e Tributária

19 | As Reformas Fiscal e Tributária, defendidas pelos socialistas, combaterão fortemente a regressividade da carga tributária brasileira. Tal situação decorre do fato de que, proporcionalmente à renda, os mais pobres pagam muito mais impostos do que os mais ricos.

20 | Elevar os índices de tributação para produtos exportados *in natura* e, progressivamente, diminuir a incidência de impostos nos produtos gerados a cada etapa de processamento e agregação de valor.

21 | A diretriz das Reformas Fiscal e Tributária envolve a redução da incidência de impostos sobre consumo e aumento dos impostos sobre a renda dos mais ricos, invertendo o quadro atual, e cumprindo o papel de, com as políticas públicas, contribuir para a transferência da renda dos mais ricos para os mais pobres.

22 | Constituem, ainda, diretrizes, a diminuição ou eliminação das desonerações fiscais sobre as rendas altas - especificamente a não taxação de lucros e dividendos.

23 | O PSB atribui um sentido social ao ato arrecadatório. Significa assegurar uma boa prática fiscal, orientada por sistemas que simplifiquem os processos arrecadatórios – e produzam um avanço direcionado à construção de um Estado de Bem-estar Social.

24 | A incidência dos impostos será maior sobre a renda direta, os rendimentos e os ganhos de capital. A síntese da reforma socialista é: Quem ganha pouco, paga pouco; e quem ganha mais, paga mais.



| Reformas Fiscal e Tributária e o Novo Federalismo

25 | A proposta socialista para as relações entre as reformas fiscal e tributária e o desenho federativo do Brasil é reduzir a prevalência da União, que concentra a maior fatia dos recursos, deixando estados e municípios em dificuldades. O PSB defende uma reforma que torne compatíveis atribuições e recursos dos entes federados, equilibrando a arrecadação com funções de cada ente, além de promover justiça social e garantir a transição para um desenvolvimento sustentável.

26 | O Novo Federalismo será orientado por medidas de manutenção das fontes próprias de receitas dos municípios e estados; pela adoção de mecanismos de compensação dos aspectos relativos ao dinamismo econômico de cada unidade federada, diminuindo sua dependência dos repasses da União.

27 | É necessário redesenhar o perfil da dívida pública brasileira, para promover forte redução no peso das despesas, com juros, serviços da dívida, renovação-recompra dos títulos da dívida pública, e que essa redução permita à União, aos estados e municípios investirem mais na infraestrutura e nas políticas públicas essenciais ao bem-estar da sociedade brasileira.

28 | Os instrumentos e mecanismos de estímulo às exportações, baseados na redução dos tributos que impactam as finanças de estados e municípios, serão revistos e revogados quando possível, com destaque para a Lei Kandir.

29 | O Novo Federalismo manterá e fortalecerá a estratégia de incidência de todos os tributos que compõem o orçamento da Seguridade Social e do SUS, notadamente a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Igualmente, assegurará a manutenção dos percentuais constitucionais de 15%, destinados à Saúde, e 25%, à Educação.

| Gestão do Estado

30 | O PSB defende que a gestão do Estado brasileiro seja precisa, efetiva, simplificada e acessível, baseada em planejamento estratégico e com participação popular.

31 | A profissionalização da burocracia administrativa deve significar que o acesso à condição de servidor público é meritocrático, por concursos e capacitação permanente.

32 | A gestão de pessoas é um elemento essencial, na moderna gestão do Estado. Admitidos mediante concursos e seleções públicas, os trabalhadores do serviço público devem ser protegidos por segurança jurídica.

33 | Os sistemas de gestão das políticas públicas do Estado brasileiro, nos três poderes e nas três esferas, devem convergir para bases de dados, únicas, desenvolvidas em plataformas digitais livres, em formato acessível e de fácil uso; consulta e ampliação do acesso e transparência das informações; e da identificação digital única que assegure a desburocratização nas relações entre o Estado e os cidadãos.

34 | A responsabilidade fiscal é um elemento vital, na gestão do Estado. Sem sustentabilidade financeira, não há como geri-lo eficaz e eficientemente.

| Governo Aberto e Gestão Compartilhada

35 | É preciso reforçar os instrumentos de transparência das contas públicas e dos serviços prestados pelos três poderes, nas três esferas de governo, por meio do mecanismo de Governo Aberto, que alcance todos os processos - humanos, materiais e financeiros.

36 | É necessário ampliar as experiências de Gestão Compartilhada exitosas e providas de usabilidade, tornando-as política institucional capaz de reunir cidadãos no acompanhamento dos gastos e na execução de obras e de serviços públicos.

| Sociedade em Rede e os Direitos dos Cidadãos

37 | O poder das grandes empresas de informação e comunicação, articuladas ao capital financeiro, extrapola fronteiras nacionais e limites dos direitos individuais e coletivos, nas sociedades em rede. Tanto os direitos das nações como os direitos dos cidadãos não estavam preparados para essa globalização digital. Por isso, os socialistas defendem a regulamentação, pelos Estados nacionais, das relações entre o poder das empresas, os cidadãos e a sociedade.

38 | O PSB considera a segurança e a proteção dos dados um direito fundamental e inalienável dos cidadãos brasileiros. A inviolabilidade, a proteção e a segurança constituem elementos centrais para o fortalecimento e a consolidação da democracia brasileira.

39 | A guarda dos dados individuais, a sua organização e consolidação em bancos de dados, propiciam, às empresas detentoras, enorme capacidade de manipulação dessas informações em benefício próprio ou de grupos, por vezes com graves prejuízos à democracia.

40 | Como forma de avançar na qualificação das políticas de Estado que estabelecem a gestão, o controle e a integridade dessas informações, os socialistas defendem a necessidade de melhoria contínua nos instrumentos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e que a Agência Nacional de Proteção de Dados mantenha-se sob o controle da sociedade.

41 | Dentre os novos direitos, destacam-se o direito à participação por via digital e ao compartilhamento de dados pessoais e coletivos, na sociedade em rede, regulamentados pelo Estado.

42 | Para aprofundamento da democracia, é necessário o fortalecimento da comunicação pública, no Brasil, tendo a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) como ferramenta para a prestação de um serviço de informação plural e de qualidade, para todo o território nacional, em que as prioridades sejam a difusão de direitos do cidadão, formação crítica e o fomento cultural.

| Agência de Controle da Dívida Pública e de Atividades Financeiras

43 | É necessária a criação de uma estrutura que una o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) a outra unidade administrativa e análise e promova a auditoria permanente da dívida pública. Essa estrutura deve ser organizada na forma de Agência Reguladora.

44 | O PSB defende o estabelecimento de arquivos e registros públicos que permitam detectar os verdadeiros donos das empresas do País. Esse é um desafio que deve ser enfrentado prontamente.

| Reformas Política e Eleitoral

45 | É necessário haver um redesenho dos sistemas político, partidário e eleitoral, com o objetivo de fazer com que as instituições partidárias se definam de modo claro, nos aspectos político, ideológico e programático, de forma a estabelecer uma relação entre representantes e representados com base nas convicções e nos perfis ideológicos.

46 | A insuficiência da democracia representativa demanda a intensificação do uso dos mecanismos de participação das pessoas, como o plebiscito; o referendo; e os projetos de lei de iniciativa popular.

47 | A defesa do fortalecimento da democracia mediante adoção de ferramentas de uma democracia digital é possível e extremamente necessária.

48 | Para assegurar o fortalecimento dos partidos e dos Poderes Legislativos Municipais, Estaduais/Distrital e Federal, os socialistas defendem que as eleições legislativas – vereadores, deputados estaduais/distritais, federais e senadores – ocorram em períodos distintos das eleições que elegem os cargos executivos – prefeitos, governadores e presidente da república.

49 | É fundamental alterar a lógica de composição e funcionamento dos conselhos municipais, previstos na Constituição, ampliando seus poderes

deliberativos quanto ao acompanhamento da execução das políticas, em especial a gestão orçamentária.

50 | O presidencialismo brasileiro tem sido incapaz de conduzir os debates com a sociedade brasileira, visando a organizar um pensamento de mobilização e construção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, contemplando uma inserção internacional soberana e o combate das desigualdades.

51 | O Partido Socialista Brasileiro defende a adoção do parlamentarismo como instrumento de fortalecimento da democracia e ampliação do controle das ações dos governos e do Estado.

52 | No parlamentarismo - que só é possível a partir das reformas política e eleitoral, que fortaleçam os partidos, com a redução do seu número - maiorias podem se formar no parlamento, organizadas em torno de projetos partidários, de políticas públicas e de governo.

53 | O PSB considera as Reformas Política e Eleitoral como prementes e urgentes. Independentemente do Sistema de Governo, é fundamental incorporar mudanças no sistema eleitoral brasileiro, por meio da adoção do Voto Distrital Misto, mantida a obrigatoriedade do voto.

54 | Nesse processo distrital misto, uma parte dos eleitos deve emergir dos distritos e, a outra, pela votação geral do estado pelo qual o candidato disputar a eleição.

55 | Adoção de cláusula de desempenho eleitoral mínimo para a Câmara Federal, de 5%, como estratégia de fortalecimento do sistema partidário e redução da multiplicação de siglas partidárias, sendo vetada a coligação proporcional.

56 | Instituir o Referendo Revogatório, ou Voto Destituente (*recall*), que corresponderá à possibilidade de, em caso de desconfiança, os eleitores voltarem às urnas para revogar o mandato do eleito infiel.

57 | É necessário, no presidencialismo, adotar o fim das reeleições dos cargos executivos, cujos mandatos deverão ter duração de cinco anos.

58 | Aos partidos e às campanhas deverão ser assegurados a garantia de financiamento público; o tempo para propaganda partidária e eleitoral gratuitos nas TVs, rádios e mídias sociais.

59 | É fundamental manter a proibição de financiamento empresarial e reforçar o estabelecimento de teto para autofinanciamento de candidaturas.

60 | Deverá ser adotada a exigência de tempo mínimo de um ano de filiação partidária para candidaturas em disputas eleitorais.

61 | É necessário promover a inclusão política das mulheres, negros, jovens, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, indígenas e outros grupos sub-representados no Sistema Eleitoral, aperfeiçoando a política de cotas, assegurando e incorporando, no marco legal, as candidaturas coletivas.

| Novo Poder Legislativo

62 | O processo legislativo orçamentário deverá passar por uma requalificação das Comissões de Orçamento, com funcionamento permanente, mas apenas como sistematizadoras do processo orçamentário.

63 | A Reforma do Legislativo deverá adotar os projetos de iniciativa popular, cuja tramitação deve seguir os mesmos critérios para a convocação dos plebiscitos e referendos.

| Tribunais de Contas

64 | Os Ministros e Conselheiros dos Tribunais de Contas da União, de Estados e Municípios deverão estar protegidos por mandatos de oito anos.

65 | Os tribunais deverão ser redesenhados funcional e administrativamente, transformando-se em Auditorias Gerais, com estrutura colegiada, considerados como órgãos de Estado e atuando exclusivamente como órgãos assessores dos respectivos poderes legislativos, o que os distinguirá do controle interno, exercido por outros órgãos da administração pública.

| Judiciário Moderno

66 | Os tribunais públicos são estruturas importantes do Estado democrático de direito. Portanto, é fundamental a modernização e democratização das suas formações, notadamente promovendo maior celeridade no julgamento dos processos, para garantir que a justiça chegue a todas as camadas sociais.

67 | É necessário adotar o limite de oito anos para o exercício das funções de ministros e desembargadores de Tribunais Superiores e Estaduais, com a adoção de novas formas, critérios técnicos, meritórios e de transparência de assunção a essas vagas.

68 | É necessário eliminar os privilégios institucionais e remuneratórios que caracterizam o judiciário brasileiro, por meio da adoção de instrumentos que promovam a transparência sobre a produtividade dos profissionais desse Poder.

69 | É necessário capacitar o judiciário brasileiro, objetivando a diminuição e a eliminação de processos que aprofundem as desigualdades sociais, de gênero, raça e orientação sexual.

| Política Externa

70 | Os socialistas defendem as prescrições do artigo 4º da Constituição de 1988, que estabelece os princípios sobre os quais as relações internacionais do Brasil devem reger-se.

71 | Esses princípios determinam a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo - inclusive com a vedação a relações diplomáticas com países que pratiquem o *apartheid* -, o asilo político e a cooperação para o progresso da humanidade.

72 | O PSB defende que o Brasil tenha um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tal medida garantirá maior influência do País no concerto internacional das nações, além de ampliar e democratizar o Conselho, uma vez que, na atualidade, conta com poucos membros permanentes.

73 | Os socialistas defendem a adoção de políticas de cooperação internacional pelo desenvolvimento e implementação de políticas migratórias de acolhimento, assistência, proteção e integração às pessoas refugiadas, solicitantes de asilo, apátridas, ou pessoas deslocadas internamente, que foram forçadas a abandonar suas comunidades ou países em decorrência de perseguição política, discriminação, fome, pobreza, violência ou desastres naturais.

74 | No cenário internacional da geopolítica, não participam apenas os Estados nacionais, mas é, também, um espaço em que atuam as empresas globais, algumas delas com faturamento superior ao Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países. E, neste sentido, há que se assegurar às empresas brasileiras, públicas e privadas, um papel de relevância no cenário geopolítico internacional, para que atuem como protagonista globais.

75 | A política externa brasileira deve compreender que a soberania nacional, que garante a autonomia das ações dos Estados nacionais dentro de seus territórios, precisa levar em conta as novas premissas do mundo globalizado - em que fronteiras se tornam mais tênues, à medida que a circulação de pessoas, informações, recursos financeiros e mercadorias ampliam-se em fluxos globais, intensificados pela revolução tecnológica.

76 | A política externa brasileira sempre colocará a defesa dos interesses estratégicos do Brasil e da população brasileira em primeiro lugar.

77 | As ações da política externa brasileira deverão ser orientadas por um Projeto Nacional de Desenvolvimento, em que esteja definido claramente qual é o papel do País na economia global.

78 | O Brasil não aceitará o papel a ele reservado pelo mundo capitalista, de se constituir em uma nação marcada pela desigualdade, produtora sobretudo, de *commodities* agrícolas e minerais e simples consumidora de produtos de alta tecnologia.

79 | Constitui, ainda, pilar inegociável da política externa, a busca pela integração das áreas econômica, política, social e cultural dos povos da

América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

80 | O Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a possibilidade de uma formação mais ampla, como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), coloca em evidência o papel relevante que o Brasil poderá vir a ter, como o maior país da América Latina, a ser exercido no âmbito das relações sul-sul, o que inclui a África como área de interesse estratégico para o Brasil.

81 | O PSB defende que os parlamentos do Mercosul e Parlamento Latino-Americano tenham seus representantes eleitos pelo voto direto dos cidadãos dos países integrantes.

82 | Os socialistas defendem que o Brasil se posicione a favor do multilateralismo, por meio do fortalecimento do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), dos países de língua portuguesa e de outros blocos assemelhados.

83 | É necessário que a política externa brasileira contemple o novo cenário geopolítico emergente da pandemia do Coronavírus, que abalou o mundo no ano de 2020. O fortalecimento de organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a relevância dos sistemas públicos de saúde, a exemplo do SUS, as profundas diferenças no enfrentamento da pandemia entre países, podem redesenhar o panorama internacional.

84 | O PSB repudia com veemência a adoção de políticas intervencionistas e de bloqueios econômico, científico e tecnológico, a exemplo dos praticados pelos Estados Unidos da América (EUA).

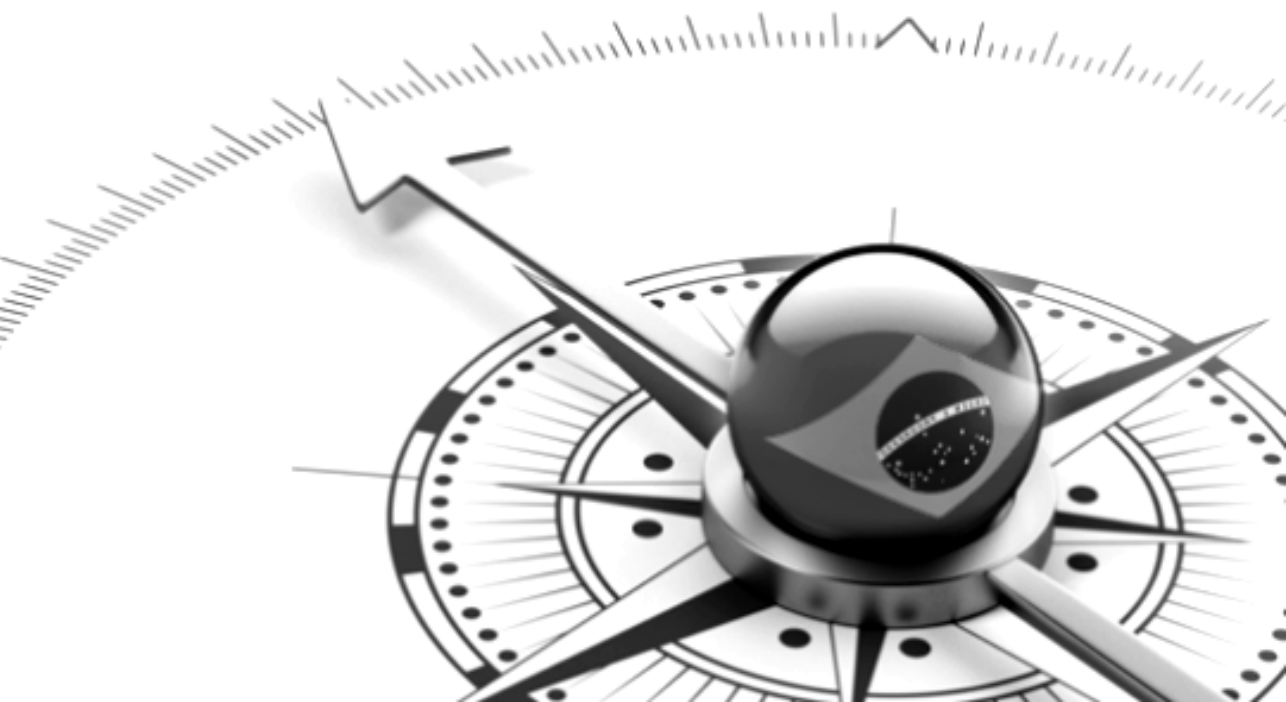
| Defesa Nacional e Geopolítica

85 | Para os socialistas, numa economia globalizada, a soberania nacional só se exerce, efetivamente, se for capaz de garantir a unidade, a inviolabilidade territorial e o domínio sobre as principais dimensões que compõem tal economia, como emissão de moeda, pesquisa, ciência e as tecnologias de ponta, o que deve ser garantido pelo Estado Nacional e pelas empresas brasileiras.

86 | O primeiro desafio a ser superado na definição de uma política de Defesa Nacional é possibilitar que o Brasil ocupe seu papel como nação protagonista no concerto mundial, considerando as potencialidades criativas do seu povo e seus principais ativos culturais, ambientais, agrícolas, tecnológicos e minerais.

87 | O PSB entende que a Defesa Nacional não é um tema exclusivamente militar. A estratégia para articular e superar esse desafio é a elaboração de um Plano de Estratégia Nacional de Defesa, como parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

88 | A Política de Defesa Nacional deve ser considerada como importante e estratégico vetor de impulsionamento do desenvolvimento tecnológico.



89 | O efetivo exercício da soberania nacional, no Estado democrático, deve reconhecer a importância do papel das Forças Armadas, que estão subordinadas ao poder civil do Presidente da República, constituindo-se em instituição de Estado, e não do governo, como reza a Constituição Federal.

90 | Do ponto de vista econômico, o componente industrial de Defesa Nacional deve, a exemplo de vários países, desenvolver uma base tecnológica, com características duais, desdobrando-se em produtos e serviços para o mercado.

91 | Os acordos de transferências tecnológicas e a produção de equipamentos militares de ponta abrem caminho para que o parque industrial nacional, respeitando e protegendo os elementos estratégicos da política de segurança nacional, aproveite mercadologicamente muitos dos seus componentes.

92 | Do ponto de vista geopolítico, é fundamental considerar que o Brasil exercerá melhor o seu papel na América do Sul, e no mundo, se dispuser minimamente de autonomia na produção de equipamentos de defesa.

93 | Nesse papel, deve aprofundar as perspectivas de integração sul-americana, não só nos terrenos da economia e da logística de transportes, mas também culturalmente, nas atividades turísticas, da Educação e da Saúde, dentre outras. E, assim, a política de Defesa Nacional deve entrelaçar-se à defesa do continente sul-americano.

XV

Congresso
Constituinte da
Autorreforma do

FP



Proposta
de Novo
Programa
do PSB

6



Eixo Temático II

Economia:
Prosperidade,
Igualdade e
Sustentabilidade

O Eixo Temático II - Economia: Prosperidade, Igualdade e Sustentabilidade - é integrado pelos temas: A Economia deve servir à Vida das Pessoas; Macroeconomia; Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento; Desenvolvimento da Amazônia 4.0; e O Futuro do Trabalho, e tem como objetivo apresentar as propostas do PSB a respeito.

O modelo de desenvolvimento econômico capitalista vigente no Brasil é incontestavelmente desigual, pois seis bilionários possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de pessoas mais pobres. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora, que ganha um salário mínimo mensal, levará 19 anos para receber o equivalente ao que um rico recebe em um único mês.

Para os mais pobres, e para a classe média, do processo de globalização sobrou a mudança radical do padrão dos empregos, o aumento da informalidade e um sistema de proteção social que se torna cada vez mais limitado para ser acessado e nele permanecer.

| A Economia Deve Servir à Vida das Pessoas

94 | A política macroeconômica deve servir à Nação como ferramenta que oriente a concepção, a estruturação e a implementação de políticas públicas que assegurem os desenvolvimentos econômico e social, o combate à fome, à redução das desigualdades sociais e a soberania do País.

95 | O compromisso com um Projeto Nacional de Desenvolvimento, garantida a participação popular na sua elaboração, deve se constituir no principal instrumento de alocação dos recursos orçamentários, visando à oferta dos direitos fundamentais, a mobilidade e emancipação social do povo brasileiro.

96 | É necessário reconfigurar as políticas econômicas (fiscal, monetária, cambial, creditícia, de trabalho), promovendo a sua harmonização

com as políticas sociais, pela sua importância vital para superar as desigualdades sistêmicas do modelo capitalista brasileiro.

97 | Na perspectiva do socialismo democrático e criativo, as principais metas econômicas da sociedade relacionam-se fortemente com a redução das desigualdades, que se manifestam no País, nas regiões, nas classes e nos segmentos sociais.

98 | O socialismo brasileiro recusa o dogma liberal, que afirma que o funcionamento dos mercados produziria, por si só, o máximo bem-estar a que a sociedade poderia aspirar. A economia não deve ser um fim em si mesma, mas servir à vida das pessoas na busca permanente da redução das desigualdades, sem renunciar à busca da plena prosperidade econômica, com a valorização do trabalho, e à ideia do desenvolvimento sustentável.

99 | O socialismo criativo defendido pelo PSB, mesmo antes da superação do capitalismo, compreende, necessariamente, a adoção de políticas públicas que promovam o crescimento e a prosperidade e, ao mesmo tempo, o acesso equitativo aos frutos do desenvolvimento. Sabemos que o sonho da sociedade igual esbarra nas próprias condições materiais. Mas precisamos que a igualdade, valor imprescindível, seja perseguida pela sociedade.

| Para Recuperar a Precedência da Política

100 | Como forma de garantir uma gestão correta, adequada e socialmente justa da política macroeconômica, é necessário que a política recupere sua precedência sobre os interesses e as conveniências do mercado, que têm orientado as políticas econômicas e minado as políticas sociais.

101 | A concentração e a má distribuição de renda e riqueza no Brasil são um desafio que precisa ser enfrentado por meio da adoção de medidas macroeconômicas e políticas públicas que cumpram esse papel.

102 | A equação a ser produzida para resolver o desafio da melhor distribuição de renda consiste em aumentar a produtividade da economia, sem

que isso signifique apenas ampliação e acumulação das margens de lucro, mas, sim, melhoria na qualidade de vida e aumento da participação do trabalho nesses ganhos.

103 | O PSB defende a adoção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento adequado e que não envolva prescrições contrárias à livre iniciativa - no sentido do estatismo que rondou algumas práticas socialistas, como, por exemplo, o que se deu na experiência soviética. O PSB é contra essas práticas.

104 | Socialismo e liberdade são lemas que continuam presentes e, no plano econômico, isso se traduz em igualdade de oportunidades; em coibir a atuação de oligopólios; em respeitar as novas formas de propriedade privada, coletiva e cooperativada, sem prejuízo para as micro, pequenas, médias e grandes empresas produtivas.

105 | A tarefa a que o socialismo democrático se propõe consiste em preparar o País para uma etapa pós-capitalista, na qual sejam preservadas, estimuladas e valorizadas a criatividade, inventividade, eficiência e economicidade.

106 | O sistema bancário brasileiro é fortemente concentrado em poucos conglomerados. O PSB defende a sua descentralização e desconcentração como forma de ampliar a concorrência na oferta de produtos e serviços, o fomento ao cooperativismo de crédito e o associativismo, visando a atender os desenvolvimentos econômico e regional do País.

| Os Fundamentos da Gestão Macroeconômica no Brasil

107 | O PSB opõe-se à manutenção da lógica contida no tripé macroeconômico, cuja missão principal é a garantia do pagamento de juros e serviços, amortizações e refinanciamento da dívida. Esse tripé é composto pelo câmbio flutuante, pela meta de inflação e pela meta fiscal.

108 | O PSB defende a adoção de uma política macroeconômica que permita enfrentar de modo responsável e contínuo a mudança do paradigma

atual, que tornou aceitável a vigência de uma política pública que consome mais da metade do orçamento anual da República em pagamentos de juros, amortizações e refinanciamento da dívida.

109 | O PSB preconiza a adoção de uma política que recupere fortemente a capacidade de investimento do Estado em políticas e atividades que alterem positivamente o perfil da economia brasileira. Essa mudança será orientada pela adoção de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que determinará que todas as ferramentas de gestão econômica sejam colocadas a serviço prioritário da produção, do trabalho, do pleno emprego e da redução das desigualdades sociais.

| Financeirização e Subordinação da Macroeconomia Nacional à Economia Global

110 | O PSB propõe que o Brasil recupere a capacidade de controlar o seu próprio processo de desenvolvimento, deixando de ser um país periférico, que apenas responde e se adapta aos ciclos do sistema internacional, limitando o cerne da sua economia à exportação de *commodities*.

111 | É necessário enfrentar a financeirização da economia, operada por um capitalismo administrador da especulação do dinheiro, limitando a margem de manobra dos capitais voláteis e redirecionando os investimentos para novas indústrias e outros setores produtivos, definidos pelo Projeto Nacional de Desenvolvimento, em que a poupança nacional ganhe relevância e seja direcionada ao reinvestimento.

| Visão do PSB Sobre o Modelo Macroeconômico

112 | O projeto de desenvolvimento proposto pelo PSB busca assegurar a plena inserção de todo o povo brasileiro na cidadania econômica, social e cultural, situação que não foi plenamente cumprida pelo modelo varguista e pelos governos democráticos pós-ditadura militar.

113 | O Conselho Monetário Nacional (CMN) deve cumprir a missão que lhe foi atribuída na legislação que o criou, que é a de alcançar os progressos econômico e social do País, por meio da adoção das políticas da moeda e do crédito; da coordenação das políticas monetária, creditícia, orçamentária, e fiscal; e do controle e gestão das dívidas públicas - interna e externa.

114 | Ampliar a composição do CMN, mantendo a presença majoritária do Estado, incorporando representantes dos segmentos produtivos, dos trabalhadores e das instituições de ensino e pesquisa, como forma de assegurar a representação da economia real.

115 | O CMN e o Banco Central do Brasil (Bacen) precisam incorporar, em suas estratégias de gestão, instrumentos para a adoção rápida de medidas monetárias contracíclicas, visando ao enfrentamento de crises econômicas, de origem interna ou externa, bem como seus efeitos, em particular a recessão econômica.

116 | O PSB defende enfaticamente que o Bacen não pode atuar de forma autônoma das definições governamentais. As políticas concebidas pelo CMN devem estar casadas com as estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social.

117 | É necessário subordinar as regras da gestão fiscal à proteção do emprego e da renda; da soberania nacional; dos investimentos públicos; como estratégia de desenvolvimento nacional e da redução das desigualdades sociais.

118 | O PSB defende a adoção de políticas de valorização do salário mínimo, acima da inflação, objetivando o aumento do poder de compra dos trabalhadores como elemento essencial para o desenvolvimento do Brasil.

119 | A gestão das políticas macroeconômicas não pode estar descolada das demais políticas públicas. Nesse sentido, uma política industrial, acompanhada por estratégias de incentivo à educação e de estímulos à pesquisa e ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, constitui um primado e um dever macroeconômico.

120 | Considerando que a gestão da dívida pública exige um manejo cuidadoso e responsável, são necessárias auditorias e a adoção de instrumentos de gestão transparente, que possibilitem o acompanhamento dessa gestão pela sociedade.

121 | O PSB defende a adoção de um vigoroso programa de apoio à inovação e economia criativa. Tal programa constitui-se em uma tarefa estratégica.

122 | A adoção de um programa de renda básica universal constitui-se exigência estratégica e essencial, evidenciada pela crise provocada pela pandemia do Coronavírus.

123 | É necessária a revogação da Emenda Constitucional 95 - Emenda do Teto de Gastos – com a adoção de uma nova âncora fiscal como ação imperiosa para proteger a Saúde; a Educação; a Ciência e a Tecnologia; e a criação de empregos.

124 | O PSB defende a adoção de uma Reforma Tributária, na qual a progressividade - menos impostos para os mais pobres e para as atividades produtivas – e o aumento da tributação para os mais ricos, em particular sobre a renda, os lucros e dividendos; o patrimônio e as grandes fortunas e heranças, seja a diretriz central da nova política tributária a ser adotada.

125 | É necessária a adoção de estratégias de políticas econômicas que evitem a perda de empresas viáveis, geradoras de empregos, renda, tributos e mercado.

126 | É necessário adotar o modelo de gastos sociais sob a lógica de distribuição de recursos proposta pelo Fundeb, que agregue estratégias de reforço ao combate das desigualdades regionais.

| Inovação e Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento

127 | O esgotamento do modelo socioeconômico e político, vivido pelo Brasil, coincide com a mudança mundial dos paradigmas de produção, comercialização e consumo de mercadorias, imposta pela revolução tecnológica. A formação de capital não é mais determinada pelos meios de investimentos em capital fixo, mas predominantemente por valores gerados pela inovação e criatividade, representados por *softwares*, *design*, logística, marca e capital intelectual. Por isso, o PSB defende um novo modelo de desenvolvimento, que tenha como eixo central a inovação e a economia criativa.

128 | O PSB defende, também, que a redução ou o desaparecimento das fronteiras entre indústrias e serviços, entre os setores secundário e terciário da economia, precisa se refletir em um planejamento econômico que contemple as micro, pequenas, médias e grandes empresas, bem como na preservação e criação de empregos e geração de renda.

129 | O PSB defende a mudança do *status* atual, em que a sociedade brasileira figura mais como consumidora de produtos tecnológicos. É necessário assegurar que a economia seja capaz também de liderar processos produtivos sofisticados, de alto valor e agregados tecnológicos, para que o Brasil adentre na nova era do conhecimento, não apenas pelo lado do consumo, mas, também, pelo lado da produção.

130 | Tomar como eixo estratégico de desenvolvimento a dualidade inovação e economia criativa pode pavimentar mais rapidamente o caminho do Brasil para a modernidade.

131 | É necessário dar um salto criativo e revolucionário em direção ao novo paradigma da era do conhecimento, incorporando elementos novos, estruturantes e de longo prazo, às propostas econômicas, ambientais e sociais, para a superação das constantes crises do capitalismo tardio, às quais o Brasil está submetido.

| Renascimento Criativo da Indústria e Competitividade

132 | A economia criativa não é apenas mais um ramo da economia, que reúne uma série de atividades altamente produtivas, mas, sim, uma estratégia de desenvolvimento, que pode possibilitar ao Brasil a inserção soberana na economia globalizada e nas novas cadeias de valor do mundo moderno.

133 | Considerando que uma parte do que se denomina desindustrialização corresponde, na verdade, à perda do valor relativo da indústria manufatureira, no conjunto de uma economia em que os serviços comuns especializados crescem, o PSB propõe uma sofisticação produtiva, que possibilite ao Brasil uma inserção soberana nas cadeias de valor do mundo moderno.

134 | Para recuperar a competitividade perdida nos mercados internos e internacional, consequência da quarta revolução industrial, o Brasil precisa de uma nova indústria, baseada na inovação na tecnologia, no *design* nacional e na pesquisa científica e que utilize eticamente a Inteligência Artificial no desenvolvimento de seus diferenciais competitivos.

135 | A inovação e a economia criativa, adotadas como eixos estratégicos do desenvolvimento, não implicam, obviamente, a eliminação de outros setores essenciais, como a indústria de transformação, a geração de energia, a infraestrutura de transporte, a agricultura e os serviços financeiros, mas, sim, a adoção de inovação para todos eles.

136 | Em lugar de uma simples reindustrialização, o PSB propõe um renascimento criativo da indústria brasileira, como tarefa necessária e inadiável. A inovação e a criatividade constituem-se no DNA da nova economia do mundo e representam a possibilidade real de uma transformação revolucionária e criativa da indústria, agricultura, do comércio e dos serviços, em novas estruturas tecnologicamente atualizadas no Brasil.

137 | O PSB defende a adoção de políticas de formação profissional, qualificação contínua e inserção da mão de obra, aliadas ao estabelecimento de política industrial e de estímulo real à inovação, como estratégia para a geração de empregos qualificados.

138 | É necessário considerar a importância estratégica dos complexos industriais e de serviços, já existentes, que podem ser fortemente potencializados, como os das áreas da Saúde (medicamentos e equipamentos), da Defesa, do Agronegócio e de Alimentos (incluindo a pesca), da cadeia de petróleo e gás, bem como das áreas de Informação e Comunicação. É relevante, também, assegurar prioridade para as indústrias agroflorestais, tendo em vista as imensas vantagens competitivas existentes no Brasil.

139 | Para promover a competitividade da indústria nacional, em um ambiente de forte concorrência, o PSB defende a adoção de políticas de Estado que visem a superar dificuldades estruturais e carências sistêmicas, associadas a fatores macroeconômicos; fiscais; legal-regulatórios; tecnológicos; sociais e de infraestrutura, o chamado Custo Brasil. Tais fatores oneram a produção brasileira em relação aos países concorrentes.

140 | O avanço da ciência brasileira nas últimas décadas não se refletiu na melhoria dos indicadores tecnológicos e de inovação nas empresas públicas e privadas. O PSB toma como tarefa: auxiliar a sociedade brasileira a colocar em prática os avanços previstos nas leis que compõem o chamado Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação: Emenda Constitucional nº 85/2015; Lei nº 13. 243/2016 e Decreto nº 9.283/2018.



141 | Os socialistas entendem que a nova legislação que compõem o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação pode proporcionar maior agilidade para que o conhecimento gerado na academia possa ser mais bem aproveitado pelo setor empresarial, pelo setor público e pela sociedade.

142 | O PSB considera que o bônus tecnológico é um dos principais instrumentos do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação para o apoio das microempresas e das empresas de pequeno e médio porte e as *startups*. Esse bônus é destinado ao pagamento de compartilhamento e ao uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializado ou de transferência de tecnologia.

143 | O Brasil precisa de um projeto que democratize a economia do lado da produção, e não só do consumo, e que qualifique o aparato produtivo para responder às necessidades impostas pela economia do conhecimento.

144 | Para o sucesso do renascimento criativo da indústria, e da competitividade, o PSB propõe a organização de esforços em torno de três grandes eixos estratégicos: alinhamento de inteligências; organização de esforços estatais em parcerias com a iniciativa privada; e organização de esforços de inserção dos produtos na cadeia internacional de valor.

145 | Fazer o alinhamento de inteligências e recursos já disponíveis no âmbito do Estado nacional, que, na atualidade trabalham desarticuladamente dada a ausência de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

146 | Envolver esforços estatais no sentido de fazer parcerias com a iniciativa privada com potencial de inovação, como o agronegócio; o setor energético; as cadeias produtivas da saúde; da defesa; da Indústria 4.0; da cadeia de petróleo e gás; e, ainda, toda a cadeia de produtos amazônicos. Nesse ambiente, será necessário desenvolver e fortalecer arranjos empresariais, que sejam inovadores e inteligentes, e que permitam a reunião criativa das capacidades pública e privada, da inovação e pesquisa.

147 | Considerando a necessidade de renascimento criativo da indústria brasileira com base em matriz energética originada em fontes limpas e sustentáveis, o PSB propõe a criação, no Brasil, de programa para estruturação do maior parque industrial para a produção de equipamentos de energia solar da América Latina. Sob a premissa do desenvolvimento da

tecnologia nacional, serão necessários incentivos capazes de dar aos produtos expressiva competitividade no mercado interno e no Mercosul, atualmente dependentes de bens importados.

148 | Organizar aliança entre o novo, o criativo, o revolucionário e o inovador complexo produtivo e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), para viabilizar a inserção e ampliação das exportações de produtos e serviços de maior valor agregado, nas cadeias globais.

| Desenvolvimento da Amazônia 4.0

149 | O PSB defende que uma estratégia de desenvolvimento sustentável da Amazônia deve ser parte integrante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. O potencial futuro da Amazônia não está nos produtos que já existem, mas no aproveitamento da imensa riqueza de sua biodiversidade.

150 | O PSB defende que a articulação da inteligência na Amazônia reforce a vasta produção e sistematização de conhecimento e saberes dos povos; suas culturas e crenças; seus conhecimentos e suas tradições mantidos no território.

151 | Para que se organize o projeto de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira, é fundamental estabelecer estratégias para o efetivo exercício da soberania nacional sobre a região.

152 | O Projeto Amazônia 4.0 tem como objetivo fomentar indústrias, serviços e negócios sustentáveis para todas as escalas, inclusive para pequenas comunidades e cidades amazônicas. Isso possibilita transformar o potencial da região em produtos e serviços ecossistêmicos, em conhecimento biotecnológico, atingindo mercados globais, transformando-os em uma marca brasileira. O estímulo à agroindústria florestal, ou biofábricas, pode tornar-se um diferencial competitivo do Brasil.

153 | É preciso que o Estado brasileiro desenvolva um complexo agroindustrial que promova pesquisas científicas de mapeamento do material genético genuinamente nacional, para ser empregado na

indústria, a partir do uso do seu potencial biotecnológico, contido na biodiversidade brasileira. Com isso, os estudos da capacidade genética vão viabilizar a transformação dos 450 insumos já identificados e daqueles a serem descobertos em produtos de alto valor agregado, na linha do desenvolvimento sustentável.

154 | É imperioso que o Estado nacional desenvolva estratégias eficientes para coibir a prática da biopirataria e as tentativas de registro de patentes, no exterior, de produtos ou princípios ativos cujas origens são genuinamente amazônicas.

155 | É preciso desenvolver o potencial econômico do que se denomina “bioeconomia de floresta em pé e rios fluindo”. Rios fluindo porque toda a energia para esse modelo de industrialização pode ser obtida por meio de fontes renováveis de energia.

156 | Para o projeto Amazônia 4.0, é necessário desenvolver a economia criativa e compartilhar as modernas tecnologias digitais da 4ª Revolução Industrial, com a atração e o fomento de novas indústrias para o norte do país, conectando esses setores com as ciências dos materiais, a bioengenharia e a biotecnologia.

157 | Para consolidar um projeto ancorado na inovação e na economia criativa, na Amazônia 4.0, além de retomar os investimentos em ciência e tecnologia, no Brasil, é necessário alterar a sua lógica regionalmente concentradora. Também, o desenvolvimento ecossocioeconômico da região não pode estar subordinado à expansão agrícola e pecuária e à exploração desorganizada de minérios.

158 | Para fazer frente ao desafio de construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, sob a égide da Amazônia 4.0, é necessário que o Estado brasileiro empreenda e lidere uma iniciativa de grande envergadura, a exemplo do que foi a Petrobras, na década de 1950, e a Embrapa, na década de 1970.

159 | É fundamental a criação da Empresa Brasileira para o Desenvolvimento da Amazônia - Amazombras, cuja missão será a gestão executiva do projeto de desenvolvimento da região. O objetivo central deve ser a coordenação e consolidação do movimento e do processo que levarão ao surgimento de uma nova fronteira econômica, rica, acolhedora, verde,

molhada e inovadora, que sediará complexos industriais de fármacos; de madeiras oriundas do manejo sustentável e dos reflorestamentos realizados em áreas degradadas; dos minérios; pescados; das frutas e castanhas; do turismo; dentre tantos outros produtos.

160 | O projeto de desenvolvimento Amazônia 4.0 deverá partir do pressuposto e reconhecimento da atuação de inúmeras instituições de ensino e pesquisa da Região, que deverão ter sua articulação reforçada em função de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

161 | Para atrair, fixar e reter talentos e mão de obra qualificada, para a Região, é necessário reforçar a tese da criação de Centros de Excelência, Inovação e Pesquisas em Bioeconomia e Biotecnologia.

162 | Será necessária a articulação dos investimentos públicos, em parceria com a iniciativa privada e instituições não governamentais, as quais poderão encarregar-se da gestão de inúmeros empreendimentos que estruturarão o Projeto Amazônia 4.0.

| Plano Estratégico de Economia Criativa no Âmbito do Projeto Nacional de Desenvolvimento

163 | A inovação e a economia criativa, como novos paradigmas, devem se constituir no eixo central de um Projeto Nacional de Desenvolvimento. A nova economia baseia-se na abundância infinita do talento, da criatividade, tecnologia e cultura.

164 | É necessário adotar forte ação de planejamento e articulação do Estado brasileiro com a sociedade, o empresariado, a academia, e os trabalhadores, para que o novo paradigma de desenvolvimento, baseado na Cultura, na Ciência e na Tecnologia seja assimilado.

165 | O planejamento de médio e longo prazos deve começar na Educação, para o desenvolvimento de competências criativas, uma visão analítica e transdisciplinar, desde o Ensino Fundamental até a universidade,

em que o alunato deve ser exposto ao desafio da inovação e da criatividade, sem perder o foco da formação humanística.

166 | Um Plano Estratégico de Economia Criativa, no âmbito de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, pressupõe o desenvolvimento do *design* nacional, baseado na identidade brasileira, como elemento fundamental, inclusiva para a modernização das tradicionais, pois é um imperativo cultural e tecnológico.

167 | É tarefa importante a criação de um Fundo Misto de Desenvolvimento para a Economia Criativa, dedicado exclusivamente a viabilizar a participação financeira e o apoio tecnológico aos empreendimentos inovadores de pequeno, médio e grande portes, visando torná-los mais competitivos nos mercados nacional e global.

168 | Os investimentos do Fundo Misto de desenvolvimento, para a economia criativa, devem ser descentralizados, garantindo o alcance aos subúrbios e favelas brasileiras, além de promover estrategicamente os projetos de mãos solo, visando a garantir a igualdade competitiva das diferentes camadas sociais.

169 | No Plano Estratégico da Economia Criativa, deve constar, também, a articulação do turismo com a cultura e o entretenimento, tendo em vista a sua alta capacidade indutora para a economia tradicional, o que ajudará a adensar as cadeias produtivas agrícolas e industriais.

170 | Deverá ser destacado e fortalecido o papel de mulheres, negros, jovens, pessoas com deficiência, e da população LGBTQIA+, nas atividades ligadas à economia criativa e ao empreendedorismo, especialmente pelo fato de que esses segmentos propiciam mais oportunidades de desenvolvimento e emancipação do que as atividades tradicionais, vinculadas ao comércio, à indústria e à agricultura.

171 | Será necessária a adoção de medidas nos campos da engenharia fiscal e tributária e de fomento financeiro, como suporte ao desenvolvimento da economia criativa. Os setores ligados à tecnologia, cultura, criatividade e ao turismo têm, na atualidade, poucos mecanismos de desoneração fiscal e de financiamento.

172 | Serão necessários investimentos em estratégias de desburocratização e simplificação do sistema tributário, para as atividades que envolvam a economia criativa, os micro e pequenos empreendedores, bem

como para obtenção de licenças de instalação, funcionamento e registros de marcas e patentes e para os direitos de propriedade intelectual.

173 | O PSB propõe a criação de um marco legal – Lei Nacional da Economia Criativa –, que deverá abranger e regulamentar, com estímulos e simplificações, os aspectos pertinentes às áreas tributária, previdenciária, alfandegária e de propriedade intelectual, mediante o reconhecimento das especificidades dos empreendimentos criativos.

174 | É necessário adotar medidas de regulação e regulamentação do uso de bens criativos, bem como o estabelecimento de normas que facilitem a expansão dessas atividades, libertando-as do aprisionamento dos monopólios da mídia e do transporte de dados.

175 | Por sua vez, as cidades possuem enorme importância para a operacionalização das atividades da economia criativa, para o empreendedorismo e desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

176 | Os socialistas compreendem a economia solidária como um novo cooperativismo baseado nos princípios da solidariedade, autogestão, igualdade e democracia, que pode criar oportunidades econômicas e sociais para a emancipação de segmentos excluídos do modelo capitalista vigente.

177 | O PSB defende que os empreendimentos e movimentos de consumo, assim como as unidades produtivas e o comércio solidário, necessitam inovar, integrar-se em rede, e acessar mercados sofisticados. Para isso, requerem políticas de fomento do Estado, como a capacitação e o acesso a crédito via Tesouro do Estado, para se tornarem alternativas viáveis e superiores ao modelo capitalista, tanto social como economicamente.



| O Futuro do Trabalho

178 | O PSB reconhece que os processos produtivos têm se utilizado, de forma crescente, das novas tecnologias decorrentes da inteligência artificial, como a internet das coisas, o aprendizado de máquina, *big data*, robótica compartilhada, gêmeos digitais e realidade aumentada, que criam novos empregos, mas provocam perda muito maior de empregos. Por isso, o PSB propõe que o Estado assuma a responsabilidade por políticas públicas de requalificação profissional e pelo estabelecimento de uma renda mínima, para evitar a barbárie.

179 | O PSB defende que o desenvolvimento das pesquisas, para o uso de novas tecnologias decorrentes do advento da indústria 4.0, seja realizado com a preocupação do seu impacto sobre o mundo do trabalho, principal valor do Socialismo. Inclusive na valorização do Emprego Apoiado para melhor absorver a contribuição de pessoas com deficiência.

180 | O PSB não teme a revolução científica e tecnológica e tampouco teme a sociedade do conhecimento e da informação, que resulta dessa revolução. Antes, e ao contrário, propõe que o País use, resolutamente, grande parte dos ganhos de produtividade que ela propicia, para estimular, acelerar e generalizar seus processos, retroalimentando-a num ciclo ininterrupto, até que se diminua o contingente de obsoletos ou excluídos.

181 | A capacidade criativa, envolvida nos processos produtivos, está relacionada a interesses dos agentes dos poderes econômico, social e cultural, notadamente nas áreas como as de telecomunicações, engenharia genética, biotecnologia e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O PSB defende que o desenvolvimento das novas tecnologias esteja a serviço da sustentabilidade e do desenvolvimento social.

182 | É necessário implementar estratégias de políticas públicas, envolvendo o mundo do trabalho, de modo a considerar o fim de algumas profissões e o surgimento de outras.

183 | Para enfrentar os problemas gerados pelas políticas neoliberais - que geram o desemprego estrutural e a ampliação de diversos modos de precarização do trabalho -, o PSB defende a adoção de políticas públicas anticíclicas que contemplem a proteção ao trabalho. É necessário a adoção de

legislação trabalhista e a previdenciária que assegure ao trabalhador condições dignas durante e após a vida laboral e de ações combinadas com a sociedade para a adoção de novas possibilidades de trabalho e emprego pugnando pela dignidade e não precarização. O PSB defende também a valorização das iniciativas de empregabilidade e produção, vinculadas aos pequenos e médios negócios ligadas à agricultura familiar, aos empreendimentos solidários e de empreendedorismo.

184 | O Brasil necessita adotar urgentemente políticas públicas de proteção do trabalhador e seus direitos, combinadas com estratégias de qualificação e requalificação da mão obra, em função das mudanças disruptivas em curso, que afetam a vida profissional dos trabalhadores como a importância de desenvolver as profissões em consonância com as novas tecnologias derivadas da aplicação da Inteligência Artificial.

185 | O PSB opta pelo combate às desigualdades, pela economia criativa e pela educação e justiça social como importantes pilares de seu projeto de desenvolvimento para o Brasil.

186 | Os socialistas defendem que os poderes de decisão nas áreas econômica e tecnológica, que impactam o mundo do trabalho, não devem continuar concentrados em grandes grupos financeiros, industriais e transnacionais, cujas estratégias não estão sujeitas a nenhum controle democrático.

187 | A moderação e regulação do Estado é necessária para garantir, por meio de políticas públicas articuladas, a constante requalificação e recolocação dos trabalhadores.

188 | O PSB defende a adoção da garantia de renda básica universal, como forma de assegurar o sustento de todos os cidadãos, durante o período de transição e/ou requalificação. Defende, ainda, que todos que se encontram nessa situação tenham, em igualdade de condições, acesso e permanência nas políticas de Educação; Saúde; Assistência; Habitação; dentre outras.

189 | Os socialistas defendem a redução da jornada de trabalho, em função do aumento da produtividade das empresas, sem, no entanto, reduzir salários, em razão dos ganhos de produção resultantes do uso intensivo das inovações tecnológicas.

190 | É imperiosa e urgente a atualização das pautas sindicais e estudos sobre as adequadas formas de representação dos novos trabalhadores; das novas formas de trabalho; e do novo modo de produção trazido pela economia 4.0.

| Superar as Desigualdades Econômicas Regionais

191 | O Brasil conviveu com diversas formas de exclusão ao longo da sua caminhada para firmar-se como Nação e ainda convive na atualidade. Exclusão social é privação, o não acesso, o isolamento, o distanciamento, a negação aos bens e serviços públicos a uma pessoa ou grupo de pessoas em relação aos demais indivíduos e grupos de uma sociedade.

192 | A exclusão é um fenômeno multidimensional originado nas estruturas de classes sociais e suas desigualdades, aprofundadas nas questões étnico-raciais, geracionais e de gênero, potencializada por preconceitos históricos e arraigados, vigentes na sociedade brasileira. Esses são amparados em costumes e tradições autoritárias abrigados nas classes dominantes e nos marcos legais ainda presentes no arcabouço jurídico do Estado nacional. Uma das faces mais cruéis da exclusão social é a naturalização do fenômeno pelos “não excluídos”, por vezes, até mesmo pelos excluídos.

193 | As velhas exclusões - como a pobreza, a miséria, o analfabetismo, a falta de moradia, a insegurança alimentar, a desqualificação, o desemprego, o emprego precário e informal, amplificam-se nos recortes de raça (afrodescendentes, indígenas e minorias étnicas), gênero (notadamente os/as LGBTQIA+), religião (particularmente as de matriz africana), idade (crianças e idosos), e pessoas com deficiência -, e se somam às novas exclusões, particularmente a digital.

194 | O PSB defende a necessidade de superação da lógica de mercado do capitalismo brasileiro, que foi incapaz de criar um modelo de desenvolvimento com menos desigualdade social, econômica e regional. Como afirmou o geógrafo Milton Santos, em 1997: “No mundo da globalização,

o espaço geográfico ganha novos contornos, novas caracterizações e novas definições. Os atores mais poderosos se reservam os melhores lugares do território e deixam o resto para os outros”.

195 | É necessário desenvolver políticas públicas que viabilizem a superação dos fenômenos que marcaram as regiões destinadas às atividades de menor valor agregado e com menor poder competitivo nos mercados nacional e internacional. A participação do Nordeste, por exemplo, no PIB de 2020, foi equivalente àquela do início da década de 1960.

196 | Somente a intervenção do Estado brasileiro - com ações coordenadas e simultâneas, por meio de instrumentos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); os bancos e as agências de desenvolvimento regional; as instituições de pesquisa, a exemplo da Embrapa; e as universidades - pode reduzir as desigualdades espaciais e possibilitar um verdadeiro desenvolvimento regional no Brasil.

197 | O PSB defende que as chances de um novo tipo de desenvolvimento para as regiões menos favorecidas residem, hoje, na revolução tecnológica; na nova economia do conhecimento e nas novas atividades ligadas à economia criativa; partindo das vocações naturais e culturais de cada região.

198 | Realizar uma reestruturação produtiva mais competitiva no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, aumentando a geração de valor agregado na produção regional. O PSB defende que é preciso viabilizar o encadeamento produtivo, tecnologicamente avançado, para que se invertam as características registradas, gerando um encadeamento produtivo capaz de formar ciclos robustos e sustentáveis de desenvolvimento.

199 | Desenvolver empreendimentos produtivos dentro dos parâmetros da sustentabilidade socioambiental, respeitando as características regionais e inserir as economias regionais nas cadeias de valor nacionais e internacionais.

200 | O turismo e a cultura, como integrantes da economia criativa, constituem-se em óbvios eixos econômicos para o desenvolvimento de todas as regiões brasileiras. O turismo internacional há que ser incluído na pauta de exportações, na medida em que representa uma das mais eficazes formas de atração de divisas.

AUTO
PRE
=ON



SEMANA
DE ARTES
MODERNAS

XV

PSB

Eixo Temático

ENVOLVIMENTO SOCIAL

E ECONOMIA VERDE



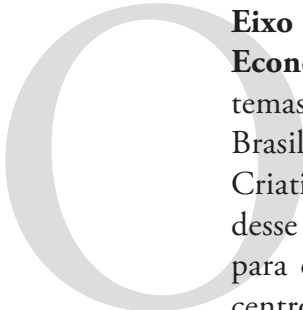
III

STENTÁVEL

ERDE

Eixo Temático III

Desenvolvimento
Sustentável,
Economia
Verde e
Cidades Criativas



Eixo Temático III - Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e Cidades Criativas é integrado pelos temas: Economia Verde; Empregos Verdes; Biomas Brasileiros; Luta Ecológica; Reforma Urbana; Cidades Criativas; e Energias Renováveis. Norteia, a construção desse eixo, a ideia de que as políticas de desenvolvimento para o País, sob a ótica do socialismo, devem ter como centro o homem e sua relação com o ambiente em que vive e com aqueles com quem divide o território e a sua cultura. Dessa forma, essas relações devem ser assentadas na lógica do desenvolvimento sustentável, conforme proposto pelo Relatório Brundtland - no livro “O Nosso Futuro Comum”, na década de 1980 - da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.

O desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que provê, pelo menos, as condições de vida atual, garantindo melhores condições para as gerações futuras. Esse desenvolvimento tem três pilares constituintes: Uma economia inclusiva; a proteção social; e conservação ambiental. Entretanto, o PSB compreende como inaceitáveis as condições de vida de milhões de brasileiros pobres e excluídos. Portanto, a manutenção de tal situação não é o padrão de sustentabilidade defendida pelo Socialismo Criativo.

| Economia Verde, uma Possibilidade

201 | O PSB entende que é possível construir uma economia que resulte em melhoria do bem-estar da humanidade, com igualdade social, e que, ao mesmo tempo, reduza os riscos ambientais e a escassez ecológica. Tal economia é chamada de economia verde.

202 | Na premissa da agenda da sustentabilidade, a economia verde apresenta potencial muito maior para a inclusão social e para a geração de renda e empregos do que o atual modelo de política econômica praticado.

203 | Os socialistas propõem que a transição para a economia verde e criativa, ainda nos limites do capitalismo, seja induzida pelo Estado, como parte de uma política econômica, e que seja revertida a trajetória do País como espaço para a expansão predatória da fronteira agrícola e o estímulo ao garimpo ilegal de recursos naturais, no contexto do atual modelo exportador de *commodities*.

204 | A aposta na exploração de petróleo como alavancadora da economia brasileira é insustentável. O PSB defende, portanto, a opção verde, que requer o redirecionamento dos incentivos governamentais para setores identificados como de transição para as atividades de baixo carbono. Nesse contexto, é premente a defesa, por parte dos socialistas, da importância do papel estratégico para o Brasil na transição e na soberania energéticas da Eletrobras e da Petrobras e a manutenção do controle estatal.

205 | Do ponto de vista tributário, deve-se adotar, em larga escala, a prática de cobrança das externalidades negativas, baseada no princípio do poluidor-usuário pagador. Além de fonte de financiamento para atividades limpas, essa é uma forma de justiça social, pois impede a apropriação dos recursos do meio ambiente, por poucos.

206 | O PSB defende uma economia de baixo carbono e o desenvolvimento de políticas de regeneração ambiental, cuja transição do modelo atual passa também pela mudança das políticas setoriais, em todas as áreas, incluindo e dando ênfase às energias renováveis; e com a proposta de que o crime ambiental será severamente punido.

207 | Com o uso intensivo de recursos tecnológicos, é necessário incrementar a produtividade por unidade de área, com especial ênfase na agropecuária, na agricultura familiar e na agricultura de baixo carbono.

208 | É necessário impedir que a pecuária bovina extensiva, não integrada com a lavoura, e o agronegócio, com a prática de uso intensivo de agrotóxicos, continuem avançando em áreas florestais, como nos casos mais evidentes da Amazônia e do Cerrado.

209 | É fundamental que as políticas de desenvolvimento agrário tenham como prioridade a aceleração da garantia de direitos fundiários (acesso à terra e sua posse) e da extensão rural, para a agricultura familiar e comunidades tradicionais, com sólido investimento para o fomento de práticas sustentáveis de agricultura e extrativismo.

210 | Na política industrial, deve-se realizar mudanças de prioridades, em particular, na ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais financiadores públicos, direcionando recursos financeiros para setores e atividades com mais conteúdo tecnológico; potencial de emprego e renda; e menor impacto ambiental.

211 | O financiamento público deve priorizar projetos que efetivamente estejam comprometidos com os princípios do Protocolo Verde, e com a carta de princípios sustentáveis de orientação para as ações das instituições bancárias públicas e privadas.

212 | O PSB defende parar com a sangria de recursos públicos para subsidiar atividades que geram grandes externalidades negativas, como o uso de automóveis particulares, produtos que geram alto consumo de energia e o crédito agrícola para produtores resistentes a se adequarem à legislação ambiental.

| Empregos Verdes: O Trabalho Sustentável na Direção da Economia Inclusiva, da Proteção Social e da Conservação Ambiental

213 | Empregos verdes são aqueles que contribuem para preservar ou restaurar a qualidade ambiental. Ou seja, colaboram para a redução do uso de energia, matérias-primas e consumo de água, por meio de estratégias altamente eficazes, que descarbonizam e reduzem as emissões dos gases de efeito estufa.

214 | A política econômica neoliberal praticada no Brasil é incompatível com a sustentabilidade ambiental. Os socialistas defendem que as políticas de emprego devem estar associadas a sistemas de proteção social e de conservação ambiental.

215 | O PSB defende que a criação de empregos verdes deve estar no centro das políticas econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável, que ganha cada vez mais importância, possibilitando enfrentar de maneira estruturante os desafios da economia verde e inclusiva.

216 | O PSB entende que a criação de novos postos de empregos verdes, alinhada ao surgimento das tecnologias ecológicas, deve estar associada a políticas de desenvolvimento social voltadas à capacitação e profissionalização dos trabalhadores.

| Biomas Brasileiros, Ativos do Desenvolvimento

217 | O PSB defende que os Biomas Brasileiros – Amazônia; Cerrado; Caatinga; Pampa; Mata Atlântica; Pantanal; e o Bioma Marinho – se constituam em importantes ativos do desenvolvimento.

218 | O PSB entende que a formulação de políticas públicas estratégicas, a comporem um Projeto Nacional de Desenvolvimento, necessita levar em conta a territorialidade, uma vez que os desequilíbrios regionais nacionais também se manifestam, pelo menos de forma aproximada, em razão das características das localidades em seus diferentes biomas.

219 | O PSB defende a adoção de medidas de efetiva fiscalização e controle para impedir a supressão de vegetações nativas, como forma de evitar a afetação do regime pluviométrico, que é fundamental para a vida das populações e para o setor agrícola.

220 | Os socialistas compreendem que os agricultores familiares; os assentados da reforma agrária; os povos indígenas; e os de comunidades tradicionais, que têm em cada bioma a sua casa, são os protagonistas da conservação da agrobiodiversidade e da promoção da soberania e segurança alimentar.

221 | É necessário garantir e aperfeiçoar os requisitos de licenciamento ambiental, como forma de eliminar a ação da grilagem; do garimpo ilegal; e da substituição da mata por atividades pecuárias, que têm resultado em intenso desmatamento das florestas brasileiras, notadamente na Região Amazônica.

222 | Os aquíferos brasileiros precisam ser protegidos por ações e legislação específicas, em especial com soluções de contorno para passivos

ambientais e a impermeabilização de solos - causados pela urbanização -, que se constituem em ameaças aos aquíferos sob áreas urbanas.

223 | O PSB entende que urge defender os serviços ecossistêmicos, compostos pelas matas ciliares, as nascentes, entre outros, em especial, pelos serviços ambientais prestados pelos biomas. Devem ser empreendidas ações políticas e desenvolver políticas públicas que visem ao fortalecimento e à ampliação do sistema de defesa de áreas protegidas, de proteção integral e uso sustentável.

224 | Um Projeto Nacional de Desenvolvimento precisa incorporar estratégias que compreendam a importância que as novas tecnologias desenvolvidas em tempos de Economia 4.0 exercem sobre esse enorme ativo econômico brasileiro, que são os seus biomas.

225 | O PSB defende, na direção da sustentabilidade, o fortalecimento de fóruns de articulações assentadas em diálogos sociais e políticos, como protagonistas em cada um dos biomas brasileiros.

| O PSB e a Luta Ecológica

226 | Os socialistas não podem comungar com o excesso de consumo e o desperdício, e devem ser críticos sobre o que produzir; como produzir; quanto produzir; e onde produzir, pois refutam radicalmente o princípio capitalista de que a felicidade se dá na insaciável satisfação do possuir e consumir.

227 | A opção defendida pelo PSB é aproximar-se do movimento do ecossocialismo por sua contestação ao modo de produção e consumo capitalistas, que há décadas atua em vários países, desenvolvendo um trabalho de engajamento na luta ecológica, propondo que se avance no caminho construído ao longo de mais de meio século, por partidos ecológicos, organizações não governamentais e instituições culturais.

228 | Para o PSB, a luta ecológica tem também o significado de revelar a contradição do capitalismo com a própria vida no planeta.

229 | Para o socialismo, é fundamental unir sistematicamente as lutas sociais por justiça, equidade, bem-estar econômico, desenvolvimento social e direitos humanos, com as lutas pela conservação ambiental.

230 | O PSB defende a importância do desenvolvimento de um modelo de monitoramento, acompanhamento e avaliação das metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como forma de contribuir para orientar a implementação de políticas públicas que resultem no desenvolvimento econômico e social do Estado brasileiro.

| A Premência das Fontes Limpas e Renováveis de Energia

231 | O Brasil precisa aproveitar melhor a sua vantagem energética competitiva, que, nas duas primeiras décadas do século XXI, chegou a representar, em termos de energia limpa e renovável, quase metade da sua produção, enquanto a média mundial era inferior a 15%.



232 | O efeito combinado da demanda crescente e do esgotamento dos recursos requer uma solução melhor para o uso de fontes de energia, priorizando as chamadas fontes renováveis e limpas de energia. O PSB defende também substanciais aportes de recursos nas pesquisas em eficiência energética.

233 | A parcela renovável, no suprimento total de energia, está se expandindo e pode contribuir para o crescimento da renda, do emprego e acesso dos pobres à energia limpa, o que poderá ser um vetor para se atingir de forma mais rápida as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

234 | É necessária uma mudança na matriz energética nacional, substituindo, gradativamente, o uso da energia proveniente de combustíveis fósseis, para fontes de energia limpas e renováveis, o que contribuirá para atingir as metas necessárias de redução das emissões de gases de efeito estufa.

235 | O PSB propugna a necessidade de recuperação da capacidade do Estado na formulação menos tímida da política energética, de longo prazo, visando a um desenvolvimento assentado nos preceitos da sustentabilidade, por meio do aumento das fontes de energias renováveis, em sua matriz energética.

| O Direito à Cidade e a Reforma Urbana

236 | No âmbito do direito à cidade, é necessária a elaboração de um conjunto de diretrizes para enfrentar a lógica e os interesses do capital, quando se sobrepõem aos interesses públicos. O PSB propõe uma política urbana criativa, em conformidade com os preceitos da Constituição de 1988, fundamental nos marcos de um projeto civilizatório, como o que o PSB propõe ao Brasil.

237 | Essas diretrizes devem se voltar, em primeiro lugar, para alterar a realidade dos pobres e excluídos, em particular da população negra, que foram empurrados para as periferias, em habitações precárias ou subnormais - característica de grande parte das periferias das cidades brasileiras, onde falta tudo: água; coleta de esgoto e lixo; cultura e lazer; segurança pública; acessibilidade; saúde; e educação.

238 | As diretrizes propostas pelo PSB devem corrigir o modelo seguido pelos governos social-democratas, a partir de 1995, incluindo Lula e Dilma, que se caracterizaram pelo modelo de inclusão social pelo consumo. Os projetos foram desenhados para acolher demandas sociais relevantes, como acesso à moradia, por meio de subsídios ao setor privado, reiterando o valor privado da terra e dos imóveis; o poder da indústria automobilística; a matriz rodoviária; e o uso de energias fósseis.

239 | O PSB defende que é necessário ainda aproximar a reforma urbana da agenda da sustentabilidade. A cidade sustentável deve operar, de forma equilibrada e eficiente, os recursos necessários para o seu funcionamento, seja nos insumos de entrada (terra urbana, recursos naturais, água, energia e alimento), seja nos recursos de saída (resíduos, esgoto e poluição), para alcançar os objetivos da sociedade urbana, de forma igualitária e saudável.

240 | A sustentabilidade urbana deve se preocupar em minimizar os impactos das atividades e dos processos das cidades, no ambiente natural, cuidando para que as atividades humanas não comprometam os ecossistemas ligados às cidades, afetando a oferta de recursos naturais.

241 | Os elementos do racismo estrutural, de onde deriva o racismo ambiental - que é a discriminação racial nas políticas relativas ao meio ambiente - marcados na formação social e na urbanização brasileiras, determinou que os pobres e os excluídos, em particular a população negra, fossem empurrados para as periferias. Locais de habitações precárias ou subnormais, característica de grande parte das periferias das cidades brasileiras, onde falta tudo: água, coleta de esgoto e de lixo, cultura e lazer, Segurança Pública, Saúde e Educação.

242 | É importante quebrar a dinâmica da espoliação urbana, da qual uma das principais causas é a especulação imobiliária, que encarece a terra e a moradia, levando à segregação residencial dos mais pobres.

243 | É preciso garantir a função social da propriedade, por meio da sobretaxa de grandes propriedades privadas, imóveis abandonados ou especulativos, além de obrigar a urbanização de terrenos ociosos.

244 | Para frear o crescimento desordenado das cidades, é necessário proibir a aprovação de loteamentos habitacionais, sobretudo

aqueles localizados em zonas afastadas dos grandes centros urbanos e sem infraestrutura.

245 | Para que uma Reforma Urbana possa de fato ser implementada, é necessária uma revolução criativa, na articulação dos atores sociais, em que emerge o papel da liderança política, para que os interesses e direitos da maioria empobrecida das periferias das cidades prevaleçam sobre o do capital, principalmente os do capital imobiliário.

246 | Nos territórios urbanos é onde se materializam, se reproduzem e se perpetuam inúmeras desigualdades, como espelho de um modelo de capitalismo. Por isso, o PSB defende a garantia de acesso e permanência a todos os direitos humanos, como uma premissa básica. O direito à cidade é uma haste do guarda-chuva dos direitos humanos. Uma cidade socialista, criativa e acolhedora deve garantir o acesso a todos os serviços urbanos e a permanência neles.

247 | É fundamental assegurar também que o acesso e a permanência aos serviços de Saúde, Educação e Assistência Social, sejam ofertados de forma a permitir que as cidades se constituam em um território de paz, capaz de acolher a todos em suas diversidades, gerando um ambiente de tolerância e fraternidade, uma comunidade com equidade, justa e solidária.

248 | O direito à mobilidade urbana, inclusive no que diz respeito à acessibilidade, constitui outro desafio prioritário na agenda das políticas públicas. O PSB entende que os espaços das vias públicas devem ser destinados, com ênfase, para a mobilidade ativa de pedestres nas calçadas, bem como para o transporte público. Defende a inversão de prioridade, quanto aos usos de tráfego.

249 | A política industrial também deverá estar alinhada com essa proposta e realizar esforços no sentido de apoiar o desenvolvimento da indústria brasileira, atendendo prioritariamente à demanda dos projetos de transporte de massa.

250 | O enfrentamento dos problemas de Saúde requer a adoção de políticas públicas que obriguem que todos os novos veículos dos modais de transporte de massa a serem criados, ao entrarem em operação, estejam obrigados ao uso de combustíveis não poluentes.

251 | Os limites dos municípios de uma Região Metropolitana não podem e não devem ser os limites para o planejamento, a construção da

infraestrutura e a prestação dos serviços. É preciso conceber instituições que tenham capacidade de gestão, com a participação obrigatória do Estado e de todos os municípios que integram essas regiões.

252 | O PSB entende que a definição do conceito de função social da propriedade é um tema a ser constitucionalizado, mediante adoção de parâmetros básicos, e que todos os municípios brasileiros devem colocar em prática.

253 | A função social da propriedade é um conceito jurídico, que não elimina o direito à propriedade privada e tão pouco faz com que se perca o caráter individual de liberdade de adquirir e vender, segundo regras capitalistas. Entretanto, o processo deve ser subordinado aos interesses coletivos.

| Cidades Criativas

254 | O direito à cidade precisa ser traduzido em planejamento que conduza a uma reforma urbana criativa, sustentável e igualitária, na era do conhecimento. Nesse sentido, é atualíssima a definição de Celso Furtado para quem “o desenvolvimento é a capacidade de criar soluções originais para os problemas de uma sociedade”.

255 | Os socialistas defendem que, no Brasil, o primeiro desafio de uma cidade criativa é enfrentar a brutal desigualdade social. Assim, uma cidade criativa não é necessariamente aquela onde predominam as atividades da Economia Criativa, mas a que é capaz de buscar, através da inovação, da criatividade e do talento, as soluções para sua prosperidade econômica, a sua coesão social e o bem-estar dos seus cidadãos.

256 | A cidade criativa une os interesses particulares aos interesses coletivos; o local ao global; e o privado ao público, em torno de um sonho coletivo vinculado às suas vocações, fortalecido o valor compartilhado. O conceito geral parte dos elementos da Economia Criativa – cultura, tecnologia, inovação, *design*, arquitetura, urbanismo, artesanato, patrimônio histórico, publicidade, moda, gastronomia e turismo.

257 | A Cidade Criativa – sem prejuízo da saudável competitividade com outras cidades – privilegia a cultura da colaboração, no lugar da competição

selvagem, do consumo responsável; no lugar do consumismo exacerbado, da valorização da estética e da ética urbanísticas coletivas; no lugar do lucro.

258 | O PSB propugna que é preciso assegurar a ampla mobilização criativa dos talentos de trabalhadores, artistas, intelectuais, cientistas, empresários e empreendedores coletivos e individuais, com e sem deficiência, em estruturas capazes de garantir soluções criativas para a economia e para a vida social, inclusive assegurando acessibilidade nos municípios.

259 | O PSB propõe um modelo de gestão democrática para as cidades criativas, que tenha como base a criação de um Fórum público-privado, conectado a comitês de gestão interdisciplinares. A criação, ainda, de Observatórios Municipais, proporcionará à administração municipal, e ao fórum antes referido, inteligência estratégica, com informação atualizada; diagnósticos; formulação de projetos, propostas e parâmetros, para o monitoramento das políticas públicas.

260 | Coincidindo com a criação das estruturas institucionais, é preciso que a cidade descubra a si mesma, realizando um levantamento de recursos humanos, culturais, naturais e tecnológicos, que devem resultar num mapa de talentos. Esse mapa, em grande parte, vai corresponder a uma definição mais precisa das principais vocações da cidade, induzindo-a à organização de *Clusters* ou de Arranjos Produtivos Locais.

261 | Articulando a Cultura, a tecnologia e a mobilização democrática, uma cidade criativa inova também os modelos de organização econômica, social e política, poupa gasto e recupera áreas degradadas e integra áreas marginalizadas, com a criação de Polos e Distritos Criativos, nos quais se desenvolvem atividades que vão do artesanato à criação de *softwares*.

262 | As atividades da Economia Criativa têm menor impacto ambiental. Também propiciam menor produção de resíduos sólidos e maior utilização de energias renováveis, constituindo-se em fatores de competitividade nacional e global e se convertendo em verdadeiros ativos turísticos e culturais das cidades criativas.

263 | Uma cidade criativa também inova na mobilidade urbana, combinando transportes públicos coletivos e individuais, implantando, por exemplo, ciclovias e/ou ciclofaixa para contribuir com o desafogo do trânsito e a melhoria da qualidade de vida dos usuários e do meio ambiente. Além

disso, inova transformando estações de transbordo em áreas de atividade econômica.

264 | A cidade criativa investe pesadamente em educação fundamental e contribui significativamente para a qualificação profissional.

265 | A cidade criativa estabelece estímulos tributários e até isenções para setores e atividades criativas, sejam elas culturais ou tecnológicas.

266 | O poder de compra das prefeituras deve ser utilizado para estimular a produção local, principalmente de micro, pequenas e médias empresas, localizadas na cidade ou na região.

267 | E como as cidades não são ilhas isoladas, mas parte de arquipélagos regionais ou metropolitanos, a formação de consórcios criativos deve ser pensada como forma de fortalecer as economias criativas locais, o turismo, saneamento e manejo de resíduos sólidos.



| Cidades Criativas e a Pandemia

268 | A pandemia do Coronavírus, em 2020 e 2021, revelou tanto a profundidade das desigualdades sociais, raciais e econômicas, como o papel imprescindível do Estado nas suas dimensões nacional, estadual e municipal, desmentindo cabalmente o pensamento neoliberal quanto à política do Estado mínimo.

269 | Os produtos e serviços da Economia Criativa ganharam importância ainda maior, com as exigências do isolamento social. A comunicação digital, as redes sociais, a internet, o *e-commerce* e os serviços de entrega, solicitados por WhatsApp, resolveram antigos problemas e criaram novos.

270 | As tecnologias relacionadas à Saúde, às pesquisas em ciência, aos *big data*s, aos sistemas de pagamento e transferências financeiras e as alternativas sociais e econômicas, desde as pequenas indústrias de alimentos e serviços pessoais, até o artesanato, todas ligadas à Economia Criativa, também foram reconhecidas como essenciais.

271 | Por sua vez, o poder local foi extremamente valorizado e as prefeituras ganharam enorme importância, mesmo na defeituosa organização federativa do Brasil.

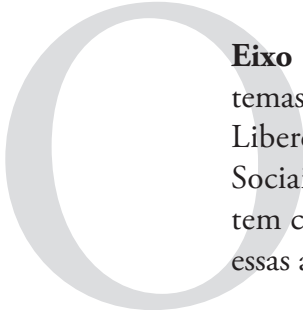
272 | A pandemia do Coronavírus constituiu-se em um grande acelerador da criatividade e dos valores socialistas, nas cidades brasileiras, marcadas por brutal desigualdade. A solidariedade, a importância do meio ambiente, os sentimentos antirracistas e a igualdade de gênero e raça tiveram sua relevância extremamente realçada.





Eixo Temático IV

Políticas
Sociais



Eixo Temático IV – Políticas Sociais é integrado pelos temas: Seguridade Social; Saúde Pública; Educação Pública; Liberdade e Igualdade; Direitos Humanos e Movimentos Sociais; Segurança Pública; Reforma Agrária; e Cultura; e tem como objetivo apresentar propostas do PSB em todas essas áreas.

As Políticas Sociais são destinadas a garantir o acesso universal e a permanência da população em serviços providos pelo Estado, visando ao bem-estar, à dignidade e coesão social, provendo os bens e serviços necessários à garantia de vida plena e digna de todos os cidadãos. A revolução brasileira do século XXI precisa corresponder ao desenvolvimento dos direitos já conquistados, e de novos, para o povo brasileiro.

| Políticas Sociais para a Igualdade

273 | O modelo de desenvolvimento excludente, vigente no Brasil, que tem na desigualdade sua estrutura nuclear, agravada em suas dimensões de classe, raça, gênero, orientação sexual e idade, determina a adoção de estratégias radicais e de entender o contexto histórico e social, com o objetivo de propor medidas criativas e inovadoras, capazes de combater as causas e alterar as desigualdades estruturais e institucionais, começando pela Saúde e Educação.

274 | O PSB defende, enfaticamente, que as políticas sociais devem ser articuladas e estruturadas enquanto políticas de Estado, alinhadas à política macroeconômica. Essas políticas devem se estruturar por meio da formação de uma forte rede de proteção social, articulada inteligentemente entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal).

275 | A principal meta defendida pelo PSB, por meio das políticas sociais, é assegurar o acesso universal e a permanência em serviços públicos de qualidade, que garantam a mobilidade social e a emancipação do cidadão.

| A Seguridade Social como Instrumento de Redução da Desigualdade

276 | O PSB defende que a Seguridade Social, como um conjunto integrado de ações de acesso e permanência universais, de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, está destinada a assegurar os direitos relativos à Saúde (SUS); à Previdência; e à Assistência Social (Sistema Único de Assistência Social - SUAS).

277 | A Assistência Social, como um direito, deve ser prestada a quem dela necessitar. Deve alcançar jovens; idosos; e os atingidos pelo desemprego estrutural e pela “uberização” do trabalho; independentemente de contribuição à Seguridade Social.

278 | Para os socialistas, o SUAS, articulador da Assistência Social enquanto Política de Seguridade Social não contributiva, que provê as condições básicas de cidadania, realizada por um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, tem papel fundamental na redução da pobreza.

279 | Para o PSB, é fundamental o fortalecimento dos meios e mecanismos que assegurem a concretização dos objetivos estabelecidos pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS): Defesa de Direitos; Vigilância Socioassistencial; e Proteção Social.

280 | Visando à proteção social e à segurança alimentar, o PSB defende a estruturação de rede de restaurantes populares, que comercializem refeições prontas, nutricionalmente balanceadas, originadas de processos seguros, preponderantemente com produtos regionais e a preços subsidiados.

281 | Os socialistas entendem ser necessário que, subsidiariamente, os estados e a União, destinem verbas aos municípios, para garantir a implementação e continuidade da rede de restaurantes populares.

282 | A reforma da previdência necessita ser revista, de forma a assegurar as conquistas obtidas durante o processo constituinte.

283 | O PSB defende a adoção de políticas de Estado que assegurem

uma renda básica universal, permanente, incondicional, igual e individual, e no caso do Brasil, a regulamentação e aplicação da legislação concernente.

| Avançar com o SUS

284 | A saúde é um direito de todos e um dever constitucional do Estado, e deve ser garantida mediante políticas sociais e econômicas. Urge implementar políticas de saúde para assegurar o bem-estar dos pontos de vista físico, mental e social, e prevenir riscos de doenças e outros agravos. Os socialistas defendem o acesso universal e igualitário e equânime às ações e aos serviços para promoção da vida humana.

285 | O PSB defende políticas públicas de qualidade nas áreas de reabilitação, habilitação e concessão de órteses, próteses e tecnologias assistivas, assegurando financiamentos contínuos para a compra desses equipamentos.

286 | O PSB defende a criação e adoção de fonte exclusiva para o financiamento complementar da Saúde Pública, posto que sucessivos governos esvaziaram os recursos da Seguridade Social - que inclui evidentemente a Saúde -, via criação da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

287 | O SUS é uma das poucas instituições que propiciam ao povo brasileiro o sentimento de pertencimento, pois é um empreendimento social e humanístico, realizado pelo Estado, com a participação da sociedade. Por isso, o PSB defende a garantia da manutenção, do funcionamento e fortalecimento dos Conselhos e Fundos Gestores do SUS. Defende também a formação contínua dos profissionais de saúde, bem como a expansão e consolidação de uma atenção primária à saúde, que ordene as demais redes de atenção à saúde e as integre aos sistemas de vigilância em saúde. Desta forma, atenderá às ações e aos serviços de saúde desde as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) ao Hospital, respondendo as necessidades da população.

288 | O PSB defende a ampliação no atendimento primário, no número de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e de Equipes de Saúde da Família (ESFs). Defende, também, a intensificação de programas de formação de profissionais de saúde destinados a atender aos serviços próprios do SUS.

289 | O que se impõe para a Saúde, no Brasil, é o enfrentamento de três macrodesafios: mais recursos para a Saúde; melhoria da gestão pública; e políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida.

290 | O PSB defende políticas públicas integradas para a aplicação da oferta de serviços de saneamento básico; acesso à água potável, limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, como direito humano primordial para o desenvolvimento saudável de todos os brasileiros.

291 | O PSB defende o fortalecimento do princípio da equidade no SUS, uma vez que as pessoas são diferentes, e essas diferenças são importantes para a construção de políticas públicas de Saúde integral para as populações vulneráveis.

| A Educação no Brasil

292 | A Educação pública brasileira vem sendo objeto de ataques dos liberais, neoliberais, da direita e da extrema-direita, há muito tempo. A mais cruel tentativa de desmonte do sistema público de educação ocorreu na Ditadura Militar, mediante a adoção do acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), que reduziu drasticamente a qualidade da Educação pública praticada até os anos 1960. Essa ação desarticulou o processo que levaria à revolução brasileira, uma vez que o modelo educacional vigente propiciava a formação de cidadãos livres e emancipados.

293 | É fundamental assegurar que a Educação seja vista como estratégia central na execução de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que organize e realize os desejos de construção de uma sociedade justa, fraterna e inclusiva, em que todos possam viver, trabalhar e ser felizes, numa economia que valorize o conhecimento e assegure a emancipação.

294 | No Brasil de 2020, havia ainda 11 milhões de brasileiros que não sabiam ler e escrever. É imperativo, portanto, em tal projeto, a união de todos os esforços e energias da sociedade civil, das organizações sociais, das empresas e do Estado, para superar o analfabetismo.

295 | O PSB defende a estruturação de programas sociais e educacionais que garantam o acesso universal e a efetiva permanência e o êxito dos alunos nas escolas, em todos os níveis, tanto nas áreas urbanas como rurais. Propugna, também, a reestruturação das metodologias de ensino fundamental, médio e profissional, que assegure a valorização e a ampliação da autonomia de professores e mediadores educacionais, que promova a autonomia e protagonismo dos estudantes, ao mesmo tempo em que avance na erradicação do analfabetismo funcional; na prevenção do analfabetismo digital; e na melhoria da qualidade do ensino, refletida em indicadores globalmente aceitos.

296 | O PSB reafirma seu compromisso com uma educação pública, universal e de qualidade, com acesso às novas tecnologias, que garanta a inclusão dos segmentos menos favorecidos, notadamente a população negra, periférica e LGBTQIA+, isolada geograficamente, no mundo do trabalho e nos processos produtivos da economia do conhecimento, para a evolução contínua de sua formação intelectual e profissional promovendo a melhoria de sua inclusão no mundo do trabalho.

297 | A política de permanente redução dos investimentos, em todos os níveis, justifica a afirmação de Darcy Ribeiro, segundo a qual a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto. É compromisso do PSB retomar os investimentos assegurando o percentual de no mínimo 10% do PIB para o investimento na educação pública; deter o sucateamento de suas estruturas de ensino; e eliminar os mecanismos que excluem grandes parcelas da população pobre do acesso à educação gratuita e de qualidade, que acaba por facilitar a expansão de instituições de ensino pago.

298 | O espaço público da educação necessita ser fortalecido e ampliado, no Brasil, por meio do aumento de aporte de recursos, que permita o aprimoramento na formação de professores e a construção de ambientes escolares compatíveis com as exigências da atual realidade, imposta pelo desenvolvimento das novas tecnologias.

299 | O PSB defende que o ambiente educacional deve buscar a igualdade de direitos, entendendo as subjetividades que perpassam a comunidade escolar. Promovendo a discussão envolvendo a diversidade cultural, étnica, racial, sexual e de gênero, com o objetivo de buscar a redução das diversas formas de opressão e violência.

300 | O PSB propõe a criação de programas educacionais, que garantam o acesso, a qualidade, o direito de aprender de todos, partindo do pressuposto da educação sustentável na perspectiva inclusiva, respeitando as diversidades culturais, étnicas, de gênero e religiosas, respeitando os preceitos contidos Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de *Jomtien* – 1990) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual afirma que “todos têm direito à educação”. Os objetivos dos programas permeiam ainda, a erradicação do analfabetismo, a ampliação das escolas em tempo integral e aumentar o nível de escolaridade da população brasileira.

| Instrumentos Norteadores da Educação Brasileira

301 | O PSB propõe o resgate das pactuações e a organização de esforços para que sejam cumpridos os princípios norteadores do projeto de Educação brasileira. Tais princípios estão contidos no Plano Nacional de Educação (PNE).

302 | Importante destacar que, no nível de Educação Infantil (creche e pré-escola), é fundamental que as ações sejam coordenadas e realizadas pela esfera cuja competência lhe foi atribuída, ou seja, os municípios. Ao Ministério da Educação (MEC) compete cumprir as diretrizes estabelecidas por lei e aportar os recursos necessários.

| Financiamento e Gestão da Educação Brasileira

303 | O PSB propõe como fundamental, no financiamento da Educação, o estabelecimento de modelo de federalismo cooperativo, mantendo, no entanto, a vinculação constitucional de recursos mínimos de 18%, obrigatórios para a União, e 25% para estados e municípios.

304 | Os socialistas posicionam-se frontalmente contra a militarização das escolas. Reconhecem que a medida gera uma sensação de ordem e respeito, entretanto, também é preciso manter uma escola acolhedora e libertadora, que não iniba os elementos criativos natos em cada um dos seres humanos, através de uma abordagem psicoeducacional humanista.

305 | Há que se registrar que o Fundeb, como obra de engenharia educacional e financeira fundamental à vida nacional, é um importante triunfo democrático e civilizatório. Os socialistas defendem que o Fundeb seja fortalecido como política pública, de caráter permanente, ou seja, uma política de Estado e não de Governo.



| Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

306 | O PSB defende a ampliação do acesso ao Ensino Superior público, com a oferta de vagas universitárias; de políticas de permanência e manutenção das cotas étnico-raciais, sociais e para pessoas com deficiência, com acessibilidade universal, enquanto for necessário.

307 | Para o PSB, há que se reajustar crescentemente o quadro de financiamento da pesquisa, no Brasil, uma vez que, historicamente, os recursos destinados ao setor sofrem reduções contínuas.

308 | O PSB opõe-se fortemente aos projetos neoliberais, pois buscam liquidar o sentido público das instituições federais de ensino. Esses projetos procuram alterar os eixos históricos que sustentam o caráter público e socialmente referenciado das instituições, ou seja, voltados ao atendimento dos interesses da sociedade.

309 | O PSB defende a regulamentação do Artigo 207 da Constituição Federal, que definiu as características essenciais da autonomia didático-científica, administrativa, bem como de gestão financeira e patrimonial das universidades públicas.

310 | A captação de recursos próprios, pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFESs), não pode e não deve submeter essas instituições aos interesses exclusivos do mercado.

311 | O PSB entende que somente o fortalecimento do sistema nacional de produção de Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I), com forte aporte de recursos financeiros no setor, pode resultar em fortalecimento do desenvolvimento autônomo e soberano da nação brasileira. Esse aporte de recursos deve ser extensivo a todas as formas de produção que devem vir desde as tecnologias mais complexas até as chamadas tecnologias sociais e assistivas, cujos objetivos são a melhoria da vida das pessoas.

312 | A consolidação da economia criativa implica a inserção da Ciência e Tecnologia na construção de um projeto genuíno de desenvolvimento nacional, fortalecendo as instituições públicas de ensino e pesquisa do País e criando canais de interlocução com o setor produtivo.

| Educação Profissional e Tecnológica

313 | A Educação profissional e tecnológica deve ser um dos pilares de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, com o objetivo de garantir que a população menos favorecida não seja destinada aos subempregos, devendo, para esse fim, ampliar as vagas universitárias e manter, enquanto for necessário, a política de cotas sociais e raciais.

314 | A Educação profissional e tecnológica é a modalidade que perpassa toda a Educação brasileira, desde o nível básico até a educação superior, integrando-a às demais modalidades educacionais e às dimensões do mundo trabalho, da ciência, da cultura, da tecnologia e da cidadania, ofertada em suas diferentes e diversas formas: qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio (integrado, concomitante e subsequente) e Educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (cursos superiores de tecnologia, especialização, mestrado e doutorado profissionais).

315 | O PSB defende a ampliação do acesso ao Ensino Profissional, Científico e Tecnológico público, ampliando a oferta de vagas federais e estaduais, defendendo políticas de ampliação do acesso, permanência e êxito de estudantes das classes sociais menos favorecidas e de pessoas com deficiências educacionais específicas.

316 | O PSB opõe-se fortemente aos projetos neoliberais, pois buscam liquidar o sentido público das instituições federais de ensino profissional científico e tecnológico. Esses projetos conflitam com os fundamentos históricos que sustentam a natureza pública e de forte caráter social na formação dos estudantes dessas instituições.

317 | O PSB defende a consolidação do Artigo 206 da Constituição Federal de 1998, para que o ensino seja ministrado com base em princípios, em especial o “[...] V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas [...]”.

318 | O PSB defende a consolidação do disposto na Lei nº 11.892/2008, que confere às instituições constituintes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculadas ao MEC,

autonomias administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

319 | O PSB defende a captação de recursos próprios pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para ampliar o empreendedorismo social e a economia criativa, especialmente para o desenvolvimento dos ecossistemas de inovação.

320 | Os socialistas defendem a criação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) pautadas na concepção do direito humano à educação continuada ao longo da vida. O PSB entende que é necessário romper com paradigmas educacionais convencionais que imprimem um caráter compensatório (supletivo) à EJA, e que é necessário reconhecer esse público como sujeitos plenos de direitos e de cultura, reafirmando e respeitando a rica tradição brasileira de Educação popular, calcada na defesa da Educação como processo de emancipação individual e coletiva.

| Revolução Criativa na Educação

321 | O PSB defende que a Educação é o principal instrumento de combate às desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira.

322 | O desenvolvimento educacional deve ser a base dos desenvolvimentos econômico e social. E a Educação pública e gratuita de qualidade é a principal política social, pois permite à criança, ao adolescente e ao jovem, terem uma formação para a vida em geral, inclusive para o mundo do trabalho; somente como política social de Estado, como educação crítica e criativa, é que poderá assegurar e promover a emancipação do indivíduo.

323 | O PSB defende a implementação de programas de desenvolvimento de habilidades socioemocionais nas escolas, para a construção de um ambiente mais acolhedor aos professores e alunos, como método de redução dos altos índices de doenças psicossomáticas e suicídio entre crianças, jovens e adultos.

324 | Para ser plenamente efetiva, a igualdade de oportunidades implicaria tornar o Ensino Fundamental totalmente gratuito e acessível a

todas as camadas da sociedade, a exemplo do que já ocorre em diversos países, como, por exemplo, nos Estados Unidos da América, em Israel e algumas socialdemocracias europeias. Os filhos dos trabalhadores pobres precisam ter o mesmo espaço escolar que os filhos das classes média e abastadas.

325 | O PSB entende que, para garantir a Educação como um direito, e não um privilégio, a Educação básica deve ser oferecida em tempo integral.

326 | A qualificação e a valorização dos professores são requisitos imprescindíveis para alcançar a Educação defendida pelo PSB, com a garantia da liberdade de expressão e de cátedra.

327 | O PSB propõe uma revolução criativa na Educação. Para tanto, entende a necessidade de ressignificar as práticas pedagógicas atuais, que têm por base concepções mecanicistas da Educação; interrompem o processo criativo; e potencializam a competitividade exacerbada, tornando-as instrumentos de uma formação cidadã, conectada às transformações tecnológicas, e que valorize os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade; a cultura; o pensamento sustentável, a empatia, a tolerância e a liberdade criativa dos brasileiros.

| Direito Social ao Trabalho

328 | O PSB defende a regulamentação dos direitos trabalhistas previstos do artigo 7º ao artigo 11 da Constituição, que estabelecem dispositivos como a proteção contra a despedida arbitrária, o seguro-desemprego, o salário mínimo, as jornadas de 8 horas (normal) e de 6 horas para trabalho ininterrupto, e a criminalização da retenção dolosa do salário.

329 | Diferentemente de outros direitos sociais, como Saúde e Educação, o direito ao trabalho não conta com instrumentos jurídicos e administrativos que garantam seu cumprimento pelo Estado como, por exemplo, o emprego ou atividade rentável, com políticas públicas e medidas macroeconômicas precisas.

330 | O PSB defende o fortalecimento da política de trabalho, através

da tríade qualificação social e profissional, seguro-desemprego e intermediação de mão de obra. Esse último pilar, quando desenvolvido pela iniciativa privada, deve ser mais bem regulamentado, com severo controle social e do Estado.

331 | O PSB defende, com urgência, a adoção e promoção de políticas que diminuam as dramáticas taxas de desemprego e desalento, decorrentes de políticas macroeconômicas liberais, bem como das mudanças do cenário do trabalho e emprego, ocorridas em razão do desenvolvimento das novas tecnologias. E, particularmente, para aqueles que ainda não tiveram acesso ao primeiro emprego, o PSB propõe a promoção do Trabalho Decente, segundo prego a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em sua plataforma.

332 | Cabe aos socialistas brasileiros a defesa da Constituição de 1988 e a luta pela revogação da emenda constitucional chamada de Reforma Trabalhista, do Governo Temer, bem como a formulação de uma verdadeira reforma trabalhista, capaz de defender novos direitos para os trabalhadores, numa sociedade em que o modelo de produção se modifica rapidamente com a revolução tecnológica, gerando desemprego, subemprego e a “uberização” do trabalho.



| Segurança Pública

333 | Na Segurança Pública, é necessário identificar que, no cenário político mais amplo, há claras dificuldades em se conjugar a realidade social com medidas preventivas e repressivas e acabar com o falso antagonismo entre segurança pública e direitos humanos.

334 | A pauta da Segurança Pública adquire, a partir dos anos 1990, contornos nacionais, com diversas tentativas de implementação de um plano nacional de segurança que fosse além do brevíssimo traçado constitucional sobre a área.

335 | A criminalização da pobreza; o aumento da criminalidade violenta; o fortalecimento do crime organizado; das facções criminosas e das milícias, fazem com que a Segurança Pública seja uma das preocupações atuais de todos os brasileiros.

336 | Os custos do combate à violência chegam a 5,4% do PIB. A indústria e o Estado já gastam mais com Segurança do que com pesquisa e desenvolvimento, e os elevados índices de criminalidade afetam o turismo e o investimento em várias áreas.

337 | As velhas propostas do Congresso Nacional, que se restringem à tipificação de novos crimes, ao aumento das penas e ao endurecimento do regime de seu cumprimento, têm-se mostrado ineficazes e agravantes dos problemas. É urgente aperfeiçoar a legislação penal; processual penal; os mecanismos de governança, fortalecendo os conselhos comunitários de segurança; a execução penal; e reformar o sistema penitenciário, para definitivamente localizá-lo no âmbito da administração da justiça, cidadania e direitos humanos.

338 | O PSB compreende que é necessário destinar recursos aos municípios para aprimoramento de seus sistemas de inclusão e proteção social, com a finalidade de reduzir as desigualdades sociais; possibilitar a quebra dos ciclos de violência, e, em conjunto com políticas educacionais, culturais e de geração de emprego, estabelecer novas condições de proteção social.

339 | A prática nas gestões estaduais socialistas, de Pernambuco, Espírito Santo, Distrito Federal e Paraíba, mostrou que é possível inovar na gestão e desenhar políticas de segurança comprometidas com a redução da

violência, em um cenário de respeito aos direitos humanos. O aperfeiçoamento profissional dos corpos funcionais e demais instituições que se relacionam com a Segurança Pública, elevam a compreensão dos servidores e melhoram a relação com a sociedade.

340 | A proteção dos direitos humanos, como valor fundamental, a capacitação dos profissionais para lidar com a população LGBTQIA+, e a inovação ao conjugar políticas de inclusão social, com programas e ações de prevenção qualificada, devem ser o ponto de partida para propor novas estratégias para reduzir a violência e promover a Segurança Pública.

341 | Para reduzir a letalidade das ações policiais, principalmente em relação à juventude negra do país, os socialistas defendem, entre outras medidas legais e de ordem prática, o uso de câmeras nos fardamentos, uma profunda reformulação na formação e qualificação dos profissionais de Segurança Pública, com ênfase especial nos direitos humanos.

342 | O PSB opõe-se fortemente às políticas armamentistas que visam a facilitar o acesso a armas de fogo para a população civil, considerando que, numa democracia, o monopólio da violência é prerrogativa exclusiva do Estado Democrático de Direito.

343 | A segurança deve ser estruturada com base em políticas públicas de inclusão social, e, como tal, deve ser gerida, considerando a complexidade e diversidade de culturas. Há que se desenvolver, para a área, mecanismos de governança, inclusive orçamentária; aproveitar as experiências de gestão com resultados bem-sucedidos, como as implementadas nos governos do PSB, que utilizam mecanismos de gestão sofisticados e articulação interinstitucional, de implantação relativamente simples e rápida.

344 | Esses mecanismos englobam o estabelecimento de objetivos e prioridades específicos; a definição de metas baseadas em indicadores de desempenho; especificação de planos de ação direcionados a áreas territoriais integradas; o fortalecimento da produção das estatísticas e da análise criminal; e o acompanhamento dos índices de desenvolvimento humano e econômico, bem como políticas para sua efetiva melhoria.

345 | Ampliar a participação percentual de investimentos destinados às áreas de inteligência e investigação policial no total de recursos destinados à Segurança Pública pela União, estados e Distrito Federal.

346 | O PSB defende que o modelo do SUS deve ser um ponto de partida relevante para a estruturação de um modelo de governança da Segurança Pública. Ainda, o estímulo à cultura de monitoramento e à avaliação de políticas, programas e ações de segurança deve ser contínuo e as avaliações devem contar com mecanismos efetivos de participação social.

| Mais Mulheres no Poder

347 | Os socialistas defendem a igualdade de gênero como a base necessária para o desenvolvimento de uma democracia econômica, social e política substantiva. Somente o alcance da igualdade de gênero permitirá superar opressões estruturadas em um sistema patriarcal, machista, racista e LGBTfóbico, que marginaliza indivíduos e grupos sociais.

348 | O PSB garante a bandeira do fortalecimento dos direitos e da cidadania, nas múltiplas identidades que compõem o ser mulher, reconhecido no sentido de “gênero feminino”, com um olhar inclusivo para as identidades femininas mais vulnerabilizadas em nossa sociedade.

349 | O PSB defende a humanização do atendimento à saúde das mulheres em todas as suas especificidades, incluindo a saúde mental, tornando o atendimento à saúde integral da mulher uma política de Estado e a implementação e estruturação de unidades hospitalares e de especialidades da saúde da mulher, na rede do SUS.

350 | O PSB defende a criação e implementação de políticas públicas e programas de combate à pobreza menstrual a fim de reduzir a desigualdade de gênero e promover a dignidade, compreendendo que tais políticas são destinadas não apenas às mulheres cisgênero, mas também aos homens transgênero e pessoas não binárias que menstruam.

351 | O PSB defende políticas para a valorização do trabalho de assistência e doméstico não remunerado, exercido historicamente por meninas e mulheres, que visem a ampliar a disponibilização de serviços públicos, melhorar a infraestrutura e as políticas de proteção social.

352 | O PSB defende, além de igualdade salarial para o mesmo

trabalho, a qualificação profissional nas áreas tecnológicas, e a criação de programas de emprego e renda com políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, para mulheres, como a remuneração para o exercício de tais trabalhos. O Partido combaterá qualquer discriminação e assédio contra as mulheres no ambiente de trabalho e será contra a demissão imotivada.

353 | O PSB repudia qualquer forma de violência contra meninas e mulheres, cis e trans, com ênfase no feminicídio, comprometendo-se a lutar pela ampliação e o fortalecimento das políticas públicas, para a prevenção e o enfrentamento à violência de gênero em todos os níveis de especificações, através de redes articuladas com partidos e organizações sociais, bem como estendendo esta luta aos três poderes da república.

354 | O PSB repudia com veemência quaisquer atos de violência política em relação às mulheres que as depreciem com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os seus direitos políticos. Os socialistas defendem o pleno acesso das mulheres às instâncias de representação política e ao exercício de funções públicas.

355 | O PSB compromete-se a desenvolver ações educativas de combate à masculinidade tóxica, à cultura patriarcal e todas as formas de violência, em todas as esferas da sociedade: o machismo, a misoginia, o racismo, a LGBTfobia e o capacitismo, que é definido como o preconceito contra pessoas com deficiência.

356 | O PSB reconhece a necessidade das políticas afirmativas e bandeiras de lutas feministas, como a garantia do aborto legal, assegurado pelo SUS, avançando para a sua descriminalização de forma ampla.

357 | Para garantir a autonomia das mulheres é preciso lutar pelos direitos sociais previstos na Constituição. Nesse sentido, o PSB defende as creches públicas, outros equipamentos sociais, diurnos e noturnos e políticas públicas que contribuam para a autonomia das mulheres, como instrumento de emancipação política, econômica e financeira.

358 | Os socialistas defendem a criação e implementação de programas de capacitação e formação política para mulheres, em suas comunidades, sob responsabilidade de movimentos sociais, partidos políticos e Estado, com vistas à ampliação e ao fortalecimento de sua presença nos espaços de poder e decisão.

359 | Para superar a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão, o PSB considera primordial a promoção de ações na cultura e socialização política do País, nas famílias, escolas, instituições estatais e nos partidos políticos.

360 | O PSB defende a paridade de representação de gênero em todos os espaços de poder da sociedade, sejam eles públicos ou privados, incluídos os partidos políticos e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

361 | O PSB tem como objetivo alcançar a paridade da representação feminina na composição dos diretórios e executivas municipais, estaduais, distrital e nacional, com o compromisso de estabelecer metas e apresentar dados para controle público.

362 | As gestões socialistas devem criar organismos de política de gênero, e fortalecer mecanismos legais de controle e participação social e reservar fundos para implantar equipamentos de enfrentamento à violência de gênero.

| Emancipação e Empoderamento da População Negra

363 | O PSB compreende que a luta antirracista está indissoluvelmente ligada a uma estratégia civilizatória de igualdade social pela qual o Partido luta.

364 | O Brasil é o primeiro país em população afrodescendente fora do continente africano. De acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54% dos brasileiros são negros ou pardos. Essa população tem sofrido com a violência advinda de estereótipos raciais, sendo, segundo dados do Mapa da Violência de 2019, 75% das vítimas de homicídio, e, segundo o InfoPen, mais de 63% da população carcerária, desde 2017. A esses fatores somam-se a falta de representatividade nos espaços de poder; alta taxa de evasão escolar; dificuldade de acesso e permanência no Ensino Superior; e renda *per capita* inferior à renda de pessoas brancas.

365 | A disparidade social, advinda das problemáticas causadas pelo racismo estrutural, enseja a luta do movimento negro pela sobrevivência e igualdade social e material das pessoas pretas e pardas no Brasil, luta reconhecida e defendida pelo PSB.

366 | O PSB defende a necessidade do aumento da representação das negras e dos negros nos poderes executivo, legislativo e judiciário, e nos demais espaços de poder, o que permitirá superar a afirmação meramente casual e se converter em ações concretas.

367 | Ao fazer um recorte de gênero e raça, na estrutura do sistema tributário vigente, percebe-se que, proporcionalmente à renda, são as mulheres negras pobres que mais pagam impostos e as que recebem os menores salários.

368 | O PSB é solidário e copartícipe, - através de suas instâncias partidárias, e que tem na Negritude Socialista seu principal porta-voz - , das demandas dos movimentos negros, que não se restringem à questão racial, mas também se relacionam com problemas sociais, econômicos e culturais que incidem sobre a população negra.

369 | As nuances do racismo institucional precisam estar inseridas na lei de criminalização da discriminação racial, para que o crime de racismo, tipificado no artigo 5º da Constituição, tenha eficácia nos casos concretos.

370 | O PSB afirma seu compromisso com políticas públicas de acompanhamento social; apoio à alimentação, moradia; acesso a livros e transporte; como forma de garantir a permanência da população negra nas instituições de ensino.

371 | O PSB entende que é necessária a efetiva aplicação das leis de reparação histórica, como a Lei 11.645/2008, que determina o ensino da história afro-brasileira nas escolas; o decreto que regulamenta o reconhecimento e a demarcação de terras ocupadas por descendentes de quilombolas; e a proibição de diferenças de salários; de exercício de funções; e de critérios de admissão por motivo de raça.

372 | O PSB refuta a lógica racista utilizada pelo sistema de segurança pública brasileiro, que centraliza nas favelas e periferias toda a responsabilidade pela violência, a fim de legitimar o genocídio da população

negra, sem resolver a problemática da crescente violência social. Ainda, nesse sentido, defende o fim dos autos de resistência.

373 | O PSB defende que o recorte racial também seja realizado nas políticas educacionais, em consonância com a política de cotas, para garantir que a população preta e parda não seja destinada a subempregos. Somando a esse objetivo, a regulamentação trabalhista e a fortificação de suas leis de proteção, como a Lei Complementar 150/2015, que regulamenta o emprego doméstico. Defende, ainda, a eliminação do trabalho infantil e do trabalho análogo à escravidão.

374 | A liberdade religiosa é defendida pelo PSB como base da garantia do direito juridicamente instituído da livre prática dos cultos religiosos, em destaque das religiões de matriz africana. Defende-se também, nesse sentido, a criminalização da intolerância religiosa.

| Garantia dos Direitos dos Povos Indígenas

375 | Considerando a importância da cultura indígena para a formação cultural do Brasil, os socialistas defendem a integridade cultural e o bem-estar físico dos povos indígenas; de suas comunidades e organizações, de maneira que sejam respeitadas suas terras; seus usos; costumes; línguas; crenças; tradições e valores antropológicos, e que sejam preservados sua autodeterminação e os direitos humanos.

376 | O PSB reconhece como fundamental a garantia de direitos coletivos dos povos indígenas à propriedade das terras que, tradicionalmente, ocupam e usam para suas atividades produtivas e usufruto dos recursos naturais nelas existentes, conforme preconizados pela Constituição de 1988.

377 | Diante de interesses econômicos alheios aos direitos dos povos indígenas, os socialistas defendem a implementação de políticas públicas voltadas à proteção endógena dos conhecimentos tradicionais; à valorização do patrimônio cultural indígena; e à preservação da sociobiodiversidade.

378 | O PSB defende a adoção de medidas que tenham por objetivo recuperar as políticas que garantam a homologação de terras indígenas, da reforma agrária e da regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais.

| Idosos, uma Nova Realidade

379 | Considerando que, até 2030, o Brasil será um “País idoso”, quando a população acima de 60 anos superará a de 15 anos, e que as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira se refletem mais severamente entre essa população idosa, o PSB propõe a construção de políticas públicas orientadas para a superação das debilidades históricas da rede de proteção e de acolhimento à pessoa idosa.

380 | Ressalte-se que existem instrumentos importantes para a implementação de programas e políticas públicas para o idoso, como os Conselhos e Fundos (nacional, estaduais e municipais), que devem ser estimulados e multiplicados por todo o Brasil.

381 | O PSB propugna uma agenda de políticas públicas, que são necessárias à manutenção e ampliação de programas de apoio à Saúde, como o fornecimento gratuito ou subsidiado de remédios para doenças crônico-degenerativas e a ampliação dos espaços de atendimento geriátrico no SUS.



382 | O PSB defende o aumento dos investimentos em pesquisas médicas, odontológicas e psicológicas, para superação de enfermidades físicas, neurológicas e mentais, características da velhice, por exemplo, por meio de abertura de editais nos órgãos de fomento específicos para essas áreas.

383 | O PSB reitera preceito inscrito na Política Nacional do Idoso, de que o acolhimento familiar deve ser estimulado sobre qualquer outro. No entanto, para as pessoas idosas que não o possuem, é fundamental humanizar as casas-lares, orientando e incentivando a implantação de atividades lúdico-educativas intergeracionais em convênio com escolas e abrigos infantis.

384 | O PSB defende que a velhice seja reconhecida como uma etapa da vida com possibilidades e que seja desmistificada a ideia do idoso incapaz, por meio de ações que visem a inclusão da pessoa idosa na sociedade, inclusive com qualificação digital, como forma de evitar e eliminar a exclusão, mediante programas que reduzam os impactos naturais da senescência. Se lhes trouxer felicidade, o Estado deve assegurar aos idosos a inserção no mercado de trabalho.

385 | Os socialistas defendem políticas públicas de acolhimento e reeducação, que garantam à população idosa anos tranquilos de vida com suas famílias, ou, alternativamente, em ambientes sociais que respeitem suas limitações e lhes garantam conforto e saúde. Opções como casas de apoio ou condomínios de idosos, sob responsabilidade do Estado, com plena acessibilidade, devem ser concretizados.

386 | É importante, ainda, garantir às pessoas idosas uma renda justa, que possa lhes propiciar o acesso a bens disponibilizados à sociedade, possibilitando-lhes uma vida ativa e feliz, com acesso à cultura, às artes e a outras atividades que lhes assegurem uma vida decente e plena.

| Direito à Juventude Plena

387 | O PSB, baseado inclusive em sua própria experiência, defende a ampliação de espaços na política para atuação da juventude, nos partidos e fora deles e nos movimentos sociais.

388 | O PSB compromete-se a definir estratégias específicas para estimular a participação de jovens na política, que inclua a formação de quadros e a relação do Partido com as organizações juvenis e estudantis.

389 | Enquanto as crianças e adolescentes representam cerca de 33% da população brasileira, entre os mais pobres esse patamar é maior. Um recorte, pela pobreza, cruzado com a idade, revela que a população mais pobre tem um contingente ainda maior de crianças e adolescentes (40,2%); por isso, também, o PSB defende o desenvolvimento de políticas públicas articuladas, com o objetivo de fortalecer e reconhecer a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que deriva exatamente de reafirmar a proteção de pessoas que vivem em períodos de intenso desenvolvimento psicológico, físico, moral e social.

390 | Os jovens brasileiros, na sua maioria, são levados a entrar no mercado de trabalho pela via da informalidade ou de forma precarizada. Além disso, a reforma trabalhista e a reforma previdenciária, realizadas nos governos Temer e Bolsonaro, agravaram as perspectivas de direitos. O PSB defende a revisão das reformas trabalhista e previdenciária, com a estruturação de políticas públicas de inserção da juventude no mercado de trabalho.

391 | É necessário rever a reforma do ensino médio, que tornou o ensino demasiadamente tecnicista, bem como manter-se firme contra projetos de militarização do ensino e de projetos como o “escola sem partido”, reafirmando o apoio à escola em tempo integral.

392 | O PSB compromete-se em desenvolver políticas públicas que garantam a universalização do acesso e a permanência ao Ensino Médio e ao Superior, e o estabelecimento de cotas afirmativas como política de incentivo à não evasão, com projetos que possibilitem aos jovens terem uma renda, como bolsa de estudos ou auxílio escola em conjunto com empresas.

393 | O PSB defende a institucionalização de uma política pública de Passe Livre Estudantil universal, inclusivo e gratuito nos modais de transportes

públicos urbanos de todo o território nacional, uma necessidade urgente para garantir aos estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior, a mobilidade urbana para acessar os espaços de promoção ao esporte, cultura e lazer.

394 | O PSB defende que a Educação deve servir à erradicação de todas as formas de preconceito e para tal incluir em seus currículos abordagens sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça e diversidade religiosa.

395 | Quanto aos espaços de desenvolvimento da vida juvenil, é preciso garantir o direito à permanência da juventude rural no campo, daqueles jovens que assim desejarem, com programas de reforma agrária, de desenvolvimento de instrumentos de economia, garantidores dessa permanência, de acesso à Saúde, à segurança e à Educação, para uma vida digna.

396 | No aspecto urbano, ao analisar a distribuição populacional, é preciso ter especial atenção às juventudes periféricas (pretas e pobres), para assegurar a presença e o acesso do Estado nessas regiões, garantindo moradia digna, emprego, renda, educação, mobilidade, acessibilidade e segurança para essa população juvenil.

397 | O PSB defende o apoio a políticas que possibilitem ao jovem a aquisição de renda, por meio de iniciativas como o empreendedorismo jovem; em especial, nas novas áreas surgidas com o desenvolvimento da sociedade do conhecimento; e, em particular, para a juventude das periferias urbanas, onde predomina a juventude negra.

398 | É necessário garantir, às populações jovens, o acesso à justiça, bem como uma abordagem policial que não resulte na eliminação física dos jovens, sobretudo nas periferias brasileiras, decorrente da prática comum e descontrolada das justificativas expressas nos “autos de resistência”.

399 | O PSB defende a necessidade de construir alternativas às políticas de Segurança Pública vigentes, que são baseadas fundamentalmente na repressão e no preconceito, e penalizam fortemente as populações jovens periféricas e negras, trazem como resultado a negação do simples direito à própria vida.

400 | Ainda, é necessário atualizar a política nacional sobre drogas, de modo a integrá-la a outras políticas sociais, especialmente com as da Saúde, física e mental, e Assistência Social, dando especial atenção às políticas de redução de danos.

401 | O PSB é contra a redução da maioridade penal e a favor do fortalecimento das medidas socioeducativas com vista à recuperação e formação dos jovens em conflitos social e judicial.

402 | É preciso reforçar, no mínimo, os direitos ao aborto, assegurados em lei, às jovens cuja gravidez foi decorrente de situações de imposição, como é o caso do estupro.

403 | O PSB defende a necessidade da formulação e adoção de políticas públicas sobre os direitos sexuais e reprodutivos dos jovens, nas idades adequadas.

| Políticas para o Esporte

404 | O PSB defende a necessidade de ampliar e universalizar o acesso às políticas públicas de esporte, cultura e lazer.

405 | Os socialistas apoiam todas as iniciativas de atração e inclusão da população brasileira, notadamente a infância e a juventude, às atividades esportivas, por entender que o esporte organiza, nas pessoas, habilidades, como planejamento; ação coletiva; cuidados com a saúde; companheirismo; cooperação; e administração de frustrações; entre outras, assim, é fundamental para o desenvolvimento da cidadania, muito especialmente por ser um espaço em que as diferenças sociais podem ser amenizadas.

406 | Os socialistas compreendem que as atividades esportivas e culturais propiciam uma forma inteligente, inclusiva e criativa de ofertar a crianças, adolescentes e jovens, uma possibilidade de convívio harmônico, obter sucesso e reconhecimento social.

407 | O esporte é uma forma de exercer a competitividade, notadamente da população jovem, sem que esse exercício implique a destruição do adversário ou do oponente, como acontece na guerra.

408 | O apoio às políticas públicas para esporte é fundamental, pois as atividades esportivas constituem-se em importante fator de integração; de combate ao racismo e à LGBTfobia, possibilitando a diminuição da criminalidade juvenil oriunda das desigualdades sociais. Adicionalmente,

representam ainda importante fonte de geração de empregos, desde a administração do esporte, o ensino da prática esportiva, e a possibilidade do esporte profissional.

409 | As políticas públicas devem receber investimentos segundo três enfoques, em proporções aproximadas de 60%, 30% e 10%. O investimento nesses três enfoques deve compreender o esporte olímpico e paralímpico. O primeiro enfoque, que deve receber a maior parte dos investimentos, é o esporte amador, que alcança a maioria da população, com atividades físicas para a saúde. O segundo enfoque, é o esporte escolar, que deve ser mais diversificado do que o modelo atual; e o terceiro, que poderá também receber os benefícios dos investimentos nos dois primeiros enfoques, é o esporte de alto rendimento.

| Por uma Reforma Agrária que se Conecte ao Brasil do Futuro

410 | A reforma agrária, presente na história da imensa maioria dos países capitalistas, ainda está, em sentido estrito, por se realizar, no Brasil.

411 | A reforma agrária deve atender a uma demanda emergencial de famílias pobres e envolvidas em conflitos fundiários, e servir de vetor de desenvolvimento, em especial, nas regiões do Brasil interiorano, que apresentam baixo dinamismo. Também deve estimular novas formas de uso dos recursos naturais, por meio da regularização fundiária e de políticas de valorização dos produtos da biodiversidade, com a promoção do uso de novas fontes de energia.

412 | A reforma agrária, como parte da política fundiária, deve se constituir em um instrumento para o uso sustentável dos recursos naturais, sobretudo naquelas regiões nas quais há maior fragilidade ambiental. Deve-se constituir em política pública que propicie melhoria das condições de vida do pequeno agricultor.

413 | O PSB advoga a tese de que uma política de reforma agrária não deve apoiar-se na mera e simples distribuição de terras – embora seja

um elemento fundamental - e na dotação de infraestrutura, mas, em pelo menos três modalidades de política fundiária, associadas às demais políticas do governo federal (acesso a mercados, conservação do meio ambiente e investimentos em ciência e tecnologia), convertendo-se em uma política de desenvolvimento e ordenamento territorial.

414 | O PSB defende a proposta de adoção de um marco legal para a Reforma Agrária: o Estatuto do Brasil Rural. Concebido a partir de amplo e democrático pacto socioambiental, deve estabelecer diretrizes e metas de médio e longo prazos, acerca de um conjunto de indicadores sociais e ambientais, que permitam concretizar um cenário desejado para o Brasil rural, no intervalo de uma geração, garantindo as peculiaridades de regiões e municípios brasileiros.

415 | A Reforma Agrária deve garantir o direito legal de posse e apoio à agricultura familiar, a manutenção da previdência rural e o estímulo à agricultura orgânica. Deve atender prioritariamente às famílias pobres e envolvidas em conflitos fundiários; realizar a reorganização fundiária; rever a forma de cálculo dos índices de produtividade; unificar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais; e rever o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e a Lei de Responsabilidade Socioambiental.



| Revolução Criativa na Agricultura Familiar e na Agroecologia

416 | O PSB defende a Agricultura Familiar como um vetor importante de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, uma vez que a considera uma ideia de desenvolvimento do meio rural, não apenas como política social, mas instrumento econômico para viabilizar a segurança alimentar e nutricional, a valorização da cultura e a preservação e valorização de um modo de vida que envolve, no início da terceira década do século XXI, mais de dez milhões de brasileiras e brasileiros.

417 | Os socialistas defendem o fortalecimento das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais; de garantia de crédito rural; aumento da produtividade; assistência técnica; extensão rural; e acesso às tecnologias, bens e serviços oriundos da revolução tecnológica 4.0; programas de apoio à comercialização da produção; garantia de preços mínimos e agregação de valor; e manutenção da previdência rural do agricultor como segurado especial rural do Regime de Previdência Social.

418 | O PSB defende o desenvolvimento de um modelo sustentável de garantia de qualidade de vida, como elemento estratégico para evitar o êxodo rural; assegurar a sucessão rural (sucessão familiar no campo); a opção da permanência dos jovens; e o empoderamento das mulheres no campo.

419 | Para os socialistas, é fundamental o incentivo à agroindústria familiar e cooperativada como forma de agregação de valor à produção. É necessária a garantia da regularização fundiária e de infraestrutura, como boas estradas; energia elétrica; abastecimento de água; irrigação; habitação rural; saúde e saneamento; comunicação; internet; e educação.

420 | A agroecologia constitui-se em uma prática agrícola e em um movimento social e político e não existe isoladamente, mas consiste em uma ciência integradora, que respeita, estimula e agrega conhecimentos de outras ciências, além de incorporar os saberes populares e tradicionais provenientes das experiências dos agricultores familiares; das comunidades indígenas; dos ribeirinhos; camponeses; e das comunidades quilombolas.

421 | O PSB defende a implementação de políticas públicas que considerem fortemente os direitos sexuais e reprodutivos de todas as mulheres, na agricultura familiar e na agroecologia, por estarem envolvidas na quádrupla jornada (da casa, cuidados dos filhos, jornada no campo e relações sexuais e procriativas).

422 | Em sintonia com os propósitos de fortalecimento da agricultura familiar sustentável, os socialistas defendem a implantação de um Programa Nacional de Incentivo à Produção de Alimentos Orgânicos sob a responsabilidade da União.

423 | Sob a liderança da Embrapa e em parceria com órgãos congêneres dos estados, com as Universidades e as instituições do Sistema “S” defende-se a adoção de esforços para a implantação do Programa Nacional de Incentivo à Produção de Alimentos Orgânicos como uma das estratégias do Projeto Nacional de Desenvolvimento.

424 | Estimular o desenvolvimento da agricultura e da agroecologia em espaços urbanos, associando a produção de alimentos (hortas urbanas) com embelezamento (jardinagem comestível); preservação de ambientes verdes; geração de renda; e, sobretudo, estimulando o envolvimento comunitário em projetos criativos de segurança e qualificação alimentar, bem como a promoção de cadeias curtas na economia local, com interfaces nas áreas da saúde preventiva, educação pedagógica e assistência social, entre outras.

| Cultura, Desenvolvimento e Criatividade

425 | A Cultura, em suas três grandes dimensões – a simbólica, a cidadã e a econômica -, é fundamental para a definição de um verdadeiro Projeto Nacional de Desenvolvimento para o Brasil.

426 | Segundo Celso Furtado, esse projeto tem que ser formulado a partir do “reencontro com o gênio criativo da nossa cultura e como realização das potencialidades humanas” e, ainda, “o objetivo último de uma política

cultural deve ser fortalecer todas as formas criativas da sociedade”. A cultura permite, portanto, pensar o desenvolvimento dando nitidez ao sonho.

427 | Para o PSB, na era do conhecimento, em que as novas tecnologias de informação e comunicação tendem a disseminar em escala global as manifestações artístico-culturais e políticas, é preciso reforçar os fatores que configuram a cultura brasileira e a identidade nacional. Identidade que não é estática, monocromática ou exclusivamente nacional, ou local.

428 | O traço intelectual e criativo brasileiro mais distintivo é a diversidade cultural e sua plasticidade na resistência às pressões homogeneizadoras. A diversidade seria, assim, o princípio organizador da identidade cultural brasileira.

429 | O PSB defende que as riquezas cultural, literária e artística, sejam transferidas para o *design* nacional, para os *games*, para os *softwares* brasileiros. Enfim, é preciso marcar a cultura tecnológica com as digitais da diversidade cultural do País. Assim, o conjunto da Economia Criativa, que vai além da produção simbólica, teria uma marca cultural brasileira. E a cultura brasileira, na sua dimensão econômica, se utilizaria mais dos recursos tecnológicos e dos circuitos mercadológicos (produção, distribuição e comercialização) da Economia Criativa, observando a acessibilidade cultural.

| Políticas Culturais

430 | No século XIX, surgem, no Brasil, as primeiras ações na área cultural, voltadas para a população, com a criação de escolas públicas, bibliotecas e gráficas para imprimir as produções oficiais e as literárias. Essas foram as primeiras políticas culturais.

431 | Com os avanços tecnológicos na reprodução de textos, imagens e sons, foram criadas as condições para o desenvolvimento de um mercado de bens e serviços culturais de proporções crescentes. E assim, historicamente, vai-se da “mercantilização da cultura para a fase mais recente da culturalização das mercadorias”: móveis, aviões, automóveis e vestuários, desenhados a partir de uma vertente cultural.

432 | Embora integre a Economia Criativa, da qual é o eixo central, a Cultura tem uma dimensão própria, no terreno do simbólico, que vai além de qualquer variante econômica. Assim, o PSB defende o respeito e a valorização do terreno cultural específico das produções artísticas e literárias, que, necessariamente, não se transformam em mercadorias.

433 | O PSB apoia firmemente a definição na Constituição de 1988, em seu artigo 215, que estabelece que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

434 | A exclusão cultural deve ser combatida através de políticas de incentivo à produção cultural para populações marginalizadas, especialmente a negra e periférica, de modo a assegurar o reconhecimento de suas expressões como patrimônio nacional e a valorização de seu potencial econômico e social para o setor criativo.

435 | Para que a produção cultural possa se transformar em um modo de vida, e mesmo numa profissão, é preciso que o Estado assegure a todas as pessoas - mas especialmente às camadas populares - os meios materiais,



institucionais e econômicos, além de atividades individuais ou coletivas. Os partidos políticos devem, por seus segmentos e secretarias, e/ou instâncias correlatas, auxiliar as comunidades nas reivindicações de acesso aos bens e serviços provenientes das políticas públicas de suas respectivas áreas.

436 | Nos espaços da diversidade cultural é que surge a oportunidade de se opor a uma cultura homogênea global. Nesses espaços, ainda, é que estão colocadas as chances de uma economia da cultura brasileira.

437 | O Estado precisa estimular os talentos individuais e coletivos, financiando, sem burocracia e com os riscos naturais, os coletivos culturais, as *startups*, os inventores individuais, os profissionais criativos à acessibilidade cultural, em todos os setores da economia e da Cultura.

438 | Estimular *joint ventures*, associações e empresas nacionais, com grandes investimentos nas indústrias criativas, de modo a torná-las competitivas nacional e internacionalmente - áreas da música, cinema, dança, teatro e *games*, com *design* nacional.

439 | A Cultura na Educação é também um aspecto fundamental, não apenas para assegurar a compreensibilidade dos elementos culturais que compõem a história, como também para garantir o acesso à cultura digital, que caracteriza o século XXI.

440 | A Educação, principalmente no Ensino Fundamental, deve ser capaz de comunicar a diversidade cultural, o juízo crítico e a criatividade libertária. Uma Educação moderna, diversificada, e transdisciplinar formará também os profissionais criativos necessários à nova economia do conhecimento.

441 | A Cultura brasileira precisa de dados confiáveis, que deem suporte a um planejamento eficiente, e, para isso, é fundamental que o IBGE produza uma “Conta Satélite da Cultura” (contabilização própria dos valores econômicos que as atividades dessa cadeia produtiva geram, mesmo que já estejam somados ao PIB nacional), atualizada anualmente.

AUTO REFORMA

psb.org.br



Eixo Temático V
SOCIALISMO CRIATIVO
E O PARTIDO



Eixo Temático V

Socialismo
Criativo,
Democracia
e o Partido
que Queremos

Eixo Temático V – Socialismo Criativo, Democracia e o Partido que Queremos é integrado pelos temas: Socialismo Criativo; Socialismo Criativo e Democracia; Igualdade; Liberdade e Felicidade; Pluralidade; Movimentos Sociais e o Partido; Um Partido Laico e Acolhedor; O Partido e a Comunicação em Rede; e a Autorreforma e o Partido que Queremos.

O eixo tem como objetivo organizar propostas orientadoras para o reordenamento do PSB, de forma a apresentar para a sociedade brasileira um partido capaz de responder aos desafios para as novas emergências do século XXI.

| Socialismo Criativo

442 | O conceito de Socialismo Criativo corresponde às profundas mudanças disruptivas ocorridas no desenvolvimento das forças produtivas, a partir da revolução tecnológica que acelerou radicalmente os ciclos de inovação.

443 | A geração de valor das mercadorias e a formação de capital, antes determinadas pelos bens de investimento em capital fixo, estão sendo substituídas pelos investimentos em inovação e criatividade.

444 | Não aspirando a se constituir em uma teoria econômica, a expressão “Socialismo Criativo” é um conceito político que diz respeito ao tipo de socialismo objetivado pelo Partido Socialista Brasileiro.

445 | Nos últimos cem anos, o capitalismo demonstrou sua criatividade desenvolvendo produtos de valor universal, exportando Cultura e até mesmo modos de vida. O socialismo, supostamente seu sucedâneo histórico, precisará demonstrar um potencial criativo pelo menos igual. O capitalismo moderno, sem dúvida criativo, só será efetivamente superado por um Socialismo Criativo.

446 | O socialismo brasileiro defendido pelo PSB constitui-se em um sistema de economia planejada, conduzido por um Estado democraticamente

forte, inclusivo, participativo e construído coletivamente, capaz de superar as profundas desigualdades sociais.

447 | O Socialismo Criativo não inclui apenas a Economia Criativa, mas a inovação no seu sentido mais amplo; a sustentabilidade ambiental; e o empreendedorismo, como uma das novas formas de organização do trabalho, e as novas formas e metodologias de organização social e política.

448 | Se a criatividade capitalista tem como objetivo principal a ampliação do mercado e lucro, a criatividade socialista tem como objetivos a ampliação, na sociedade, dos espaços de liberdade, o atendimento das necessidades básicas e fundamentais, o bem-estar e a felicidade das pessoas.

449 | O capitalismo vê a evolução tecnológica apenas como forma de aumentar o consumo e seus lucros. Já a luta dos socialistas deverá levar em conta que é preciso repensar os padrões de consumo, a relação com o meio ambiente, e recolocar e requalificar os trabalhadores, cujo ofício foi superado pelas novas formas de produção.

450 | O capitalismo tem, na força de inovação tecnológica e no desenvolvimento da Economia Criativa, um modo de se reproduzir e se perpetuar. O Socialismo Criativo tem, nessa mesma força, uma forma de alcançar uma sociedade igualitária em que o trabalho é libertado da exploração.

451 | O Socialismo Criativo deverá se constituir na dimensão humana do desenvolvimento das forças produtivas e da revolução tecnológica e deve valorizar todas as formas de vida presentes na Terra. O socialismo para o século XXI deve contribuir na perspectiva de um novo e mais amplo humanismo, capaz de reverter a ameaça do atual sistema ideológico liberal-capitalista. São tarefas do socialismo criativo: desenvolver a criatividade, o empreendedorismo, o cooperativismo, ampliando os espaços de liberdade na sociedade e o bem-estar de todos.

452 | O Socialismo Criativo defende o fortalecimento das várias formas de propriedade dos meios de produção: públicas, privadas, estatais e coletivas.

453 | O Socialismo Criativo, como um novo conceito, cujos aspectos teóricos e práticos devem ser discutidos e aprofundados no âmbito do PSB, pretende constituir-se em uma visão crítica da Economia Criativa, no que tem de concentradora de capital, monopolista e geradora de desigualdade.

454 | Os socialistas veem a Economia Criativa não apenas como o conjunto das atividades nas quais o conhecimento e o talento humano são as principais matérias-primas, mas também como estratégia de desenvolvimento, a orientar políticas públicas e apoiar a inovação tecnológica e a cultura, componentes básicos da referida economia, em sociedades ainda capitalistas e nas futuras sociedades socialistas.

455 | O Socialismo Criativo corresponde, também, a uma nova Economia do Projeto, que implica um forte planejamento e comporta as várias formas de propriedades públicas e privadas.

456 | O Socialismo Criativo também deve buscar compreender, dominar e fazer uso das novas tecnologias disruptivas, como a inteligência artificial e a biotecnologia, no sentido da prosperidade compartilhada e da emancipação humana, combatendo a instrumentalização dessas para o aumento da concentração de poder e renda nas mãos de poucos.

| Socialismo Criativo e Democracia

457 | A questão da convergência entre a liberdade e o socialismo está no DNA do PSB, que procurou, desde os seus fundamentos iniciais, abraçar a liberdade e a democracia como valores universais. No momento da sua fundação, em 1947, já revelava ousadia e criatividade, ao negar os dogmas autoritários à direita e à esquerda.

458 | Para o PSB, a democracia é uma premissa para alcançar o socialismo e seus fundamentos ético e humanista.

459 | O caminho para o socialismo, no Brasil, substitui a ruptura insurrecional por uma revolução pacífica, democrática e processual. Ou seja, um movimento político que articule a ampliação da democracia formal representativa com uma crescente participação direta da sociedade nos assuntos da República.

460 | Defender a democracia não pode ser um desafio restrito às esquerdas, mas deve encontrar nelas seus combatentes mais aguerridos.

461 | A reinvenção e o fortalecimento da política é a única via contra o fascismo, a barbárie ultraliberal e o individualismo.

| Igualdade, Liberdade e Felicidade

462 | A Felicidade Interna Bruta (FIB) - definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) é baseada na premissa de que o objetivo principal de uma sociedade não deve ser somente o crescimento econômico, mas a integração do desenvolvimento material com o psicológico, cultural, espiritual e ambiental - em harmonia com a Terra.

463 | Para os socialistas, a igualdade e o direito à felicidade devem ter como correlato a garantia de que, nas interações sociais, todos sejam acolhidos, respeitados e valorizados em suas diferenças.

464 | A igualdade socialista deve preservar e valorizar a diversidade, sem expectativa de que se reduza, desapareça, ou conduza a um padrão homogêneo.

465 | A igualdade socialista pressupõe que o Estado garanta a efetivação dos direitos de oportunidades e acesso universal aos cidadãos, preconizados pela Constituição de 1988.

466 | O socialismo democrático supera o conceito liberal de liberdade, pois incorpora o direito de resistir ao arbítrio exercido por poderes ilegítimos.

467 | Valoriza o direito de empreender livremente, de forma individual ou coletiva, e incorpora a perspectiva do direito à emancipação.

468 | A liberdade e a igualdade, perseguidas pelos socialistas, referem-se ao pressuposto omitido pelo pensamento político burguês, ou seja, a construção da fraternidade em suas bases estritamente terrenas.

469 | O Socialismo Criativo trata de reinventar criativamente a cidade, e a sociedade política, no acolhimento, na hospitalidade, no respeito recíproco, na inclusão, que unificam, em uma causa, todas as diferentes lutas libertárias.

| Pluralidade, Movimentos Sociais e o Partido

470 | O PSB reconhece a importância fundamental de seus segmentos organizados, que devem representar as reivindicações da sociedade civil e expressar, no interior do Partido, a pluralidade e diversidade de que se compõe.

471 | As lutas libertárias de mulheres; negros; trabalhadores; comunidades LGBTQIA+; jovens; idosos; pessoas com deficiência; quilombolas; indígenas e dos movimentos populares, devem ser compreendidas como uma das linhas prioritárias da atuação partidária, e o Partido estar voltado a ajudar a organizar suas bandeiras, respeitando sua autonomia e diversidade, sem perder de vista a visão geral do Brasil como uma potência criativa e sustentável.

472 | Em vez de partidarizar ou aparelhar os movimentos sociais, os socialistas devem buscar uma politização universalizante e superar a visão estritamente corporativista. Devem ser incorporadas todas as suas manifestações no Projeto Nacional de Desenvolvimento.

473 | O Projeto Nacional de Desenvolvimento deve buscar o diálogo permanente e progressivo com os movimentos sociais, ampliando os espaços de discussão das pautas ligadas aos Direitos Humanos e Cidadania.



| Um Partido Laico e Acolhedor

474 | O desafio de um partido laico - que tem no ideário socialista a base de suas concepções e ações - é dialogar com todas as correntes religiosas e os contingentes não religiosos, como os agnósticos e os ateus. Embora se constate o recente crescimento do componente protestante, predominantemente pentecostal e neopentecostal, continuam muito presentes, na sociedade brasileira, o catolicismo, as religiões de matriz africana e outras denominações religiosas.

475 | Cada vez mais, a opção religiosa tem sido fator importante na ação política, e, principalmente, na opção de voto dos eleitores, entretanto, não cabe ao PSB empreender ações nas definições religiosas da população e sequer de seus militantes e aliados.

476 | O PSB defende que as pautas religiosas e as pautas políticas sejam distintas, apesar de suas interconexões.

477 | O caráter laico do PSB não se traduz em indiferença ou aversão às religiões e filosofias, mas, sim, no máximo aproveitamento dos valores de humanidade, generosidade e igualdade, contidas em todas elas.

478 | O PSB, como um partido laico, que não adota uma religião oficial, promove a liberdade religiosa e respeita igualmente aqueles que não optam por uma crença.

479 | O PSB defende o Estado laico, preza a inviolabilidade à liberdade de consciência e crença, defendendo o livre exercício dos cultos religiosos e a garantia da proteção aos locais de culto e as suas liturgias e representantes, conforme previsto na Constituição Federal.

| O Partido e a Sociedade em Rede

480 | A sociedade em rede é uma estrutura social montada sobre redes de Tecnologia de Comunicação e Informação, fundamentadas na microeletrônica e nas redes digitais de computadores.

481 | A estrutura social de uma sociedade em rede resulta da interação entre o paradigma da nova tecnologia e a organização social no plano geral. As redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede, tal como as redes de energia elétrica eram a infraestrutura sobre a qual a sociedade industrial foi erigida.

482 | Assim como a Era Industrial conviveu com o potencial destrutivo do ser humano, no holocausto nazista, as maravilhas da sociedade pós-industrial e da revolução tecnológica convivem com o processo autodestrutivo do aquecimento global e com o ressurgimento de pandemias, em escala planetária; a invasão de privacidade; a manipulação de consciências; o uso indevido de preferências e gostos, com objetivos lucrativos e políticos.

483 | Os partidos, como redes políticas, precisam definir claramente os objetivos que os tornam coesos. No caso do PSB, é preciso decodificar em linguagem adequada aos meios digitais os princípios do socialismo brasileiro democrático e criativo, em termos acessíveis aos usuários.

484 | A complexidade das relações em rede cria a necessidade de aprender a trabalhar com sistemas de informação e os aparatos tecnológicos, e a lidar com a informação como se apresenta hoje, em ambientes digitais. Portanto, a cibernautia deve fugir das armadilhas da visão de que a rede digital se basta.

485 | Compreendendo a importância das novas formas de comunicação, somente possível em razão do fortalecimento das chamadas redes sociais, o PSB insiste na necessidade do seu uso responsável e ético. Processos democráticos não admitem a produção de notícias falsas, as *fake news*.

| Separação entre Partido e Governo

486 | Na condução dos governos, os socialistas devem priorizar ações e programas que avancem na direção dos objetivos de longo prazo do Partido, de acordo com as circunstâncias e a situação política. Inclusive, porque um projeto de longo prazo, como o aqui proposto, não se efetivará integralmente no período de um mandato governamental.

487 | A clara separação entre governo e partido deve ser perseguida de forma ininterrupta e incansável.

488 | Ao Partido, como formulador de políticas públicas, compete propô-las, cobrar e fiscalizar o governo.

489 | Essa separação possibilita também um lugar destacado para a militância partidária, deixando claro que essa pode se dar sem necessariamente os militantes ocuparem cargos executivos ou legislativos.

| A Autorreforma e o Partido que Queremos

490 | Um movimento criativo, como o Processo de Autorreforma que o PSB realiza, implica a construção de uma estrutura partidária também criativa. Se os socialistas necessitam dar a sua contribuição para uma hipotética reinvenção da política, é necessário também que se reinvente o Partido.

491 | As ideias contidas na Autorreforma vão necessitar de um partido democraticamente mais participativo, ideologicamente mais fortalecido e politicamente mais unificado. São ideias criativas para um Partido criativo.

492 | A diversidade de ideias e a pluralidade de visões terão sempre, no PSB, os mais amplos espaços de debate, sem que isso prejudique a unidade política necessária para que o Partido cumpra os seus compromissos com a sociedade.

493 | A unidade política será dada a partir dos princípios gerais e os valores a que todos os militantes aderem, ao ingressar no PSB.

494 | O Partido reconhece a “influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram eficazmente para despertar no operariado uma consciência política necessária ao progresso social”, conforme o texto do seu Programa de 1947.

495 | O PSB considera-se herdeiro das melhores tradições teóricas, socialistas e democráticas, avesso a dogmatismos e consciente da necessidade de se modernizar permanentemente.

496 | Para inovar-se, criativamente, o PSB precisa criar mecanismos que assegurem à sua militância o exercício de sua verdadeira soberania. O PSB é um partido democrático, sua vontade é a tradução da vontade da militância, baseado nas premissas do socialismo democrático, de acordo com seus manifestos programa e estatuto, com transparência orçamentária e financeira.

497 | Fortalecer sua democracia interna, por meios digitais e presenciais, assegurando aos militantes a certeza de seu poder de decisão sobre as questões fundamentais para o Partido. Estabelecer uma plataforma digital acessível e de fácil usabilidade para que as direções, municipais, estaduais e nacional, consultem os filiados sobre questões importantes e polêmicas, em caráter consultivo ou deliberativo, a critério de cada instância.

498 | Para os socialistas, além de imoral, a corrupção tem dimensões ética, social, econômica e política. Eticamente, a corrupção significa retirar dos mais pobres os direitos à Saúde, à Educação e aos serviços do Estado.

499 | Economicamente, a corrupção constitui-se numa super mais-valia, extraída do conjunto da sociedade em geral, e dos assalariados em particular, pois, além da taxa de exploração do trabalho pelo capital, a corrupção retira dos trabalhadores uma parte do que eles pagam de impostos para que o governo construa, por exemplo, hospitais, escolas e estradas.

500 | A corrupção significa, também, um acréscimo artificial ao excedente econômico, pois as empresas aumentam o valor das mercadorias e serviços que vendem ao Estado, ampliando fraudulentamente seus lucros. E, por outro lado, permite também aos agentes públicos envolvidos, a formação de um capital sem os investimentos que caracterizam a acumulação tradicional - terra, máquinas, matéria-prima, capital de giro -, formando uma espécie de nova classe, uma burguesia dolosa.

501 | Politicamente, a corrupção corrói os sonhos políticos da juventude, macula a militância, transformando-a em atividade remunerada com dinheiro sujo, e comprometendo a administração pública com a ideia de que a máquina pública só funciona quando lubrificada pela corrupção.

502 | Propiciar a elevação dos níveis cultural, intelectual, espiritual e ideológico da militância, por meio da leitura dos documentos básicos do Partido.

503 | A escolha de candidatos a cargos eletivos, em todas as esferas da Federação, deve ser orientada por critérios explícitos, emanados pela direção nacional do PSB.

504 | Os valores partidários deverão estar contidos numa carta-compromisso do candidato para com o Partido, de modo a permitir que o PSB e seus militantes acompanhem o exercício do mandato e possam cobrar os compromissos estabelecidos na referida carta.

505 | Realizar cursos de formação política e profissional-administrativa com os candidatos, para que, quando eleitos, exerçam, com parâmetros e critérios administrativos, as atribuições pertinentes ao mandato.

506 | Valorizar o mecanismo de ouvidoria, com o objetivo de assegurar ao filiado de qualquer lugar do País que apresente críticas, sugestões ou denúncias, as quais serão recebidas e analisadas, e deverão ser apuradas pelo Diretório Nacional.

507 | Reorganizar as estruturas de base do Partido, por meio de núcleos de base ou células vivas, não apenas por local de moradia, mas também por local de trabalho, atividade profissional, atividade cultural, religiosa, e por setor (Saúde, Educação, Segurança, entre outros).

508 | Priorizar a formação de militantes por meio do desenvolvimento de uma Política Nacional de Formação Política, Ideológica e Partidária do PSB e do Plano de Formação de Lideranças, especialmente voltado à juventude, com a oferta de cursos, seminários, educação a distância e material educativo e acessível, com os recursos da Fundação João Mangabeira e do Diretório Nacional.

509 | Restabelecer a contribuição financeira obrigatória, pessoal e intransferível, visando não só a manutenção do Partido, mas também a sensação de poder e pertencimento de cada militante.

510 | Estabelecer um clima democrático para os debates de ideias, estimulando a prática sistemática da crítica e autocrítica.

511 | Estimular as relações ética e solidária, dentro de uma cultura de tolerância, inclusão e empatia, para fortalecer a noção de companheirismo, fraternidade e a sensação de pertencimento ao Partido.

512 | O Partido deve se envolver e liderar iniciativas solidárias e criativas, no campo da economia, como os coletivos culturais e tecnológicos, cooperativas de microcrédito, cooperativas de trabalho e autogestão de trabalhadores.

513 | As direções partidárias municipais, estaduais e nacional devem se expressar publicamente sobre os fatos relevantes do Brasil, e do mundo, com o objetivo de orientar a militância, fazendo com que se sinta representada.

514 | Enquanto perdurar o presidencialismo, o PSB deverá fazer todo o possível para lançar candidaturas à Presidência da República, que sejam capazes de vocalizar os principais pontos do programa partidário.

515 | O PSB propõe a adoção do método de luta política conhecido como Não Violência Ativa. Esse método, que nada tem a ver com passividade, ao contrário, foi de grande eficácia na libertação da Índia, com Mahatma Gandhi; no fim do *apartheid*, na África do Sul, com Nelson Mandela; e na luta antirracista nos EUA, com Martin Luther King. Traduz-se em mobilizações populares, pressão democrática, e ações das organizações e dos movimentos da sociedade civil e, no caso do PSB, na luta pelo Socialismo Criativo.











Diretório Nacional - 2022/2025

1. **Acilino** José **Ribeiro** de Almeida
2. Adalberto Souza Galvão (**Bebeto**)
3. **Adenor** Luiz **Simões** Coelho
4. **Adilson** **Gomes** da Silva
5. **Adineide** **Lima** de Souza
6. **Adna** **Santos**
7. **Alberto** Farias **Gavini** Filho
8. **Alessandro** Lucciola **Molon**
9. **Alexandre** Dias **Barbosa**
10. **Amanda** **Sobreira** Lima de Sousa
11. **Ana Celia** Cabral de **Farias**
12. **Ancelmo** **Piovesan**
13. **Anderson** **Moraes** Faria
14. **Angelo** Mário Cerqueira de **Almeida**
15. **Ângelo** Rafael **Ferreira** dos Santos
16. **Antonio Carlos** **Valadares**
17. Antonio Carlos **Valadares** **Filho**
18. **Arthur** **Moreira** **Lima** Júnior
19. Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha (**Dora Pires**)
20. **Brenda** **Rompatto**
21. **Bruno** **Lamas** Silva
22. **Caio** **França** de Gouvea
23. **Camila** Suemi Okuti Macedo **Pardim**
24. Carlos **Camilo** Góes **Capiberibe**
25. **Carlos** César Correia de **Messias**

26. Carlos Eduardo de Oliveira **Lula**
27. **Carlos** Enrique Franco **Amastha**
28. **Carlos Minc** Baumfeld
29. **Carlos** Orleans **Brandão** Júnior
30. **Carlos** Roberto **Rafael**
31. **Carlos** Roberto **Siqueira** de Barros
32. Carlos **Tibério Limeira** Santos Fernandes
33. **Cássio** Coelho **Andrade**
34. **Claudia** Maria **Bus**
35. **Cláudio** Antonio **Vignatti**
36. **Cláudio** Valverde dos Santos
37. **Cleiton** Roque
38. **Cleuza** Pereira do Nascimento
39. **Cynthia** Maria Candida **Vallin**
40. **Danilo** Jorge de Barros **Cabral**
41. **Denis** Anderson da Rocha **Bezerra**
42. **Deusdete** Queiroga Filho - PB
43. **Diogo** Case **Moraes**
44. **Domingos** Leonelli Netto
45. **Edna** Analia Firmino **dos Santos**
46. **Eliane** Silva **de Oliveira**
47. **Elias** Vaz de Andrade
48. **Eliseu** Gabriel de Pieri
49. **Elizabete** Barros de Santana
50. **Evilásio** Cavalcante Farias
51. **Fabio** de Melo **Figueiras**
52. **Fabíola** Mansur de Carvalho

53. **Fernando Guimarães** Rodrigues
54. **Flávio Dino** de Castro e Costa
55. **Flávio** Rubem Accioly **Campos** Neto
56. **Francileide Fontinelle** Passos
57. Francisco Pereira de Souza Fiho (**Chiquinho Padeiro**)
58. Francisco **Tadeu** Barbosa de **Alencar**
59. **Gabriel** Andrade **Leitão** de Melo
60. **Gabriel Maia** Gelpke
61. **Gelson** Luiz de **Albuquerque**
62. **Geraldo** José Rodrigues **Alckmin** Filho
63. **Geraldo Júlio** de Mello Filho
64. **Gervásio** Agripino **Maia**
65. **Giuseppe Gazzinelli** Silva de Barros
66. **Givaldo Vieira** da Silva
67. **Heitor** José **Schuch**
68. Hildelis Silva **Duarte Júnior**
69. **Isaltino** José do **Nascimento** Filho
70. **Israel** Matos **Batista**
71. **Jacqueline Moraes** da Silva Avelina
72. **James Lewis** Gorman Junior
73. **Janete** Maria Góes **Capiberibe**
74. **Janilson** Lopes **Leite**
75. **Jânio** Francisco **Benith**
76. **Jerônimo Rodrigues** da Silva
77. **Jesualdo Pires** Ferreira Júnior
78. **Jiberlandio** **Miranda Santana**
79. **João Alberto** Rodrigues **Capiberibe**

80. **João Azevedo** Lins Filho
81. **João Batista Conti**
82. **João** Henrique de Andrade Lima **Campos**
83. João Henrique Holanda Caldas (**JHC**)
84. **João Marcos** Grossi Lobo Martins
85. **Jonas Donizette** Ferreira
86. **José Antonio** Figueiredo de **Almeida** da Silva
87. **José Augusto** de Carvalho Gonçalves **Nunes**
88. **José Elcio Batista**
89. José **Eriberto Medeiros** de Oliveira
90. **Jose Francisco** de Jesus **Pantoja** Pereira
91. **José Luis Stédile**
92. José **Renato Casagrande**
93. **Juliene** da **Silva** Ramos
94. **Kátia** Gomes **Gaivoto**
95. **Laura** Mota **Gomes**
96. **Letícia** da Silva **Gomes**
97. **Lídice da Mata** e Souza
98. **Luciana Moreira** dos Santos
99. **Luciana** Souza **Cruz** Silva
100. **Luciana Trindade** de Macedo
101. **Luciano Ducci**
102. **Lucilene** dos Santos **Rosa**
103. Luiz **Gonzaga Patriota**
104. Luiz **Odorico Monetiro** de Andrade
105. Luiz Roberto de Albuquerque (**Beto Albuquerque**)
106. **Manasses** Torres **Duarte**

107. **Marcelo** Ribeiro **Freixo**
108. **Márcio** Luiz **França** Gomes
109. Marco Aurélio **Ubiali**
110. **Margarida** Luiza de Matos **Vieira**
111. **Mari** Elisabeth **Trindade** Machado
112. **Maria Andrade Leite**
113. Maria **Cristina** do Rosário **Almeida** Mendes
114. Maria de Jesus Matos (**Natividade**)
115. **Maria Elaine Tarelli**
116. **Maria Ezi** Cheiran Neta
117. Maria Luisa Oliveira Loose (**Malu**)
118. Maria **Niedja** Guimarães
119. Maria **Sandra Marrocos** Pereira de Marrocos
120. **Marileide Santos Costa**
121. **Mário Assad** Júnior
122. **Mário** Sander **Bruck**
123. **Mauro Lobo** Martins Júnior
124. **Mauro Nazif** Rasul
125. **Max Joel Russi**
126. **Milton Coelho** da Silva Neto
127. **Norma Shirley** Santos Angelo
128. **Odmair Pérciles Nascimento**
129. **Paulo Afonso Bracarense** Costa
130. **Paulo César Matheus** da Silva
131. **Paulo** Henrique Saraiva **Câmara**
132. **Paulo Roberto Foletto**
133. **Pedro** Henrique de Andrade Lima **Campos**

134. **Pedro** José Luiz **Coelho**
135. **Rafael** de Carvalho Pullen **Parente**
136. **Rafael** Huete da **Motta**
137. **Ricardo** Garcia **Cappelli**
138. **Rodrigo** Antonio de **Agostinho** Mendonça
139. **Rodrigo** **Mousinho** Hita
140. **Rodrigo** Oliveira de Castro **Dias**
141. **Rodrigo** Sobral **Rolleberg**
142. **Rogério** Araújo de **Salazar**
143. Romero Jatobá Cavalcanti Neto (**Romerinho Jatobá**)
144. Rubens Germano Costa (**Buba Germano**)
145. **Serafim** Fernandes **Corrêa**
146. **Sérgio** Machado **Resende**
147. **Severino** Nunes de **Araújo**
148. **Sileno** Sousa **Guedes**
149. **Sonia** Cleia **Damasceno**
150. **Tabata** Cláudia **Amaral** de Pontes
151. **Tathiane** Aquino de **Araújo**
152. **Tony** de Siqueira **Sechi**
153. Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa (**Bira do Pindaré**)
154. **Valdomiro** **Lopes** da Silva Júnior
155. **Valneide** do **Nascimento** dos Santos
156. **Vicente** Paulo de Oliveira **Selistre**
157. **Vilson** Luiz da **Silva**
158. **Vivian** Lis Paes De Freitas **Andrade**
159. **Waldeck** **Carneiro** da Silva
160. **Waldemar** Alberto **Borges** Rodrigues Neto

161. **Wander** José Goddard **Borges**
162. **Wanderley de Almeida**
163. **Wilson Pedro da Silva**
164. Yasnaia **Pollyanna** Werton **Dutra**

DIRETÓRIO - MEMBROS SUPLENTEs | 2022/2025

1. **Aluizio** Cometki **São José**
2. **Ana Paula Simão** Cardoso de Moura
3. **Anaracy** Pinto Pinho **Rufino**
4. **Andre** Luiz Barbosa da **Cunha**
5. Antonio **Hervazio** Bezerra **Cavalcanti**
6. **Bernardo** Mucida **Oliveira**
7. **Camila** Claudia Alves **Barros**
8. **Carmem** Cilene da Costa **Paula**
9. **Carmem** Rosane Morais **Revoré**
10. **Claudemir Nonato** de Santana
11. **Diego** Fretias **Specht**
12. **Ely** da Silva **Almeida**
13. **Francisco** de Assis **Cortez** Gomes
14. **Georgina Delmondes** dos Reis e Silva
15. **Isis** Rafaela Rodrigues **da Silva**
16. **João** de Andrade **Arraes**
17. **João** Urbano Bezerra **Suassuna**
18. **Jorge Almeida** de Oliveira
19. **Jose Alves** Pereira Filho

20. José de **Anchieta** Gomes **Patriota**
21. **Laurence** Kroeff **Bisol**
22. **Leandro** Dias **Barbosa**
23. **Luciano** Vasquez **Mendez**
24. **Lunna da Silva**
25. **Manoel** Antônio Vieira **Alexandre**
26. **Maria Imaculada** Dutra **Dornelas**
27. **Mariana Salles** Portela Castro
28. **Marlon** Anderson **Costa**
29. **Olga** Maria Vieira **Matos**
30. **Pablo** Feitosa Nunes Amorim
31. **Rafael de Castro Santos**
32. **Raissa** Alessandra **Rossiter**
33. **Ricardo** **Barbosa**
34. **Rosa Amélia** Silva Costa
35. **Silvana** de Castro **Teixeira**
36. **Silvio** **Humberto**
37. **Tales** Bandeira **Arrudas**
38. **Tercília** Vilanova Sodré **da Mota**
39. **Vania Aparecida dos Santos** Mugart
40. **Viviane** **Geronazzo** Franco
41. **Yara** Regina **Gouvea**

CONSELHO DE ÉTICA ELEITO – 2022/2025

TITULARES

Alexandre Navarro Garcia

Rafael de Alencar Araripe **Carneiro**

Tadeu Sávio Souza de **Lira**

SUPLENTES

Fernanda Regis **Cavachioli** - DF

Fernando Eduardo Cândido **Mousinho** - DF

CONSELHO FISCAL ELEITO – 2022/2025

TITULARES

Álvaro Cabral

Fernando Campanha

Magda Suely Rosa Oyo **Valentim**

SUPLENTES

Helon Martins de **Carvalho**

Jonia Pompeu

Mário Luiz **Guide**

DELEGADOS JUNTO AO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL-TSE

1. **José Antônio** Figueiredo de **Almeida** da Silva
2. **José Rui** Carneiro
3. **Rafael** de Alencar Araripe **Carneiro**



Da Esquerda Democrática ao Partido Socialista Brasileiro

O Partido Socialista Brasileiro, com 75 anos completos em 2022, começou em 1945 como um movimento: A Esquerda Democrática. Seu objetivo era conciliar o processo de transformações sociais com as exigências de ampla liberdade civil e política. Diferenciava-se, assim dos que defendiam o liberalismo econômico e dos comunistas adeptos do stalinismo. Estavam entre os fundadores: Bruno de Mendonça Lima, João Mangabeira, Domingos Valesco, Hermes Lima, Antônio Cândido, Paulo Emílio Sales Gomes, João da Costa Pimenta e Osório Borba. Em 1947, a Esquerda Democrática transformou-se no PSB, com o mesmo programa aprovado na sua 1ª Convenção, em 1946. Propunha-se ser um partido de “todos de que dependam do próprio trabalho”. Defendia reformas imediatas como a nacionalização das áreas economicamente estratégicas, ampliação dos direitos dos trabalhadores, e garantia da saúde e educação públicas ao lado da defesa e desenvolvimento do regime democrático.

O PSB foi pioneiro na campanha do petróleo, com manifestação parlamentar de Hermes Lima e com organização popular através da UNE, dirigida na época por Roberto Gusmão, militante socialista. Na questão agrária, fez propostas inovadoras como as cooperativas agrícolas e teve lideranças expressivas entre seus quadros como Francisco Julião, em Pernambuco, e João Teixeira (o cabra marcado para morrer), na Paraíba. O Partido teve importante atuação na Frente Parlamentar Nacionalistas, destacando-se Aurélio Viana e Barbosa Lima Sobrinho.

Participou da campanha da legalidade em 1960, João Mangabeira foi Ministro das Minas e Energia e depois da Justiça. O PSB foi extinto em 1965 pelo regime militar. Com a volta da democracia em 1985, reorganizou-se com o mesmo programa com alguma atualização. A partir de sua reorganização, o PSB foi presidido pelo Acadêmico Antônio Houaiss, pelo ex-Ministro Jamil Haddad, pelo ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, por Roberto Amaral, pelo ex-Governador de Pernambuco, Eduardo Campos e desde 2014 por Carlos Siqueira, re-eleito durante o XV Congresso do PSB, o Congresso Constituinte da Autorreforma, realizado em abril de 2022.

Mais de dois anos e meio de livres discussões, debates, apresentação de ideias e sugestões que foram publicadas em seis volumes sequenciais de cadernos e livros, inúmeras oficinas, encontros em vários estados, lives, concurso de redação, site exclusivo para Autorreforma e seminários, em uma construção coletiva cuidadosamente trabalhada e aperfeiçoada pela Comissão de Sistematização. Militantes, intelectuais, cientistas das mais variadas áreas, representantes dos segmentos da Juventude, das Mulheres, da Negritude Socialista, do Movimento Sindical, do LGBTQIA+, PSB Inclusão e Movimento Popular Socialista, produziram um moderno e avançado programa partidário. Na opinião de intelectuais, não pertencentes às nossas fileiras, o mais avançado programa partidário do Brasil.

Programa e Manifesto, precedidos por uma introdução intitulada “Brasil, Potência Criativa e Sustentável”, que deverão orientar a ação política da militância socialista nas próximas décadas.

